

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL**

Eduardo Marodin Lomando

**PROCESSOS, DESAFIOS, TENSÕES E CRIATIVIDADE NAS**  
**CONJUGALIDADES DE HOMENS E MULHERES TRANSEXUAIS**

Porto Alegre

2014

Eduardo Marodin Lomando

**PROCESSOS, DESAFIOS, TENSÕES E CRIATIVIDADE NAS  
CONJUGALIDADES DE HOMENS E MULHERES TRANSEXUAIS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social e Institucional.

Orientador: Prof. Henrique Caetano Nardi

Porto Alegre  
2014

Eduardo Marodin Lomando

**PROCESSOS, DESAFIOS, TENSÕES E CRIATIVIDADE NAS  
CONJUGALIDADES DE HOMENS E MULHERES TRANSEXUAIS**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Henrique Caetano Nardi  
Presidente da Banca (Orientador)

---

Profa. Dra. Paula Sandrine Machado  
(PPGPSI-UFRGS)

---

Profa. Dra. Clarisse Pereira Mosmann  
(PPG em Psicologia UNISINOS)

---

Profa. Dra. Marlene Neves Strey  
(PPG em Psicologia PUCRS)

## Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer aos Mestres: meu Orientador Prof. Dr. Henrique Caetano Nardi, por ter me acolhido e me acompanhado de forma assídua, pontual, disciplinadora e bem humorada por todo esse percurso. Quero também agradecer a Profa. Dra. Adriana Wagner pelos ensinamentos e flexibilidades nesse caminho de doutoramento, à Profa. Dra. Line Chamberland, por ter me recebido na cidade de Montreal e enriquecido meu PDSE e à Dra. Maria Ines Lobato, pela abertura e confiança no Projeto e disponibilidade no desenvolvimento do trabalho de doutorado. Quero agradecer especialmente às Profas. Dras. Clarisse Mosmann e Paula Sandrine Machado, pela disponibilidade e paciência em repartir o conhecimento que dominam com brilhante maestria.

Gostaria de agradecer todos os meus colegas de NUPSEX, da *Chair de Recherche sur l'homophobie* e do Protig, que muito me ajudaram e demasiadamente me escutaram dissertar sobre o assuntos das transexualidades, assim como questioná-los sobre minhas dúvidas. Merci beaucoup!

Gostaria também de me desculpar com meus familiares e meu maravilhoso companheiro Cristiano por todo o tempo que despendi na construção dessa Tese e que deixei de estar ao lado de vocês. Muito obrigado pela paciência e pela insistência dos convites mesmo ao tom de minhas diversas recusas. Amo todos vocês.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer todos os homens e mulheres transexuais que participaram de forma direta ou indireta da pesquisa. Obrigado por compartilharem suas vidas conosco para buscarmos um futuro melhor.

## Resumo

Diante das marcadas discussões sobre a diversidade sexual e de gênero no Brasil, as transexualidades têm sido foco de produções científicas e assunto recorrente da mídia. Apesar de ainda ocupar o lugar de abjeto, suas conjugalidades são exemplos de um deslocamento. O objetivo foi compreender quais são os processos que constituem essas conjugalidades transexuais e como esses são vividos nessa relação. Para se aproximar dessas respostas, essa Tese se divide em quatro artigos. No primeiro, disserta-se sobre o conceito de transexualidade em quatro áreas do conhecimento científico: biologia, medicina, psicanálise e ciências sociais. O conceito é explicado a partir de questões relacionadas à anatomia, genética, diferenças cerebrais, teoria fállico-edípica, psicopatologia, ao conceito de sexo como discursivo, de gênero como performatividade e expressão da diversidade em conflito com a heteronorma. No segundo artigo, foram revisados de forma sistemática os artigos que tratassem de demonstrar empiricamente as conjugalidades transexuais. Os aspectos relacionados às conjugalidades foram divididos nas categorias: atividade, excitação e orientação sexual; desafios sexuais dos casais; papéis de gênero e desafios do relacionamento conjugal. Houve um aumento na complexidade da conceptualização dessa diversidade conjugal. No terceiro artigo, o tema foi revisado somente em publicações nacionais e junto das travestilidades. Os resultados dos trabalhos encontrados apontam para um número variado de nomenclaturas dessas parcerias, com uma aparente fusão emocional conjugal que funciona como mantenedor das identidades de gêneros das/os participantes. Entretanto, encontra-se respostas criativas que permitem a quebra do efeito halo entre identidade de gênero e desejo sexual, conduzindo à autonomia identitária e ao prazer. No último artigo foram feitas entrevistas com três casais de homens e mulheres transexuais e seus cônjuges cisgêneros, analisadas a partir dos Estudos de Gênero (Queer e pós-estruturalistas). Os resultados demonstram que as conjugalidades transexuais descritas são mais um território que tenciona e desafia as normas de gênero e possibilita desfechos flexíveis, não direcionadas a nenhum dos extremos da heteronorma. Essa configuração específica pode possibilitar a desestabilização dessa tensão e permitir direções alternativas à lógica binária principalmente nos campos das performatividades sexuais, das divisões de tarefas cotidianas e das relações com as famílias de origem.

Palavras-chave<sup>1</sup>: transexual, identidade de gênero, pessoa transgênero, estado conjugal, gênero e saúde, sexismo, revisão.

---

<sup>1</sup> De acordo com os Descritores em Ciências da Saúde – BVS.

## Abstract

In view of the recent discussions about gender and sex diversity in Brazil, transsexualities have been the focus of academic development and a subject in the media. In spite of still being placed as abject, their conjugalities are an example of a displacement. The goal was to comprehend what are the constitutional processes of this transsexual conjugalities and how they are lived within these relationships. In order to come closer of these processes, this Thesis is divided in four articles. In the first one, the transsexuality concept is dissertated in four scientific knowledge areas: biology, medicine, psychoanalyses and social sciences. The concept is explained from issues regarding anatomy, genetics, brain differences, phallic-oedipal theory, psychopathology, sex as a discursive concept, gender as performative and as a diversity expression in opposition with the heteronorm. In the second article, a systematic review was done in relation to the transsexual conjugalities theme based on empirical evidence. Conjugal aspects were divided into the following categories: sexual activity, arousal and orientation; couples' sexual challenges; gender roles and couples' relationship challenges. There was an increase in the complexity of the conceptualization of this conjugal diversity. In the third article, the same theme was only revised in Brazilian publications, and the *travestilidades* theme was added. The results of the papers found show a variety of forms to denominate these partnerships, with an apparent conjugal emotional fusion that works as a maintainer the participants' gender identities. However, there are creative responses that allow an interruption in the halo effect between gender identity and sexual desire and lead to identity autonomy and to pleasure. In the last article, three interviews were made with transsexual man and women and their cisgender partners. They were analyzed using the Gender Studies (Queer and post-structuralism studies). The results show that the transsexual conjugalities described are another territory that put into tension and defy gender norms and make flexible outcomes possible, not directed to any of the heteronorm extremes. This specific configuration may destabilize this tension and enable alternative directions to the binary logic mainly in the fields of sexual performativities, household tasks sharing and the relationship with family of origins.

Keywords: transsexual, gender identity, transgender people, conjugal status, gender and health, sexism, review.

## Sumário

	<u>Pg.</u>
Lista de tabelas	8
Introdução Geral	9
Artigo I - Transexualidades: um “cabo de guerra” entre saberes	19
Artigo II - Transsexual conjugalities: a systematic review on partnerships of transsexual man and women	38
Artigo III - Conjugalidades múltiplas nas travestilidades e transexualidades: uma revisão a partir da abordagem sistêmica e da psicologia social	63
Artigo IV - Os processos conjugais de um homem e duas mulheres transexuais e seus cônjuges cisgêneros	79
Considerações Finais	120
Referências	123
Anexos	134
Anexo I – Parecer do CEP do Instituto de Psicologia – UFRGS	135
Anexo II – Parecer do CEP do Hospital de Clínicas de Porto Alegre	138

## Lista de Tabelas

	Pg.
Artigo II	
Table 01: General Information of the Articles	44
Table 02: Articles' participants, goals and results related to conjugalities	50
Artigo III	
Tabela 01: Características dos Trabalhos Analisados	67

## Introdução Geral

As transexualidades, escritas ao longo dessa Tese de Doutorado no plural para desafiar a concepção de um “transexual verdadeiro” e marcar suas singularidades, têm sido uma temática recorrente no cotidiano brasileiro contemporâneo. Ao mesmo tempo em que os índices de violência aumentam contra a população que confronta as normas de gênero, mudanças sociais, legais e acadêmicas vem construindo visibilidade a essas vidas, antes confinadas ao avesso da norma. A questão das conjugalidades, ou seja, as relações de intimidade afetiva e sexualidade que homens e mulheres transexuais vivenciam com seus/suas parceiros/as cisgêneros ou até mesmo transexuais é o tema central desse trabalho. O problema de pesquisa que tangenciou toda a experiência dessa Tese foi compreender quais são os processos que constituem essas conjugalidades transexuais e como esses são vividos nessa relação.

Para se aproximar das respostas desse problema, utilizamos os conceitos da Terapia Familiar de Bowen (no terceiro artigo) para pensar as inicialmente as conjugalidades. A escolha dessas abordagem sistêmica se deve ao fato dela ter conceitos claros e bem fundamentados que permitem a compreensão das inter-relações íntimas e, apesar de ter sido formuladas provavelmente à partir de concepções *heteronormativas*, não apresentam, em seus postulados, conceitos *transfóbicos* ou restritos à conjugalidade *cisgênera* e heterossexual<sup>2</sup>.

Além de compreender as conjugalidades por essas abordagens sistêmicas, tornou-se fundamental investigar as lógicas sociais de gênero e sexualidade que produzem e são reproduzidas em nossa cultura. Assim, utilizou-se os Estudos Queer, centrados nos escritos de Judith Butler, Adrienne Rich, Linda Nicholson e Berenice Bento, para discutir gênero, sexualidade, normatividades e, mais especificamente, as transexualidades. Dessa forma, o propósito dessa Tese, além de compreender as conjugalidades transexuais, é articular a utilização dessas abordagens sistêmicas e os Estudos Queer, a fim de interrogar o campo sistêmico em relação à contextualidade da pluralidade das identidades de gênero e expressões da sexualidade.

---

<sup>2</sup> A heteronormatividade é a norma social que estabelece uma coerência entre sexo/gênero/sexualidade e que se deriva em outros conceitos, tais como sexismo (suposta hierarquia entre homens e mulheres), heterossexismo (suposta hierarquia entre heterossexualidade e [bi]homossexualidade) e lesbo/bi/trans/homofobia (ódio, aversão, nojo e/ou violência contra pessoas que se identificam ou são identificadas como homossexuais, bissexuais, travestis ou transexuais). Já a palavra “cis” (antônimo de “trans”) é usada para designar pessoas que não vivenciam oposições entre seu sexo designado ao nascer e sua identidade de gênero (Bento, 2006; Nardi, 2010; Ansara & Hegarty, 2011; Butler, 2012). Todos esses conceitos serão mais aprofundados no decorrer dessa Tese.

Para dar conta dessa tarefa, essa Tese se divide em quatro artigos, todos já em formato de artigos científicos, e pretende embrenhar-se nessa temática através de ensaios, revisões da literatura e entrevistas com casais de homens e mulheres transexuais. No primeiro artigo, para compreender melhor o tema das transexualidades, dissertamos sobre a constituição desse conceito em quatro diferentes áreas do conhecimento científico: a biologia, a medicina, a psicanálise e as ciências sociais. Através da compreensão dos conhecimentos e lógicas subjacentes ao tema, buscou-se dados sobre a expressão dessa conjugalidade nas produções acadêmicas. Assim, no segundo artigo, revisamos de forma sistemática os artigos que tratassem de demonstrar empiricamente as conjugalidades transexuais. Porém, percebeu-se que algumas produções nacionais de destaque não foram apontadas nas bases de dados utilizadas. Além disso, o tema das conjugalidades criava uma área em comum com as travestilidades. Forma-se então o artigo três, uma revisão por conveniência sobre a produção nacional a respeito das conjugalidades transexuais e travestis, em cuja análise foram utilizados os postulados sistêmicos de Bowen e os Estudos Queer. Finalmente, no quarto e último artigo, utilizamos os Estudos Queer para analisar as narrativas conjugais através da entrevista com três casais: duas mulheres transexuais e seus parceiros cisgêneros e um homem transexual e sua parceira cisgênera. Mas antes de iniciar a análise, narrarei minha trajetória até aqui.

Quando iniciei o processo de Doutorado no Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em setembro de 2010, tinha em mente continuar os estudos sobre conjugalidade gay e lésbica, tema da minha Dissertação de Mestrado. Em 2012, estava na reunião semanal do grupo NUPSEX – Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero – quando um dos mestrados de meu Orientador, Prof. Dr. Henrique Caetano Nardi, trouxe um convite ao grupo, em especial para mim. Ele informava que estava participando do Protig – Programa de Transtorno de Identidade de Gênero – do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, e que o grupo necessita de ajuda para trabalhar as questões de relacionamento com maridos, parceiros, etc. das mulheres e homens transexuais participantes. Destaco esse evento pois a minha reação pessoal foi importante para compreender um dos conceitos mais precisos relacionados às transexualidades: a abjeção (Butler, 2000).

Nos primeiros momentos recusei o trabalho. Disse que meu tema era outro e que não tinha interesse em mudar. Mas depois de refletir, percebi que foram outros pensamentos que me fizeram dar essa resposta. Sou uma pessoa curiosa e espontânea, não é de meu perfil recusar algo

diferente. A não ser que seja estranho, bizarro demais, que traga nojo, desconfiança, medo, enfim, representações sociais típicas que facilmente me levaram a colocar as transexualidades, nesse momento vistas por mim como fora do plural, num local inóspito da vida social, monstros necessários a manutenção dos contornos do que se entende como sujeito, desprovidos de status e ininteligíveis: abjetos. Ao me dar conta desse processo, decidi desafiar-me. Aceitei o convite e fui na primeira reunião de profissionais do Protig. Ao chegar lá e ver todas aquelas pessoas, que me olhava com olhos curiosos, sedutores e desconfiados, que por diversos motivos tanto se camuflavam nas performatividades<sup>3</sup> de gênero quanto revertiam toda essa ordem, minha curiosidade chegou a um ápice. Sua concretude me veio em duas perguntas: como vivem essas pessoas estando num mundo que já é difícil para quem não desafia tanto a ordenação de gênero? Como elas e eles se relacionam afetivamente e sexualmente com parceiros ou cônjuges? As respostas ficaram no ar, mas os pés ficaram na terra.

Meus primeiros contatos foram com a equipe do Protig, que prontamente me acolheu como parte do grupo. Participei durante o segundo semestre de 2012 somente das reuniões de equipe, que aconteciam as segundas-feiras, as 11:00 horas, para me inteirar das questões do grupo e para finalizar meu projeto. A equipe, na época, era composta formalmente por uma psiquiatra, coordenadora do programa, uma psicóloga e uma assistente social. Além deles, mais dois médicos urologistas que eram responsáveis pela hormonoterapia (uso controlado de hormônios para desenvolvimento de características secundárias de gênero) e pelas cirurgias de redesignação sexual (CRS). Na época, somente a neocolpovulvoplastia (a reconstrução do pênis e escroto em vagina, clitóris e lábios vaginais) era feita. Porém, outros/as profissionais e alunos/as foram se juntando ao grupo com o decorrer do tempo, todos/as interessados/as na temática das transexualidades. A equipe tinha o trabalho, primeiramente, de acolher as pessoas que chegavam encaminhadas ao serviço e fazer o diagnóstico de transtorno de identidade de gênero (diagnóstico nomeado pelo DSM-IV) ou transexualismo (pela CID-10). O diagnóstico era fator de inclusão no programa. Os/as “pacientes”, forma como são chamados os/as participantes do Protig, eram entrevistados/as com algum de seus familiares ou acompanhantes e, depois da confirmação do diagnóstico, eram encaminhadas/os para os “grupos quinzenais”. Cada pessoa era avaliada

---

<sup>3</sup> O conceito de performatividade será melhor tratado no artigo quatro, mas de forma resumida é como Butler (2012) compreende que o conceito de gênero. A autora entende que gênero é um ato ou uma sequência de atos que está sempre acontecendo e sendo construída culturalmente pela sua repetição ou recitação. Essa repetição cria a ilusão de que existe um gênero original ou essencial (masculino/feminino), ao passo que ele nada mais é do que performativo, ou seja, ele existe porque está em ato.

individualmente pela equipe médica para o início da hormonoterapia e somente depois de dois anos participando dos grupos era possível se candidatar à CRS, mediante aprovação da equipe do Protig.

Logo percebi que as discussões quase majoritárias da equipe sobre a certeza do diagnóstico de cada pessoa que buscava o programa se chocavam com os relatos dos corredores sobre o que cada pessoa deveria ou não dizer aos/às médicos/as e profissionais. As discussões sobre as causas biológicas e psicológicas “da transexualidade” e os riscos de deixá-los/as fazer as CRS por medo de arrependimento ou processo contra o Hospital de Clínicas geravam, tanto quanto eram geradas pelas discussões marginais sobre despatologização das transexualidades, identidades múltiplas nas vivências trans e indignações sobre o tempo de espera das cirurgias. Quando entrei no Protig, o modelo clássico hospitalar do diagnóstico versus identidades transexuais, exposto por Berenice Bento (2006) era claro. Foi nesse ponto que decidi buscar mais conhecimento sobre o tema e percebi que existiam diversas questões em jogo. No ano de 2013, com a aprovação do Projeto de Doutorado, decidi participar dos grupos quinzenais de acompanhamento de homens e mulheres transexuais do Protig. Decidi fazê-lo somente depois da aprovação para diminuir a percepção dos/as participantes de que eu era um membro da equipe, papel facilmente conectado a minha pessoa, uma vez que eu entrava por um acesso diferente deles/as e era sempre apresentado como psicólogo. A partir tanto da literatura quanto da minha percepção empírica do local, quanto mais parte da equipe minha presença fosse percebida, mais chances eu poderia ter de escutar nas entrevistas as respostas prontas que a equipe muitas vezes escutava. Também decidi não usar o jaleco branco, uniforme dos trabalhadores do HCPA, pelo mesmo motivo.

Dentro do Protig funcionam seis grupos de acompanhamento, tanto de mulheres quanto de homens transexuais. Cada grupo era composto de 10 pessoas e durava uma hora. Os assuntos eram variados, mas as discussões sobre as CRS eram as mais frequentes. O assunto das conjugalidades também era muito conversado, tanto pela importância do fato quanto pela minha presença, previamente avisada como pesquisador desse tema. O objetivo inicial da minha participação era poder conhecer e recrutar participantes para o estudo. Mas a experiência com esses homens e mulheres foi importante também para minha sensibilização com o tema e, inclusive, para a busca de conhecimentos acadêmicos e legais, que apresento a seguir.

De forma sucinta, pois isto será debatido posteriormente, o termo transexual foi criado no campo médico-psiquiátrico e psicológico da década de 1960 para definir uma pessoa que tivesse uma identidade de gênero diferente de seu sexo biológico. Ou seja, uma pessoa que nascesse e fosse reconhecida como menino ou menina, mas que se identificasse como pertencente ao gênero oposto: alguém que transcende (trans) o sexo de nascimento (sexual). Ao psicopatologizar essas vivências, se buscou tratamentos para essa enfermidade de gênero, que era descrita como acompanhada por um constante mal estar, nojo e inadequação corporal, chamada de disforia de gênero. A medicina, que nessa época desenvolvia essas pesquisas mas para outros fins, iniciou uma série de procedimentos que hoje são categorizados nos EUA e Canadá como cirurgias de redesignação sexual (CRS) para alterações nos órgãos sexuais e outras partes do corpo que deixassem os/as transexuais mais próximas/os das suas identidades de gênero. No Brasil, elas são popularmente chamadas de *cirurgias de troca de sexo*<sup>4</sup>, pela medicina são chamadas de *cirurgias transexualizadoras* e no SUS são referidas como parte do *Processo Transexualizador*.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou a primeira normativa sobre o assunto, a Resolução 1.482, no ano de 1997. Depois disso, tiveram mais duas resoluções: a Resolução 1.652 de 2002 e a Resolução 1.955 de 2010. As semelhanças entre elas iniciam nas seguintes definições:

- a) “[...] ser o paciente transexual portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição de fenótipo e tendência à automutilação e ou autoextermínio;” (Resoluções 1.482; 1.652; 1.955, p.01).
- b) As cirurgias não configuram mutilação corporal, expõem suas viabilidades técnicas.
- c) Elas reafirmam os critérios para o diagnóstico do CID-10, outorgam a permanência do distúrbio por mais de dois anos e a necessidade da ausência de outros transtornos mentais.

---

<sup>4</sup> Apesar da vulgarização desse nome, ele comete um grande equívoco. É raro tanto na minha experiência, quanto na literatura consultada durante a escrita de toda essa Tese, encontrar a narrativa de uma pessoa transexual que queria “trocar de sexo”. O que emerge nas narrativas desses homens e mulheres é que as CRS têm servido para reafirmar as suas identidades de gênero que, de alguma forma, já estão se produzindo antes mesmo da decisão de cirurgia. Assim, sugere-se que ao invés de usar o termo cirurgia de “troca de sexo”, que possa-se reconstruir esse termo e, como sugestão, utilizar-se de Cirurgias de Reafirmação de Gênero. A ideia de “trocar de sexo” reitera a lógica binária, pois parece tanto não reconhecer que as pessoas que buscam as cirurgias podem já ter claras suas identidades de gênero, quanto manter o pressuposto de que o “sexo” só “realmente” muda depois da cirurgia.

- d) Determinam uma equipe multidisciplinar (médico-psiquiatra, cirurgião, psicólogo e assistente social) para o tratamento e a maioria de 21 para se submeter às CRS.
- e) Definem que o acompanhamento pré-cirúrgico deve ser de, no mínimo, dois anos pela equipe.

Já as diferenças aparecem em outros pontos:

- a) A indicação de médico endocrinologista, urologista e ou ginecologista como parte das equipes, presente nas resoluções de 2002 e 2010.
- b) Enquanto que a primeira resolução autorizava tanto a neocolpovulvoplastia quanto a neofaloplastia (fechamento da vagina e construção de um pênis e escroto) somente a título experimental (sem aval do CFM para ser feita de forma convencional), em 2002 a neocolpovulvoplastia teve autorização formal. Já a neofaloplastia continua até a última resolução como experimental.
- c) Em 2002, a neofaloplastia poderia ser feita em hospitais universitários ou públicos, mas somente a título de pesquisa.

Seguindo esse caminho e em resposta a ordens judiciais exigidas pelos movimentos sociais ao Estado, em agosto de 2008, o Ministério da Saúde e a Secretaria de Atenção à Saúde em Diário Oficial da União publicam as Portarias 1.708 e 457 que instituíam e regulamentavam o Processo Transexualizador nas unidades federadas do Sistema Único de Saúde – SUS. Essa Portaria 1.708 valida a Resolução de 2002 do CFM, mas se diferencia ao afirmar que as ações do Processo Transexualizador devem permitir

a integralidade da atenção, não restringindo nem centralizando a meta terapêutica no procedimento cirúrgico de transgenitalização [...] a humanização da atenção, promovendo um atendimento livre de discriminação, inclusive pela sensibilização dos trabalhadores e dos demais usuários do estabelecimento de saúde [...] a capacitação, a manutenção e a educação permanente das equipes de saúde em todo âmbito da atenção, enfocando a promoção de saúde (Brasil, 2008a, p.43)

Enquanto essa definia as Diretrizes Nacionais, a Portaria 457 teve o objetivo de estruturar tal processo formalizando as normas para o credenciamento dos hospitais e dos procedimentos clínicos e cirúrgicos. Nessa, os procedimentos definidos eram: administração hormonal, acompanhamento do paciente pré e pós cirúrgico, redesignação sexual de 1º. tempo (somente a neocolpovulvoplastia) e redesignação sexual de 2º. tempo (cirurgia de ouvido, nariz e garganta para feminilização da voz). Essas mudanças foram significativas para as mulheres transexuais

(pessoas designadas ao nascer como meninos, mas tem a identidade de gênero feminina) que buscavam os atendimentos nos hospitais credenciados.

Entretanto, apesar da previsão de hormonoterapia incluída na portaria, as demandas médicas dos homens transexuais ficaram negligenciadas, uma vez que muitos hospitais se recusavam a praticar a neofaloplastia, pelo caráter experimental, e não haviam sido estruturados processos para a retirada do útero (histerectomia), dos ovários (ooforectomia) e das mamas (adenomastectomia). Dessa forma, no ano 2010, em resposta a essas demandas formalmente feitas pela Promotoria de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal, o CFM elabora o Parecer 20/2010 e sugere que apenas a neofaloplastia fique em caráter experimental, mas que todas os outros procedimentos, que já eram praticados de forma convencional, fossem permitidos. Um mês após o Parecer, o CFM publica a última e atual Resolução 1.955/2010 excluindo a exigência de uma instituição hospitalar pública ou de ensino e o critério de pesquisa, estabelecendo que os hospitais cumpram os requisitos da equipe multidisciplinar e que a falta de qualquer um dos profissionais ensejará a paralisação dos tratamentos.

Após pressões sociais e ações legais, o Ministério da Saúde publica a atual Portaria 2.803 de 19 de novembro de 2013 que redefine e amplifica o Processo Transexualizador no SUS. Dentre outras mudanças, essa última regulamentação incorpora as pessoas que se identificam como travestis, amplia o papel da Atenção Básica, reduz a idade mínima para acompanhamento clínico e hormonoterapia para 18 anos e acrescenta as cirurgias exigidas e recomendadas para os homens transexuais. Além disso, acrescenta a plástica mamária com prótese de silicone e cirurgias corretivas e complementares à CRS. Atualmente, existem quatro hospitais públicos no Brasil que são cadastrados pelo Ministério da Saúde para realizarem esses procedimentos, nas cidades de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiânia. Entretanto, parece que novamente os homens transexuais ficaram para trás, pois a neofaloplastia ainda mantém-se em caráter experimental e a metoidioplastia<sup>5</sup> (alternativa menos invasiva à neofaloplastia, é uma operação para soltar o clitóris crescido pelos hormônios com/sem alongamento da uretra) nem mesmo foi mencionada.

Paralelamente às evoluções legais, os últimos quatro anos foram marcantes para a expressão das transexualidades na mídia brasileira. Em 2010, a modelo transexual Leandra Cerezo, mais conhecida como Lea T, filha de um destacado jogador de futebol brasileiro, ganha

---

<sup>5</sup> Essa cirurgia já é autorizada e praticada nos EUA, Canadá e em países da Europa.

fama nacional e internacional ao desfilarem para a grife Givenchy e posar seminua numa revista revelando um corpo feminilizado e parte de seu pênis. Em 2011, João Nery, o primeiro homem transexual a assumir sua transexualidade nos anos 1970, a mudar de nome e fazer uma CRS, escreve sua autobiografia (Nery, 2011) contando suas trajetórias 30 anos depois e expondo uma sociedade preconceituosa e despreparada para lidar com as diversidades de gênero. Ainda nesse ano, uma mulher transexual foi a modelo escolhida para realizar um ensaio fotográfico nua na maior revista erótica do Brasil. Foi a *Playboy* (Editora Abril, 2011) que convidou Ariadna Thalia, para uma edição especial. Essa mesma revista convidou Roberta Close, a primeira mulher transexual a sair numa revista adulta masculina, a fazer um ensaio erótico antes da sua CRS, em 1984, e depois, em 1990. Já na edição especial de 2011 com a capa da carioca Ariadna de 26 anos, que fez sua CRS na Tailândia, teve seus exemplares esgotados. A mesma ficou conhecida por também ser a primeira “mulher operada”, como citado por ela mesma em entrevista à imprensa, a participar do *reality show* mais visto no país, o Big Brother Brasil. Porém, apesar da novidade, ela também foi a primeira a ser eliminada pelos telespectadores na casa “mais vigiada do Brasil”.

Essa resposta social, que ao mesmo tempo esgota a revista, também expulsa a transexual do programa, demonstrando profundos paradoxos que envolvem a sexualidade, a afetividade, os relacionamentos, o preconceito e a aversão moral. Expressões públicas de nojo e desejo, de dúvidas e certezas demonstram quanto a transexualidade é reveladora de convenções sociais rígidas. Não somente em relação ao que é ser homem e ser mulher, masculino e feminino, mas também no que tange os conceitos de família e casal, uma vez que homens e mulheres transexuais também se reconhecem dentro dessas possibilidades de subjetivação<sup>6</sup>.

Todas essas discussões legais e movimentações sociais eram também temas constantes nos grupos que acompanhei no Protig e quase sempre era retomados frente a entrada de um novo membro (que poderia não saber dessas informações legais e sociais), de uma mudança legal ou de uma nova notícia da mídia. Devido ao grande fluxo de doutorandos que passavam pelo grupo, às relações com profissionais e estudantes ligados às ciências sociais, a psicologia social e outras áreas fora da medicina foi transformando o discurso dos membros dessa equipe. Com o passar

---

<sup>6</sup> Subjetivação aqui refere-se ao modo como o sujeito faz a experiência de si a partir de um determinado jogo de verdades (Foucault, 2006). Ou seja, como as próprias pessoas se constituem como sujeitos, legitimados/legitimando-se por determinados tipos de conhecimentos, que estão dentro de um jogo de múltiplas verdades, sejam elas religiosas, científicas, cotidianas, etc..

desses dois anos que me relacionei com a equipe do Protig, o discurso biomédico foi abrindo espaço para a preocupação da pesquisa com qualidade de vida, risco social e, no meu caso, conjugalidades dessa população.

Após o período de acompanhamento dos grupos, como primeira etapa da pesquisa em si, foram feitos três grupos focais com o objetivo de qualificar os roteiros das entrevistas dos casais. Nesses, surgiram temas que nos fizeram perceber mais elementos da complexidade existente nas transexualidades, mais do que nos espectros das conjugalidades. Porém, temas como as mudanças corporais, a visibilidade social, assumir o relacionamento, as redes de apoio social, as construções e relações entre sexo e gênero, os relacionamentos amorosos em momentos diferentes de vida, a sexualidade antes e após as CRS e a transfobia nos auxiliaram a reorganizar e qualificar nossas perguntas, mas não foram profundos o suficiente para compreender as conjugalidades.

No segundo semestre de 2013, iniciaram-se as entrevistas, que foram finalizadas em dois meses. Os casais entrevistados foram solícitos ao pedido, sendo que nenhum se negou a conversar. Pelo contrário, nas entrevistas surgiram temas esperados e inesperados que serão contados e analisados no artigo quatro. Na metade do segundo semestre de 2013 tive a aprovação da CAPES para o Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, que foi realizado na *Université du Québec à Montréal*, na cidade de Montreal, Canadá. A partir do estabelecimento de uma parceria informal prévia entre meu Orientador a Dra. Line Chamberland, passei quatro meses em seu grupo de pesquisa *Chaire de Recherche sur l'homophobie* sob sua supervisão. Lá, tive os aparatos necessários para o início da escrita da Tese, assim como conheci pesquisadores e pessoas ligadas ao movimento social e pesquisa LGBT. Apresentei na Universidade duas conferências, uma relacionada ao segundo artigo dessa Tese e outra a partir dos dados parciais de duas entrevistas.

Dessa forma, retomando a impessoalidade na escrita, a partir do problema inicial de pesquisa e de toda a experiência agregada durante o doutoramento, compreende-se que todos os artigos convergem, de formas paralelas e complementares, na direção de declarar que a conjugalidade é mais um dos territórios relacionais nos quais as tensões e contradições com as normas de gênero são vividas. Entretanto, nesse território não há somente afirmações dessas normas binárias que tencionam as relações, dirigidas de forma polarizada e aguda tanto em direção ao gênero designado quanto à identidade de gênero. Nesse Tese afirmar-se, baseado nas análises realizadas, que as conjugalidades transexuais aqui descritas também são territórios que

tencionam e desafiam as normas de gênero e possibilitam desfechos flexíveis, não direcionadas a nenhum desses extremos. Ou seja, essa configuração específica pode possibilitar a desestabilização dessa tensão e possibilitar novas direções alternativas à lógica binária, especialmente nos campos das performatividades sexuais, das divisões de tarefas cotidianas e das relações com as famílias de origem.

Esperamos que a leitura seja agradável e que essa Tese possa, de alguma forma, fazer transcender os conhecimentos sobre as transexualidades e as conjugalidades da/o leitor/a.

## **ARTIGO I**

**TRANSEXUALIDADES: UM “CABO DE GUERRA” ENTRE SABERES**

**TRANSSEXUALITIES: A “TUG OF WAR” BETWEEN KNOWLEDGES**

## Resumo

As transexualidades têm sido amplamente debatidas no campo da diversidade sexual e de gênero. O objetivo desse texto é apresentar sucintamente esse debate em quatro áreas que têm tentado dar conta desse assunto: a Biologia, a Medicina, a Psicanálise e as Ciências sociais. Enquanto a biologia utiliza-se mais do que a anatomia ou a genética para denominar machos e fêmeas, a Medicina busca na etiologia das diferenças entre os sexos a explicação para as transexualidades. A Psicanálise na sua vertente fálico-edípica, por sua vez, aponta diversas formas de pensar as transexualidades no campo da psicopatologia. Em sua vertente crítica, os Estudos de Gênero marcam que o conceito de sexo é discursivo e que o gênero é performatividade, sendo as transexualidades expressões dessa diversidade de gênero em conflito com as normas binárias.

Palavras-chave: transexualidade, biologia, psicanálise, medicina, gênero, saúde.

## Abstract

Transsexualities have been widely debated in the gender and sexuality diversity field. The goal of this text is to make a brief presentation of this debate in four areas that have been trying to deal with the subject: Biology, Medicine, Psychoanalysis and Social sciences. While Biology uses more than the anatomy or genetics to name males and females, Medicine searches the sex difference aetiology to explain transsexualities. Psychoanalyses, on its phallic-oedipal understanding, points out different ways of thinking transsexualites in the psychopathology field. On its critical understanding, Gender Studies mark that the concept of sex is discursive and that gender is performative, making transsexualities therefore expressions of these gender diversity that are in conflict with binary norms.

Keywords: transsexuality, biology, psychoanalysis, medicine, gender, health.

## Introdução

Após diversas conquistas com relação à homossexualidade, como a descriminalização, a despatologização e a inclusão social, as transexualidades têm sido o assunto mais atual nas discussões sobre diversidade sexual. Isso porque existem diversas questões que, de um modo geral, ainda não estão claras para a população e para os/as profissionais que trabalham com esse tema. Dessa forma, o objetivo desse texto é apresentar de forma crítica as contribuições de campos disciplinares distintos que buscaram definir as identidades de gênero não cisgêneras, denominadas aqui, no plural, como transexualidades. Serão exploradas quatro áreas que têm tentado definir essas identidades/expressões de gênero: a biologia, a medicina, a psicanálise e as ciências sociais. Será utilizada no decorrer desse trabalho a expressão mulher transexual para significar um corpo sexuado nascido com um pênis e denominado ao nascer como homem, mas que se percebe e se concebe como mulher. Da mesma forma, quando se usa o termo homem transexual, nos referimos a um corpo sexuado nascido com vagina e denominado ao nascer como mulher, mas que se percebe e se concebe como homem.

As transexualidades, as travestilidades e todas as variações de gênero criam um mal estar que abala os alicerces de uma lógica que determina muitas de nossas condutas, sentimentos e nossa linguagem. Isso porque, segundo Berenice Bento, na esteira de Judith Butler, o gênero é o fio condutor que amarra todos os seres-humanos, muito antes de seu nascimento (Bento, 2006). Assim, para que seja possível entender as transexualidades melhor, é necessário compreender inicialmente o próprio conceito de gênero, tal como ele é abordado nos campos disciplinares acima indicados.

Biologia – machos e fêmeas: um conceito simples?

Começamos imaginando que você decidiu comprar um cachorrinho macho. Ao chegar ao canil, o dono lhe mostra uma ninhada de alguns pequeninos. É possível que você diga precisamente, somente olhando, quais são os machos e quais são as fêmeas? Um leigo em cães provavelmente teria certa dificuldade. Pense nos mamíferos em geral. Fora o leão, a leoa e os animais com chifres, impõe-se um pouco mais de dificuldade de distinguir fêmeas e machos nas girafas, macacos, cavalos, ovelhas, gatos, tigres, ursos, elefantes, golfinhos, baleias, zebras,

coelhos, etc. Agora imagine que você deixou esse seu cãozinho macho numa Petshop e vai buscá-lo. Ao recebê-lo, imagine que a loja tenha posto em suas orelhas dois lacinhos cor de rosa e, no meio de seus olhos, um pequeno adesivo brilhante. Qual seria sua reação? Você levaria e não comentaria nada? Você pediria para tirar ou trocar o adereço? O que você faria? De qualquer forma, independentemente da resposta, o conceito que dá inteligibilidade a esse enfeite no seu cão é gênero.

Joan Roughgarden (2004), bióloga, filósofa e Doutora em ecologia, defende que para um biólogo o conceito de macho e fêmea implica somente na capacidade de produzir gametas pequenos e grandes, respectivamente. Produzir esperma e o gameta Y não são definidores da questão. Mesmo que em espécies que se reproduzam sexualmente (necessitando de um acoplamento macho e fêmea para a reprodução, sendo que a definição mesma do macho e da fêmea é sempre uma convenção linguística sustentada em argumentos provisórios), o binário do tamanho dos gametas não se estende ao aspecto externo, conforme ela exemplifica. No reino animal, muitas espécies são machos e fêmeas ao mesmo tempo ou em fases diferentes da vida (invertebrados na sua maioria), além das fêmeas serem maiores que os machos (peixes principalmente). Existem algumas espécies em que o macho gera a prole, cuida do ninho (cavalos marinhos e pinguins, respectivamente) e possuem cromossomos XX (muitos pássaros) ou não demonstram diferenças entre os cromossomos. Em alguns répteis (jacarés, tartarugas e lagartos) e peixes, o sexo é determinado pela temperatura, podendo a fêmea controlar a população sexual de seus descendentes pela exposição dos ovos. Em algumas espécies, machos e fêmeas são praticamente indistinguíveis, e em outras, os machos podem possuir mais de duas formas. As hienas pintadas possuem uma estrutura semelhante a um pênis, externamente idênticas, ao passo que alguns morcegos possuem glândulas mamárias produtoras de leite. Em algumas espécies, as fêmeas controlam os machos (elefantes, macacos babuíns, bonobos e guenons, hienas, viúva-negra, louva-deus, lêmures, e leões) e, em muitas, o acasalamento é uma interação em que fêmea e macho fazem a escolha, podendo a fêmea recusar um macho dominante. A monogamia é rara no reino animal, podendo machos e fêmeas ter vários parceiros. Dessa forma, o fato de que a maioria das espécies se reproduz sexualmente e assim, se convencionou definir macho e fêmea, de forma geral, é a partir do tamanho dos gametas que se buscou uma possível generalização na biologia. Mas “além dessas duas generalizações, a universalização termina e começa a diversidade.” (Roughgarden, 2004, p.28).

Por outro lado, a existência do cromossomo Y no cariótipo humano tem sido um argumento de diferenciação biossocial entre homens e mulheres, ou seja, homens são XY e mulheres são XX. Muitas vezes, essa afirmativa está correta. Entretanto, tanto as experiências transexuais (e todas que estão em confronto com as normas de gênero) quanto a pluralidade das intersexualidades vêm demonstrando que nem sempre existe uma linearidade entre XX-fêmea-mulher ou XY-macho-homem. Paula Sandrine Machado (2008), psicóloga e Doutora em Antropologia, a partir de sua tese sobre intersexualidade, compreende que, no contexto de decisão das intervenções médicas sobre o desenvolvimento sexual, o sexo surge como uma categoria médico-diagnóstica, dotada do olhar genético e biológico, que deve ser definido a partir da alegação de que proveria um suposto bem-estar psicossocial. Ou seja, se acopla uma convenção biomédica a uma moral social determinada pelo binarismo que garante uma suposta linearidade congruente. Entretanto, a pesquisadora mostra que muitas vezes esses processos estão distantes da cooperação/construção do par sexo/gênero em conjunto com os familiares ou redes dessas pessoas, das formulações culturais que se opõem aos processos cirúrgicos e dessa previsão de “bem-estar”. O Consenso de Chicago, que trata do manejo da intersexualidade, afirma que a incerteza do sexo pode ser estressante, mas que essa designação deve incluir

diagnóstico, aparência genital, opções cirúrgicas, necessidade de terapia de reposição durante a vida, potencial para fertilidade, pontos de vista da família e, algumas vezes, as circunstâncias relacionadas às práticas culturais. (Lee, Houk, Ahmed & Hughes, 2006, p.491).

A partir dessas considerações, torna-se difícil e até perigoso à saúde mental, termos a biologia, em sua forma mais abrangente, como o saber que ditará a verdade do sexo. Busca-se então a medicina para contribuir na resposta dessa questão.

#### A Medicina: diferenciação cerebral e psicopatologia

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2008), a medicina tradicional refere-se às práticas, abordagens e conhecimentos que têm como objetivos tratar, diagnosticar e prevenir doenças, assim como a manutenção do bem-estar. A partir da ideia de bem-estar, justificam-se pesquisas que objetivam encontrar as diferenças estruturais e funcionais entre os cérebros de homens e mulheres, a fim de compreender as grandes distinções sociais entre eles. Já o conceito de doença, ou transtorno, abre espaço para que a medicina busque as justificativas no campo da neuropsiquiatria e na endocrinologia para corpos sexuados que não se adequam aos

limites do binário macho/masculino e fêmea/feminino. Em relação às transexualidades, um dos médicos que mais teve influência sobre essa questão nas décadas de 1950 e 1960 foi o Endocrinologista e Sexólogo Harry Benjamin.

Harry Benjamin (1966) defendia que os conceitos de macho e fêmea se tornaram incertos devido ao avanço nos campos da biologia e genética, não havendo mais uma divisão ou dicotomia absoluta entre eles. Para ele, o sexo se dividia em cromossômico, genético, anatômico, legal, gonadal, germinal, endocrinológico (hormonal), psicológico e social. Mas, apesar dessa abertura, o autor compreendia que uma "quase perfeita sinfonia dos sexos é a regra. Porém, podem ocorrer distúrbios mais frequentemente do que é normalmente esperado" (p.10). Benjamin compreendia que o sexo "verdadeiro" era aquele ligado ao cromossômico e genético, colocando todas as alterações dessa sinfonia na categoria de transtorno ou síndrome. Situando-se claramente contra a segregação, criminalização e violência contra travestis e transexuais, para ele, a grande diferença entre ambos residia no fato de que o primeiro se contentava em vestir-se e comportar-se de acordo com o sexo oposto. Já o segundo, desprezava seu corpo e demanda operações corretivas para ajusta-lo ao seu gênero. A partir disso, criou uma tabela sobre desorientação de sexo e gênero e dividiu-os em 6 graus: a) a categoria travesti foi dividida em: (1) pseudo, (2) fetichista e (3) verdadeiro; b) a categoria transexual foi dividida em: (4) não-cirúrgico, (5) de intensidade moderada e (6) de intensidade alta. Esses seis níveis conduzem a ideia de que as transexualidades seriam uma forma mais avançada, ou mais transtornada, desses desvios identitários.

O autor deixa claro a etiologia do "transexualismo e travestismo" (sic) pertencia a um campo obscuro para a ciência da época, mas defendia que as hipóteses de determinismo psíquico apontadas por psicanalistas eram insuficientes para cobrir todos os casos por ele estudado (Até 1964, Benjamin relata ter tido contato com 152 MtF e 20 FtM , tanto travestis quanto transexuais) e apostava numa hipótese mais multifatorial. Ele acreditava que aspectos genéticos e hormonais eram fundamentais na produção desses sintomas, assim como a relação com imprintings e condicionamentos sobre sexo e gênero poderiam também ser explicações psicológicas para essa questão.

A maior parte de sua produção está voltada ao que ele chamava de transexuais masculinos (MtF ou mulheres transexuais nos nossos termos), enquanto pouco é dedicado ao

estudo das transexuais femininas (FtM ou homens transexuais nos nossos termos). Porém, o autor ressalta as analogias entre ambos num capítulo reservado ao assunto.

A partir das hipóteses biológicas lançadas por Benjamin e apesar da biologia claramente nos dizer que “natureza” é sinônimo de diversidade, mutante e plural, a medicina tem buscado as razões das anormalidades desses corpos. Dois estudos são marcadores desse ponto de vista da ciência com relação às transexualidades.

Zhou e colaboradores (1995) concluíram que o volume da estria terminal, uma das três áreas cerebrais mais relacionadas com o comportamento sexual e maior em homens do que em mulheres, é semelhante na amostra de 06 mulheres transexuais comparadas a mulheres não-transexuais, independente do uso de hormônios. Os autores sugerem que esse achado poderia ser uma hipótese etiológica das transexualidades, levando em consideração que a semelhança entre os dois cérebros corroboraria essa ideia. Apesar da variação demonstrar uma diferença na amostra independente da variação das outras áreas cerebrais, os autores falham em diferenciar comportamento sexual (relacionado à atividade sexual) e identidade de gênero, sendo que as problemáticas das transexualidades estão muito mais relacionadas com um “ser homem/mulher/” do que com o desejo ou atração sexual/afetiva por alguém. O tamanho da amostra e a falta de aprofundamento no estudo também deixam lacunas para diversas interpretações, nenhuma delas embasada em dados científicos.

No segundo estudo, Green e Keverny (2000) buscam compreender essas diferenças a partir da genética, atestando que o transexualidade poderia ser explicada por alterações no padrão do imprinting genômico dos cromossomos sexuais. Esta hipótese foi constituída a partir da percepção de que mulheres transexuais tinham famílias com predominância significativa de tias maternas. Esse fato explicaria uma deficiência cromossômica que faria com que os machos dessas famílias nascessem com maior expressão feminilizante do cromossomo X. Apesar da significância estatística, apenas uma hipótese observacional e a falta de dados precisos sobre a configuração genética das mulheres transexuais enfraquece o estudo. Além disso, nenhum dos dois estudos foi suficiente em alongar essas explicações aos homens transexuais.

Numa revisão recente da literatura sobre as diferenças de gênero nos cérebros humanos, Zeenat Zaidi (2010), da faculdade de medicina da King Saud University na Arábia Saudita, concluiu que os cérebros dos homens e das mulheres apresentam diferenças anatômicas, funcionais e bioquímicas. Porém, ambos os sexos demonstram a mesma capacidade intelectual,

não havendo nenhuma superioridade entre eles. O pesquisador justifica que esses estudos são importantes para possibilitar tratamentos específicos para doenças neuronais baseadas no sexo, uma vez que as causas delas podem ser hormonais, genéticas e apuradas evolutivamente. Entretanto, paradoxalmente, o autor escreve:

Estudos em plasticidade cerebral já demonstraram que a experiência muda a estrutura de nossos cérebros [...] no nascimento, o cérebro humano ainda está se preparando para operar totalmente. A tarefa do cérebro até os três anos de idade é estabelecer e reforçar conexões com outros neurônios [...] depois dos três anos a criação das sinapses diminui até aproximadamente os 10 anos de idade. As sinapses que são mais usadas se tornam parte permanente do cérebro. As sinapses que não são usadas com frequência são eliminadas [...] meninos tendem a ter muito mais práticas associadas à ‘mobilidade espacial’ do que meninas. Essa diferença possivelmente poderia ser eliminada se as meninas fossem estimuladas em modalidades exploratórias. (p.47)

Ao mesmo tempo em que a pesquisa pensada a partir do dimorfismo sexual determina diferenças entre os cérebros e as conecta com as causas citadas, o último argumento coloca em xeque todas elas. Se o cérebro de um bebê tem múltiplas possibilidades que, quando estimuladas, se perpetuam e podem alterar a estrutura cerebral e, uma vez não usadas, podem ser descartadas, como ter certeza dos limites entre natureza-cultura? Meninos e meninas são criados e tratados muitas vezes de formas diferentes e antagônicas; o que parece é que cada cérebro encontra uma forma de lidar com essas diferenças e elabora caminhos sinápticos para se adaptar ao mundo. O problema não é encontrar diferenças a fim de utilizá-las em prol da “saúde”. A questão que se coloca aqui como alvo de discussão é a colagem do sexo biológico a uma determinação de gênero cultural. Essa diferença será justificada em pesquisas como essa, usando como amostras cérebros já formados pela própria cultura através da plasticidade, reiterando o conhecimento de que homens e mulheres são diferentes em estrutura e conduta por causa de seus corpos. O conceito de plasticidade quebra essa lógica, pois se refere às respostas adaptativas do sistema nervoso frente a estímulos percebidos. Ou seja, além do conceito indicar que o aprendizado é contínuo, mostra que o cérebro é capaz de se reorganizar para sobreviver a partir da interação genética e ambiental/cultural (Oliva, Dias & Reis, 2008) e não da supremacia dos corpos.

Numa revisão de 46 meta-análises sobre o tema, Hyde (2005) confirmou a hipótese de similaridades de gênero e demonstrou que as diferenças entre os sexos podem variar de acordo com a idade dos participantes e do contexto que em são feitas as pesquisas. Logo, o modelo de diferenciação entre os sexos está sendo cada vez mais sobreposto pela de hipótese de similaridades de gênero, que demonstra que homens e mulheres são similares na maioria das variáveis psicológicas.

Os estudos neurológicos que insistem na busca cerebral das identidades sexuais/gênero buscam compreender a etiologia das transexualidades, pois partem do pressuposto de que essas expressões/identidades de gênero correspondem a um transtorno mental. Esses pressupostos têm suas marcas nas décadas de 1960-1970 quando os estudos de John Money e Robert Stoller (1964) inauguram cientificamente o termo identidade de gênero e introduzem uma frente médica que propõe, através de protocolos iniciados por Henry Benjamin (WPATH, 2010), as mudanças corporais e as cirurgias de redesignação sexual como tratamento para esse transtorno.

Assim, tanto no DSM-IV-TR (Associação de Psiquiatria Americana - APA, 2002) como na CID-10 (Organização Mundial da Saúde - OMS, 2007), a identidade de gênero distinta do sexo designado ao nascimento é vista como uma alteração com sintomas clínicos passíveis no campo da psicopatologia. Nesses manuais, que tratam dos transtornos mentais, a transexualidade é vista como um

desejo de ser, ou a obstinação do indivíduo de que ele é do sexo oposto [...] e um desconforto persistente com o próprio sexo atribuído ou uma sensação de inadequação no papel de gênero deste sexo. (APA, 2002, p.547).

A CID-10 ainda mantém o nome transexualismo (com o sufixo ismo para indicar transtorno (como na expressão homossexualismo, retirada dos manuais diagnósticos entre as décadas de 1970-1990), mas segue os mesmos critérios.

Já na quinta e última versão do DSM (American Psychiatric Association, 2013), o termo Transtorno de Identidade de Gênero é substituído pelo termo Disforia de Gênero. Os critérios diagnósticos em relação às sensações ou estados de mal-estar de gênero que cause estresse significativo são muito parecidos com os da quarta versão, mas, nessa nova revisão, a APA deixa claro que “O termo atual é mais descritivo que o anterior... [e] foca na disforia como o problema clínico, não a identidade por si só” (p.451). As mudanças também aparecem na escolha de uma nomenclatura que respeite e não “patologize” as identidades de gênero; no uso de um termo diagnóstico mais apropriado em relação às experiências singulares e à terminologia da Sexologia, substituindo “transtorno” por “disforia”; na possibilidade do uso do diagnóstico para o acesso aos serviços de saúde responsáveis pelos tratamentos adequados e; na expectativa de que cause menos estigma social. O diagnóstico é também dividido de acordo com as faixas etárias, isto é, com critério diagnósticos específicos para crianças e adolescentes/adultos, e o tempo de persistência dos sintomas foi reduzido para seis meses. Além disso, não é mais necessário para o diagnóstico, no caso de adolescentes/adultos, que essas características estejam presentes desde a

infância e fica claro que a morbidade com outros sintomas, como ansiedade, depressão e suicídio, está significativamente correlacionada com as experiências de violência, humilhação e estresse vividas pela inadequação e pela falta de aceitação social.

Essas mudanças demonstram um avanço importante nas relações entre o conhecimento das ciências médicas e da saúde em relação às experiências transgêneras, mas ainda mantêm o pressuposto de que essas “inadequações prejudiciais” derivam de um problema mental, uma vez que estão descritas no DSM. A partir dessas mudanças, nos restam algumas dúvidas: como essa mudança conceitual e terminológica afetará os-as profissionais de saúde, uma vez que as transexualidades foram descritas e ensinadas como transtornos mentais? O tempo mínimo de acompanhamento nos grupos para a realização das pelas cirurgias serão reduzidos, da mesma forma que foi reduzido o período mínimo do diagnóstico? O que essas mudanças científicas produzirão nos discursos das/os transexuais, travestis e pessoas que variam das normas de gênero, seus familiares e suas redes sociais? Uma vez que os diversos tratamentos são curativos, estarão essas pessoas “curadas” da disforia? Serão eles ou elas mais legítimos como homens, mulheres ou outros-as, uma vez que não têm mais um transtorno mental, mas sim uma disforia que pode ser “readequada”?

A psicanálise perdeu espaço no campo psiquiátrico para a neurobiologia, mas é uma influência histórica importante para a psiquiatria. Ela ainda está presente em diversos países como uma forma de exercício da clínica que goza de legitimidade social, assim, cabe perguntar como essa área do conhecimento tem abordado a discussão sobre sexualidade e gênero?

#### Psicanálise: da invisibilidade freudiana à psicose lacaniana

Em três grandes revisões críticas da literatura psicanalítica, Pierre-Henri Castel (2001), Marcia Aran (2006) e Éric Macé (2010) buscam relacionar a história e os conceitos psicanalíticos com a forma como as diferentes vertentes da psicanálise abordam as transexualidades e as identidades trans de forma geral. Os trabalhos destacam quatro pensadores importantes para compreendermos a relação dessa teoria com a trajetória da construção dos conceitos, etiologias, tratamentos e tecnologias que atualmente fazem parte de como essas identidades são pensadas. São eles: Richard Van Kraft-Ebbing, Sigmund Freud, Robert Stoller e Jacques Lacan.

A trajetória da psicanálise no campo das diversidades sexuais e de gênero tem início com uma certa apropriação do livro *Psychopathia Sexualis*, escrito pelo médico austríaco Richard Van Krafft-Ebing (2011). Esta obra se tornou um dos manuais mais importantes no que tange às perversões sexuais no século XIX. O autor descreve anomalias das pulsões a partir de diversos casos de violência e crimes sexuais. Em relação à sexualidade, segundo o autor, os níveis de manifestação destas “degenerações” iriam desde sentimentos e instintos homossexuais, passando por mudanças da “personalidade psíquica”, com a correspondente “inversão sexual”, até o desejo de alteração corporal. Desde então, o termo transexualismo, uma forma de variante (à época) da “psiquiatrização” da homossexualidade, começa a ser descrito como um transtorno mental (Aran, 2006).

Já Sigmund Freud (2006a), fundador da psicanálise, compreendia que o desenvolvimento da sexualidade madura é um produto de uma crise psíquica chamada por ele de “complexo de Édipo”. Nesse momento, a criança deve poder retirar suas forças psicosexuais dos alvos parentais, para então poder estabelecer uma eleição de objeto sexual apropriado na adolescência. Numa de suas explicações sobre a homossexualidade na vida adulta, Freud pensava que ela seria “uma variação da função sexual, produzida por uma determinada detenção[bloqueio] do desenvolvimento sexual.” (Freud, 1961, p.419). Apesar de não ter sido possível atingir seu cume (heterossexualidade), a homossexualidade, na sua opinião, não poderia ser considerada um vício, degradação, crime, doença ou algo a se envergonhar. Entretanto, Freud fala que o tratamento da homossexualidade depende de sua qualidade e da idade do indivíduo, mas que não se pode prever o resultado dessa terapêutica. Essas afirmações abrem caminho para concepções diversas em relação à psicanálise da homossexualidade e, por conseguinte, das diversidades sexuais, das quais uma delas estará baseada na busca etiológica dessa disfunção edípica.

Dessa forma, a partir das concepções de um bissexualismo originário e da inexistência de uma correspondência obrigatória entre pulsão e objeto, Freud afirma que este último adquire um caráter que pode variar de acordo com contingências diversas (Aran, 2006). Porém, uma vez que o objeto fosse “invertido”, ou seja, que a criança deslocasse seu foco objetal para o genitor do mesmo sexo, ao invés do genitor de sexo oposto, poderia se inferir que ela teria uma identificação com o genitor de sexo oposto. Apesar do tema das relações de gênero e das experiências “trans” não serem explicitados em suas obras, nota-se uma dedução psicanalítica de que todo(a)

homossexual teria fortes tendências a identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico e que a orientação sempre seria homossexual.

Apesar das conotações voltadas mais ao psiquismo em oposição às que colavam a diversidade sexual como crime ou doença, não estão claras nas obras de Freud as distinções entre orientação e identidade sexual, até mesmo porque esses conceitos se consolidaram nas décadas de 1960-1970. Entretanto, a partir do caso Schreber, Freud argumenta que o fato dele travestir-se, mesmo que marcadamente delirante no relato de sua análise (Freud, 2006b), seria uma inversão da identificação sexual. Esta identidade aparece como uma conduta delirante de negação da homossexualidade porque permite ao sujeito convencer a si mesmo que sua orientação sexual é heterossexual, apesar das semelhanças dos órgãos genitais de seus parceiros (Macé, 2010). Assim, as identidades trans nada mais seriam do que formas alternativas e precárias de lidar com desejos homossexuais reprimidos.

Já o psiquiatra e psicanalista Robert Stoller (1968), discordando da bissexualidade primária freudiana e do determinismo biológico de Benjamin (Macé, 2010), mas baseado nos bloqueios do desenvolvimento psicosssexual freudianos e nas diferenciações entre os conceitos de sexo (biológico) e identidade gênero (cultura), descritos em conjunto com John Money, sugere a noção de um núcleo dessa identidade.

A partir de sua experiência profissional com 85 pacientes intersex e 63 familiares, Stoller defende a hipótese de que o senso de masculinidade e feminilidade, ou núcleo da identidade de gênero, é presente e permanente desde a primeira infância. Esse núcleo, gerado por forças biológicas e psicológicas, normalmente tem o pênis ou a vagina como signos sociais, mas eles não são essenciais para a produção desse senso de identidade. Stoller argumenta que, apesar "da contribuição feita pela anatomia da genitália externa" (p.72) e "do segundo componente, o relacionamento criança-pais..." (p.73) fatores biológicos, endócrinos, genéticos, neurofisiológicos ou embriológicos, exercem uma terceira força ainda desconhecida. Essas três fontes reforçariam uma a outra, mas nenhuma seria necessariamente essencial, devido à variedade dos casos apresentados por ele. Porém, quando o autor trata do que chama de transexualidade infantil masculina, deixa clara sua hipótese psicodinâmica, ou seja: uma criança designada como menino, biologicamente menino, que sofre de uma superexposição à identificação com uma mãe deprimida e simbiótica, a qual o deseja inconscientemente como menina e que, ao mesmo tempo experiêcia uma ausência paterna/conjugal quase total, tornar-se-ia transexual. Mas como esse

padrão não desenvolveria uma psicose? Stoller argumenta que a simbiose da transexualidade masculina é totalmente satisfatória, e não contraditória ou de duplo vínculo como a psicótica. Essa total mescla torna femininos o papel e a identidade de gênero da criança. Entretanto, Stoller deixa claro que essas hipóteses estão baseadas em poucos casos estudados, uma vez que a maioria de seus pacientes não era transexual, nem travesti.

Esse núcleo, origem do “verdadeiro transexual” ou transexualismo primário, formado no segundo e terceiro anos de vida, seria o operador central da experiência transexual (masculina ou de mulheres trans) e seguiria três princípios básicos: sensação de uma identidade permanente, sem ambiguidades, e oposta ao seu sexo biológico; horror ao pênis, sem investimento libidinal; e uma relação simbiótica com a mãe. Ele acreditava que existiria na natureza um determinismo biológico e psíquico que faria de todos os seres mulheres. A existência de seres masculinos estaria ligada às intervenções de fatores masculinizantes, tanto no plano biológico (gameta Y) quanto no psicogênico (castração paterna): “quando o pai do menino não dá um fim nesse processo dessas duas pessoas de sexos opostos devorando seus próprios gêneros, um garoto que sente que ele é uma menina pode ser produzido.” (p.125). A falha dessa intervenção paterna impediria o menino de nunca mais se identificar com os homens. Assim, preconizava a cirurgia de transgenitalização apenas para esses “verdadeiros” transexuais, como forma de diminuir o sofrimento, uma vez que a psicoterapia psicanalítica não mais os alcançaria.

Stoller concorda com Benjamin quando afirma que "travestismo e transexualismo são cada qual distúrbios graves da identidade de gênero..." (p.176), mas o primeiro é considerado como prazerosos, fetichista e sem desconforto com o corpo.. Já o transexualismo aparece na forma de um pertencimento consciente e inconsciente ao sexo oposto, com forte desejo de transformações corporais, mas sem negação de sua anatomia sexual.

No Brasil, dois autores psicanalistas se destacam por terem sido os primeiros a terem seus livros traduzidos para língua portuguesa e, provavelmente, por terem influenciado boa parte da clínica psicanalítica brasileira: Catherine Millot e Henry Frignet. A partir das concepções de Stoller e do argumento de Lacan de que o discurso transexual estaria fundamentado na confiança delirante em relação à identidade e as alterações corporais (Aran, 2006), Henry Frignet (2002) e Catherine Millot (1992) ambos psicanalistas lacanianos, desenvolvem uma clínica estrutural do “transexualismo”. Em termos lacanianos, não tendo o Édipo, o recalque e nem a falta como operadores organizativos pela falha da impressão do Nome do Pai, as transexualidades seriam

uma forma particular de psicose. Ambos acreditam que a recusa dessa identificação voltaria como demanda ao real do corpo a fim de afirmar um imaginário e um simbólico femininos. Para explicar o conteúdo delirante, mas não estruturalmente psicótico, também consideram as transexualidades e travestilidades personalidades limítrofes, ou seja, estruturas psíquicas que conseguem ultrapassar a psicose, mas não conseguem se organizar neuroticamente (congruência entre sexo/gênero/desejo).

De forma geral, a literatura psicanalítica analisada nesse trabalho produzem no discurso corrente três aspectos que devem ser grifados: (1) que as transexualidades e travestilidades são um distúrbio ou transtorno da evolução normal da identidade de gênero; (2) são originárias da recusa à homossexualidade ou de uma distorção psicótica; (3) que a fusão materna e o distanciamento paterno são os determinantes psíquicos e, por fim; (4) que a demanda pelas intervenções cirúrgicas são produtos dessas ilusões assim como são alimentadas pelas ofertas médicas e medicamentosas e nada mais são do que formas paliativas de lidar com o sofrimento.

Entretanto, cada uma dessas premissas é contra-argumentada pelos estudos que discutem esses conceitos nas ciências sociais (Castel, 2001; Aran, 2006; Butler, 2007; Macé, 2010, Lomando, 2012). Primeiro, as ciências sociais que tratam do tema postulam que o gênero é um produto culturalmente produzido, mas não é passível de uma plena e completa normalização, uma vez que sua estrutura é uma construção multifacetada por aspectos sociais, históricos constituintes da forma como o humano torna-se inteligível. Segundo, que as orientações sexuais e as identidades de gênero são conceitos diferentes e emergem em diversas culturas de formas muito variadas. Terceiro, em seus relatos sobre mulheres transexuais, Berenice Bento (2006) analisa histórias de vida em relação às suas mães e relata experiências muito diversas das contadas por esses autores, nenhuma fechando-se adequando ao triângulo mãe-simbiótica/criança-identificada/pai-ausente. Por último, diversos artigos que investigaram a relação entre bem-estar, saúde emocional e sexual com as transformações hormonais e/ou cirúrgicas e acompanhamento psicossocial concordam que esses tratamentos (tanto cirúrgicos como de facilitação das variadas construções identitárias) podem ser indicados de formas diversas e têm obtido resultados satisfatórios em homens e mulheres transexuais (McCauley & Anke, 1980; Dixen et al, 1984; Lobato et al, 2001; Lawrence, 2005; Ettner, 2007; Pinto, 2008; Brown, 2010). Esses dados contradizem os prognósticos psicanalíticos de manutenção do

sofrimento, uma vez que os tratamentos têm como alvo aspectos de disforia de gênero e não as identidades em si.

## Ciências sociais – feminismo e as experiências transgêneras e queers

Até certo momento na história do Ocidente, acreditava-se que não existiam as diferenças contemporâneas entre sexo e gênero. No século XVII acreditava-se que somente existia um único sexo (o masculino) e que quando não havia calor suficiente no corpo do embrião, ele não conseguia externalizar a genitália e acabava por nascer uma mulher. Assim, a mulher era vista, não só pelo povo, mas pela ciência da época, como um homem não evoluído. A essa noção dá-se o nome de isomorfismo. O conceito de dimorfismo é historicamente posterior, ou seja, a presença na cultura e na ciência ocidentais da existência de dois sexos distintos: o masculino e o feminino, é algo recente (Laqueur, 2001).

Esse conceito abriu caminho para que o sexo se tornasse uma parte de um aspecto biológico a partir do qual o gênero deveria se constituir em ressonância. Assim, tudo que saísse da dicotomia homem-masculino e mulher-feminina tornava-se anormal. A ciência normatizou os corpos e patologizou a diversidade (Bento, 2008). É dessa ciência que nasce a cirurgia de “mudança de sexo”, iniciadas na década 1930, com objetivo inicial de adequar um corpo de um homem a uma alma de mulher.

Não há como compreender o conceito de gênero sem entender as influências dos estudos feministas na cultura. Enquanto a primeira onda do feminismo dava conta do sufrágio universal, a segunda onda deu conta de separar os conceitos de sexo e gênero e estendê-los às relações sociopolíticas (Haraway, 2004). O conceito de gênero já foi revisto algumas vezes, mas pode se referir à forma como os seres-humanos definem o que é (e o que não é) ser homem e mulher, a partir de contextos históricos, culturais, sociais e não a partir da anatomia de seus corpos (Gênero e Diversidade na Escola, 2009). Gayle Rubin (1993) define o sistema sexo/gênero como um conjunto de disposições através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em artigos da atividade humana. Ao perceber o sexo como pré-discursivo, a autora isenta-o de reflexões a respeito de sua construção sociocultural. O sexo fica salvaguardado na sua conveniente “natureza”. Gênero, por outro lado, fica aberto à mudança histórica e, conseqüentemente, à agenda de lutas feministas. Joan Scott (1986) segue esse caminho e postula

que gênero é uma percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças a partir de uma forma de pensar inflexível e dual. Scott não nega as diferenças entre os corpos, mas busca as relações de poder nas relações entre eles.

Os estudos identificados como pertencentes à terceira onda mostram que sexo e gênero não são conceitos que se associariam a uma lógica linear entre natureza e cultura, na qual primeiro viria o sexo. Muito pelo contrário; esses afirmam que é a generificação da cultura que cria a ideia de sexo; que é o gênero que fornece inteligibilidade à ideia de homem e mulher (Leite Jr, 2011). Linda Nicholson (2000) argumenta que o corpo sexuado é sempre entendido a partir de um ponto de vista social, logo, o conceito de sexo estaria submetido ao conceito de gênero. Ela reforça que o marco binário reitera estereótipos culturais em relação ao sentido das experiências masculinas e femininas, suprimindo maneiras de ser que desafiam os dualismos de gênero. Ou seja, a forma como uma sociedade entende e cria as possibilidades de sermos sujeitos sexuados define a forma como nos são impostos/sugeridos marcadores estéticos e sociais que criam os termos que nos identificam. Uma ação performativa reiterada que, ao nomear, materializa e confere inteligibilidade ao que somos.

Essa lógica dicotômica ou binária iniciada pelo dimorfismo é chamada atualmente de binarismo sexual, ou seja, percebe-se o mundo apenas a partir de dois polos (binário): masculino e feminino (Machado, 2006). Porém, quando essa lógica penetra na relação entre as pessoas, muitos aspectos escapam a esse binarismo, pois não são inteligíveis ou capazes de serem explicados pelo mesmo. Existem outras culturas que têm uma relação diferente da divisão ocidental, dando muitas vezes nomes diferentes à diversidade de gênero e criando outras possibilidades para essas pessoas.

Assim, a relação que as pessoas têm com o gênero coloca em evidência sua forma de ser, de agir, de pensar, de sonhar. Berenice Bento (2008) sugere que “a transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero [...]” (p.15) Assim, as transexualidades, as travestilidades e as variações de expressões de gênero são formas das pessoas se expressarem, mas que não condiz com o que foi tratado socialmente como sendo possível – a norma. A transexualidade atualmente se coloca numa expressão mais polarizada, onde as pessoas que se identificam como homens ou mulheres, assumem identidades que não dependem exclusivamente da anatomia de seu órgão genital. Muitas/os desejam inclusive criar modificações corporais que preencham essas expectativas subjetivas, mas outras(os) não

(Zambrano, 2006). Porém, como ainda vive-se nessa lógica dicotômica que somente confere a possibilidade de homem ou mulher, não se sabe por certo a quais expectativas essas modificações respondem: o que elas significam para essa pessoa? Seriam elas uma tentativa de adequação à norma? Se no Brasil fosse possível trocar de nome sem a necessidade de um laudo médico atestando uma doença e uma cirurgia, como é o caso da Argentina, haveria o mesmo número de cirurgias? São perguntas ainda sem resposta.

Já as travestilidades se expressam de forma um pouco diferente, uma vez que as travestis muitas vezes se consideram homens e mulheres ao mesmo tempo, por vezes nenhum dos dois ou, ainda, como uma identidade independente, por exemplo, travestis, uma categoria a parte disso tudo. Além das/os transexuais e das travestis, nota-se que cada vez mais pessoas variando e ultrapassando as normas de gênero. Dançam com as possibilidades que o masculino e o feminino oferecem, destituindo o regramento rígido ao esgaçar as barreiras que os separam. As experimentações sexuais e afetivas de jovens são exemplos de uma geração que não se conforma com essas regras que definem e dividem em dois nossa população. São pessoas que nascem num mundo onde já são oferecidas vantagens e possibilidades sem gênero definido, mas que ainda mantém diversos signos e estigmas do velho, porém atuante, binarismo sexual.

## Conclusão

Nesse artigo, buscou-se compreender as transexualidades através de quatro diferentes áreas do conhecimento. Enquanto a biologia utiliza-se mais do que a anatomia ou a genética para denominar machos e fêmeas, a Medicina busca na etiologia das diferenças entre os sexos a explicação para as transexualidades. A Psicanálise na sua vertente fálico-edípica, por sua vez, aponta diversas formas de pensar as transexualidades no campo da psicopatologia. Em sua vertente crítica, os Estudos de Gênero marcam que o conceito de sexo é discursivo e que o gênero é performatividade, sendo as transexualidades expressões dessa diversidade de gênero em conflito com as normas binárias. Outras áreas também trazem importantes contribuições na discussão relativa às transexualidades, como a bioética, a arte, o direito, a filosofia, a enfermagem, etc. Apesar de não ter sido o objetivo desse artigo, sugere-se que uma integração desses conhecimentos.

Algumas questões finais também devem ser ressaltadas. Primeiro, se ainda existir uma lógica binária para definir gênero, este será diferenciado nas suas expressões como normal e anormal. Assim, mantem-se os transtornos de gênero: denominações no campo da psicopatologia criadas para categorizar todos/as os/as desviantes que infringem heteronorma (Butler, 2009). A pluralidade na conceituação de sexo evidenciada pela biologia e a hipótese de similaridade de gênero convergem para o pressuposto de que patologizar gênero não é só violento, uma vez que é possível afirmar que o gênero é construído na/pela história e cultura, mas vai contra o princípio de uma medicina por evidências, que não percebe a complexidade social envolvida na produção de sintomas nas transexualidades.

Segundo, como pode a ciência indicar cirurgias e tratamentos hormonais para um transtorno que compreender ser ordem psíquica? Que carga essas pessoas levam ao descobrirem que suas formas de “generificar” seus corpos as conduzem a um rótulo de “transtorno mental”? Qual é o peso desse rótulo na própria expectativa de saúde dessa população? E, para finalizar, não existem evidências específicas e consistentes para considerar essas expressões como transtornos, apenas inferências e dados soltos (Barlow, 2008) que insistem em reproduzir, através de uma moral sexista, a lógica binária. Mas e se o gênero for despatologizado, como ficaria a intervenção médica do Estado para com essas pessoas? A resposta reside no mesmo argumento que se usa para conceder serviços médicos à gravidez: é um aspecto da vida que necessita de intervenção médica para indicações, diminuição de riscos e cirurgias para facilitar o processo de nascimento (como a cesariana).

Por último, percebe-se que a psicanálise produziu uma importante contribuição para a compreensão e tratamento de diversas formas de sofrimento. Entretanto, a criação de escolas dogmáticas e a submissão da vida a conceitos preestabelecidos, criados em outros tempos e culturas impedem a compreensão de novas possibilidades de estruturação psíquica e enfraquecem sua seriedade. Além disso, o perigo dos conhecimentos da clínica psicanalítica se propagarem sem o devido cuidado, seguindo as mesmas características do conhecimento religioso (Castel, 2001), não obtendo sucesso terapêutico e, por vezes, produzindo sofrimento (Marques, 2010) e piorando a vida e as narrativas das identidades trans. Isso compele uma convocação da transformação da base teórica sustentada em um modelo fálico-edípico sexista e heteronormativo, alertando sobre a violência que produz nas vidas que foram empurradas para o avesso da norma, que a própria psicanálise ajudou a edificar.

## ARTIGO II

### TRANSSEXUAL CONJUGALITIES: A SYSTEMATIC REVIEW ON PARTNERSHIPS OF TRANSEXUAL MAN AND WOMEN<sup>7</sup>

### CONJUGALIDADES TRANSEXUAIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DOS RELACIONAMENTOS DE HOMENS E MULHERES TRANSEXUAIS

---

<sup>7</sup> Esse artigo foi originalmente escrito em português, mas traduzido para o inglês e enviado para o *Journal of GLBT Family Studies* em Janeiro de 2014. Teve-se resposta em Fevereiro de 2014 e esta já é a segunda versão alterada com as sugestões do periódico. Dessa forma, decidiu-se deixar o artigo em inglês pois contém mais dados e mudanças que o original em português e por que percebe-se que a produção nacional em inglês tem amplitudes maiores do que em português. Em se tratando de uma revisão com artigos na sua maioria nessa língua, o retorno dessa produção à comunidade acadêmica internacional que pesquisa o tema é fundamental.

## Summary:

A contemporary aspect of the research on transsexual experiences is the ways affectionate and/or sexual relationships happen, which we name conjugality. The goal of this article was to review this topic systematically through international databases. Sixteen articles were selected and analyzed. The subject has been studied for more than thirty years, being most of the studies written after 2005, by American authors, using qualitative methodologies. Transsexual men and cisgender women were the main subjects of most of the studies. Conjugal aspects were divided into four categories: sexual activity, arousal and orientation; couples' sexual challenges; gender roles and couples' relationship challenges. There was an increase in the complexity of the conceptualization of this conjugal diversity that ranged from a simplistic approach, like sexuality after surgeries, through creative ways of naming the conjugal experiences.

Keywords: transsexuality, partnership, romantic relationship, gender identity, review literature.

## Resumo

Um aspecto contemporânea da pesquisa nas experiências transexuais são os processos pelos quais os relacionamentos afetivo-sexuais passam, compreendidos como a conjugalidade. O objetivo desse artigo foi revisar esse tema de forma sistemática através de bases de dados internacionais. Dezesesseis artigos foram encontrados e analisados. O assunto tem sido estudado há mais de 30 anos, sendo que a maioria deles foram produzidos após o ano de 2005, por autores/as estadunidenses e utilizando metodologias qualitativas. Os homens transexuais e as mulheres cisgêneras foram os principais participantes da maioria dos estudos. Os aspectos relacionados às conjugalidades foram divididos em quatro categorias: atividade, excitação e orientação sexual; desafios sexuais dos casais; papéis de gênero e desafios do relacionamento conjugal. Houve um aumento na complexidade da conceptualização dessa diversidade conjugal, que variou desde uma abordagem simplista, como a sexualidade pós-cirúrgica, até formas criativas de nomear as experiências conjugais.

Palavras-chave: transexualidade, parceria, relacionamento amoroso, identidade de gênero, literatura de revisão.

## Introduction

The way human beings comprehend and categorize the relationship between sex and gender has changed throughout history. The term transsexuality, or its broader concept 'transgender', refers to socially constructed categories that define the discrepancy between the person's assigned sex at birth and gender identity. While the word transgender is often used as an adjective to qualify people's gender experiences and identities as fluid, one of the possibilities of this self-identification is the word transsexual. Transsexual experiences have been described, analyzed and appropriated initially by the medical and psychological field and more recently by the social sciences, with an important political and scientific debate on its concept: the idea of pathologization, on one side, and a diverse form performing gender, on the other, respectively. In this context, one of the aspects scantily explored by contemporary research about the transsexual people's experiences is the ways in which affectionate and/or sexual relationships, called conjugalities, happen.

We understand that the verb 'to conjugate' is defined as the act of binding, uniting, gathering, organizing, associating, and merging. This verb also defines the relationships between people (two or more) who conjugate in singular dynamics of affection, of eroticism, partaking, and many other motivations for which people decide to stay together. The decision for the noun 'conjuality' or 'relationship', instead of 'marital relation', is also to state that we are interested in researching any kind of couple arrangement, for we understand that any ritual (such as marriage), people's designation (partner, boy/girlfriend, lovers, spouse, husband/wife, etc.) or any configuration (cohabitation, duration, age, etc.) just add meaning to the couple's dynamics but does not make it more 'real' than any other.

Academic research has indicated that, among gays and lesbians, affectionate-sexual relationships are important aspects for personal growth, for one's life quality and for constructing a social support network, as well as being a protection factor against the negative effects of prejudice on the individual's self-esteem (Elizur & Mintzer, 2003; Grossi, Uziel and Mello, 2007; Lomando, Wagner and Gonçalves, 2011). However, although LGBT is lumped together as a group, transsexual man and women and their partners face different issues regarding their relationships, such as the experience of transitioning and transphobia (Lenning & Buist, 2013). Thus, we question ourselves: what has scientific research been producing regarding conjugal

relations, that is, the dynamics of intimacy, affection, and sexuality when they are experienced by transsexual men and women? Therefore, the goal of this article was to perform a systemic and in-depth review about the studies on transsexualities and conjugalities, analyzing them critically. We use both concepts in the plural not only to mark the different ways of performing this gender identity and relational aspect of life, but also to deconstruct the idea of a “true transsexual” (Benjamin, 1966).

## Methodology

The search took place on September 24, 2013. We used *Web of Knowledge Thomson Reuters*, *BVS-Biblioteca Virtual em Saúde* and *Scopus* research databases and searched for peer reviewed articles that were published in indexed journals without a restriction on the date of publication. The descriptors used were (transsex\* OR transex\* OR transgender OR "gender identity disorder") AND (marital OR couple OR marriage OR intimacy OR "sexual relation\*" OR "sexual partner").

The inclusion criteria were as follow: (1) it had to be about transsexuality, (2) some aspect regarding conjugal partnership had to be included and (3) it had to be in English, Spanish, or Portuguese. The search returned 695 articles and 675 were removed because they were either duplicated or did not meet the including criteria. When the exclusion criteria were applied (experimental research, ex-post-facto, survey, field study, case study or life/experience narrative of transsexual man and/or women [Gil, 2009]), one article was rejected. Also, three of them were not possible to be retrieved by the Library research system. At the end, 16 articles met all the criteria. All of them were examined indepth and, according to methodology references (Petticrew & Robert, 2006), the narrative syntheses of the articles were divided into three parts: the general data from the articles, the terms used in naming conjugality in the transsexual experiences and the characteristics of the conjugal/partnership life itself.

## Results and Analyses

### *Article Data*

Table 01 describes the 16 articles and some of the qualifying information, such as year of publication, outline of the research, sample configuration, researchers field of study and country of origin. It is noted that the subject in question has been studied for more than 30 years; however, the great majority of the studies, 14 out of 16 (15/16), have been published after 2005. Around 80% (14/16) of the studies use qualitative research methods, which can demonstrate an interest of the researchers in understanding the subject more deeply, as well as the difficulty in coming up with sample sizes big enough to allow statistical analyses.

Generally speaking, transsexual people participated in around 60% of the studies (10/16)<sup>8</sup>. From these ten, 60% were with transsexual men (TM) and 80% with transsexual women (TW) as main participants. If we take into account the studies that worked with partners of these transsexual people, the number goes to almost 70% with TM and 55% with TW of the total.

Comparing the articles with transsexual participants, there are more that worked with TW. However, on a wider perspective, it seems that the main interest of the researchers is on the experiences of TM. Cisgender people, that is, those non-transsexual, participated in 56% of the researches (09/16). From these, cisgender women (CW) participated in almost 90% of them. When in a partnership, 85% were partners of TM and almost 30% of TW. On the other hand, cisgender men (CM) were researched only as partners of TW. It seems that the interest in TM experiences drove the articles to the experiences of their CW partners.

It is also possible to see CW having both TM and TW as partners, which shows the variety of couples' configurations; however, CM appear only as partners of TW. Even though there is evidence of TM who have relationships with CM (Dixen, Maddever, Maasdam & Edwards, 1984; McCauley & Ehrhardt, 1984), no article was found that worked with the subject in depth. Although there was one article that researched the experiences of lesbian-identified couples where one of them assumed to be transsexual, there was none either that did the same with gay-identified couples. The existence of these couples is questionable, taking into account that some CM understand themselves as heterosexual as long as they keep on having an active sex role, where they only penetrate their partner (Castañeda, 2007; Lomando & Nardi, 2013). If the TW has not assumed her gender identity, no matter how she identifies herself,

---

<sup>8</sup> Since the studies were about the relationships, some researches interviewed just the partners of transsexual people (see table 01).

Table 01: General Information of the Articles<sup>9</sup>

Name on Article	Year	Methodology	Participants	Researchers Field	Origin
Mccauley & Ehrhardt	1980	Mix: collective case study and the use of scales	Transsexual men (TM) and lesbian cisgender women (CW)	Psychiatry and Psychology	USA
Dixen <i>et al</i>	1984	Quantitative: <i>survey</i> , closed questionnaire	Transsexual Women (TW) and TM	Psychology and Physiology	USA
Lawrence	2005	Quantitative: <i>survey</i> , closed questionnaire	TM	Sexology and Psychology	USA
Hines	2006	Qualitative: collective case studies	TW and TM	Sociology and Social Politics	England
Ettner	2007	Qualitative: collective case study, longitudinal	TM/W partners of TM/W.	Psychology	USA
Melendez & Pinto	2007	Qualitative: collective case study	TW	Gender Studies and Sexuality; Social Service	USA
Kins <i>et al</i>	2008	Quantitative: <i>ex-post-facto</i> with instruments, comparative and correlational.	CW partners of TM and CW partners cisgender men (CM)	Psychology; Urology; Sexology	Belgium
Pinto	2008	Qualitative: collective case study	TW	Psychology	Brazil

<sup>9</sup> To understand this table, we will use the term transgender as a broad concept for people who do not fit in the usual norms of sex and gender. As for the word "transsexual women"(TW), we use it to designate a body born with a penis or intermediate (intersex) and socially denominated as man, but who conceives and perceives herself as part of the female gender. The same way, when we use the term "transsexual man"(TM), we refer to a sexual body born with a vagina or intermediate (intersex) and socially denominated as woman, but who conceives and perceives himself as part of the male gender (Machado, 2006). We will use the term "cisgender man" or "cisgender woman" (CM/CW), once "cis" is the antonym of "trans" and also to refer to sexual bodies born with a penis or vagina who do not have any experience or life narrative of transit in sex/gender (Ansara & Hegarty, 2011).

Nuttbrok <i>et al</i>	2009	Qualitative: life portrays	TW	Medicine	USA
Brown	2010	Qualitative: collective case study	CW (ex)partners of TM	Psychology	Canada
Alegria	2010	Qualitative: collective case study	TW and their CW partners	Nursing	USA
Pffefer	2010	Qualitative: collective case study	CW ex/partners of TM	Sociology	USA
Pfeffer	2012	Qualitative: collective case study	CW ex/partners of TM	Sociology	USA
Soares	2012	Qualitative: collective case study	CM partners of TW	Psychology	Brazil
Alegria	2013	Qualitative: collective case study	CW partners of TW	Nursing	USA
Lenning & Buist	2013	Life Narrative	Transgender people and partners of transgender people	Criminal Law and Sociology	USA

the CM may never see himself as gay because of the significance of the sexual act to the identity construction.

Only 02 out of the 16 articles included both TM and TW and the spouse in the interviews; however, only one article interviewed both members of the couple together. Listening to one member of the couple can be very useful, since spending the entire time of the interview with one of the partners allows for the possibility of obtaining information that, maybe, would not come up if the partner was together. However, one of the axioms of the Systemic Thinking (Vasconcellos, 2003) states that a system (a whole) can be either smaller or bigger than the sum of its elements (parts). Meaning that interviewing a couple together can reveal different narratives that might not appear in individual interviews. For instance, in couple therapy the couple is mainly conducted with both partners in the sessions in order to explore the relational aspects of it.

Still in the origin of the articles, Psychology is the field most researches come from, representing 50% (08/16) of the studies, half in a partnership with the medical sciences. It is noticed that the subject has also been researched by other fields of knowledge, such as Nursing, Sociology, Social Work, Law, and Gender Studies, allowing for an broader comprehension of this topic.

Regarding the country of origin, studies from the United States prevail, representing 64% of it (11/16). The effort researchers from this country have made to study these relationships has been adding knowledge to this field and forming a solid theoretical approach to transsexual conjugalities. On the other hand, workers and researchers of this field from other countries must be attentive to the social bias these results may obtain, once culture is an important variable to understand conjugality (Shiota, Campos, Gonzaga, Keltner & Peng, 2010).

#### Naming Conjugality in the experience of sex/gender transit

We decided to use the expression ‘experiences of transit in sex and/or gender’ (Ansara & Hegarty, 2011) to conceive these life experiences in the widest possible way without creating a *nomenclature metaphor* for them. A metaphor is a figure of speech that suggests a likeness or analogy between words or characteristics concerning concepts, meanings, or knowledge, and it is in their place when referring to its properties (Merriam-Webster’s online dictionary, n.d.). We

grouped this concept of metaphor with the word ‘nomenclature’ to reinforce the idea that these denominations serve as beacons to the identities of those groups, without being reductionist.

We first observed that the labeling of the people who are assigned with a sex/gender and who transit from one to another is variable, with many different ways of labeling and categorizing it. Nomenclature metaphors such as FtM/MtF (Female to Male/Male to Female), transsexual, transgender, trans and gender dysphoric males/females were the most common in all the articles. But others such as true transsexual, transsexualism, transgenderism, transsexuality, transvestite, persons who have made a gender transition, genderqueer and gender variant/non-conforming individuals appeared in some articles. All these variations are different nomenclature metaphors produced according to the relation between the areas of study and the period of production, reinforcing the idea that ‘gender’ is still an intellectual and scientific ‘battlefield’ (Butler, 2012). Some words still converge to understand these experiences as pathologic while others conceive them as part of a person’s gender identity construction and performance (Ansara & Hegarty, 2011).

The variations in the way articles named the relationship have varied. The nomenclature metaphors used to name the partner of transsexual people were the following: real men, biological male/female and traditional heterosexual couples (Kins, Hoebeke, Heylens, Rubens & Griet de Cuypere, 2008), natal female partners (Alegria, 2010, 2013), lesbian identified women (McCauley, 1980; Brown, 2010), non-trans women (Pfeffer, 2010); not transgendered partner (Lawrence, 2005), partner(s) (Alegria, 2010, 2013; Lawrence, 2005; Pfeffer, 2010, 2012; Soares, 2012), transsexual couples (Ettner, 2007), boyfriend (Pinto, 2008), husband/spouse and significant others (Lenning & Buist, 2013), man, woman (Pfeffer, 2010; McCauley, 1980), cis women (Pfeffer, 2012), situational lesbian and heteroflexible (Alegria, 2013). From these findings, we subdivided the analysis into five subthemes: metaphorical oppositions, sexual orientation, traditionalism, the partner term paradox, and the relativity of the identities. Although there was a big variation on all nomenclature metaphors, we decided to use in this article the abbreviations cited above (TM, TW, CW and CM) in order to simplify the understanding of it.

First of all, when we read the terms natal female, biological male/female, and, especially, real man, the first thing we question ourselves is what is the opposite of it? If those CM are “biological”, or “real”, does this make TM artificial, unreal, a lie, fake, fiction, or virtual? We comprehend that the answer for this question could be another question: What does it mean to be

a man or a woman? What are the variables we use to come to these definitions? Some may answer is having a ‘real’ penis or vagina. But can any of these be used alone to define man and/or women? Trans experiences have showed that being a man/women is much more than and is not defined by having genitals. This way, the term “*real man*” and the others produce an excluding metaphor. Besides, it is not clear in the articles which reality or biology of masculinity/femininity they are talking about.

Second, as for a layperson, it is thought that the relationship between a TW and a CM is a homosexual relationship (taken the assigned sex at birth as the stand point). However, even with the evidence of some couples identifying themselves as homosexual, the possibility of couples to understand themselves as heterossexual is frequent (gender identity as the stand point) due to the fact that both people in the relationship see themselves as a couple formed by a man and a woman, and not two men. Therefore, the supposed congruency and linearity between the assigned sex, gender identity and sexual orientation as the markers for a sound mental health has already been studied and proved to be false (Nardi, 2010; Butler, 2012). There are many ways to live and express each one of these aspects and many combinations between them (Scott, 1986; Solomon, Rothblum & Balsam, 2004; Lomando, Wagner & Gonçalves, 2011). Thus, the experiences of transit in sex and/or gender do not determine one’s sexual orientation. Some of the articles researched presented participants who are transsexual men or women and have relationships with cisgender men, women, or both, and also with other transsexual women and men (Dixen, Maddever, Maasdam & Edwards, 1984; Lawrence, 2005; Hines, 2006; Ettner, 2007; Nuttbrok et al, 2009). So, the definition of the sexual orientation of those relationships is unique because, for many, what determines people’s sexual orientation is one’s gender identity and not the biological sex.

The third category, called traditional, can be understood from its root *tradition* as a communicational act that transmits doctrines, rites, memories, symbols, habits, and moral values kept within a people and passed on through the generations through time (Merriam-Webster’s online dictionary, n.d.). In this way, a “traditional couple” could be a combination of these characteristics previously determined and passed on as morally correct to other generations. In the context of trans identities, the cisgender couple becomes the traditional one that respects and preserves the social order while the transgender couple is the opposite, varying from the “different couple” to the “abnormal couple”. If tradition makes use of time as the central point,

when these transgender couples become frequent on the streets, will they be traditional as well? A child that is born and raised in an environment where trans, gays, and lesbian couples are part of the daily life will be subjected to the same traditions of other children who do not live in this context?

The next point is the frequent use of the term partner to refer to people who have relationship with TM and TW. It is understood that, even though the word partner connotes more stability than girlfriend/boyfriend and less stability than husband/wife, it camouflages a sexual-affective relationship (once one can have partners for many purposes), and it can also demonstrate a resistance from the researchers in listening how their participants name their own relationship (people can consider themselves as boyfriend/girlfriend, married, in a stable relationship, etc); moreover, it can mean the lack of legal support for those relationships. On the other hand, the term “significant others” erases the unique labeling, as well as it does not give priority to any category to the detriment of others.

When it comes to the identities of those people who have relationships with TM and TW, it was noticed that the terminology “cisgender” or “cis” was found only in one article from the year of 2012. This demonstrates that the appropriation of the nomenclature “man” and “woman” is still only for those people who did not pass through the experiences of transit in sex/gender, but not for those TM or TW that recognize themselves as men or women. Also, the use of the labels “heteroflexible” and “situational lesbian” gives the possibility to reconfigure the normativity of the sexual orientation categories when they demonstrate to be more fluid and flexible forms of thinking about being the partner of a TM and TW.

#### Aspects of Transsexual Conjuality

Characterizing the concepts that define conjugal systems has been the main goal of studies in this subject (Andolfi, 2002; Olson & Gorall, 2003; Ríos, 2005; Mosmann; Wagner; Féres-Carneiro, 2006; Gottman, 2008). In the literatures analyzed in this systematic review, many similarities and differences are found in how the authors define what conjuality is and research it, since those concepts are created and recreated in the social, cultural, and historical relations. Table 02 gives a brief summary on the characteristics of the articles’ participants,

Table 02: Articles' participants, goals and results related to conjugalities

Author (year)	Participants	Goals <sup>10</sup>	Results
Mccauley & Ehrhardt (1980)	15 TM and 15 lesbian CW	To compare sexuality aspects between the two groups.	TM presented a lower excitement pattern and less sexual activity than the L group, but they began their first love and/or sexual relationship sooner. There were differences in the concept of what is erotic.
Dixen et al (1984)	479 TW and 285 TM	To describe sexual experiences and partnerships of the participants.	Some percentage of both TM and TW has had sexual experiences and stable partnership with people from both cisgender sexes (male/female).
Lawrence (2005)	232 TM	To comprehend the sexuality before and after the sexual reassignment surgery.	Half of the TW were attracted to CW before, while after the surgery this number lowered to one fourth. The relationship duration was higher in TW partnered of CW. Occurrence of neovaginal pleasure, orgasm and ejaculation.
Hines (2006)	02 TW and 01 TM	To learn about conjugal and parenting aspects of TM and TW	Reconfiguration, acceptance and/or splitting of previous relationships due to body changes. Establishment of new partnerships. Perception that the borders between sexuality and friendship were diffused.
Ettner (2007)	20 TM/TW partners of TM/TW	To understand couples' characteristics when both are transsexuals.	Communication and bodily contact were more important than sexual contact, with a high level of compromise, stability, friendship and mutual acceptance of problems.
Melendez & Pinto (2007)	20 TW	To find a relation between gender role and the risk of contracting HIV.	Performed gender was a stereotype of the feminine role, along with experiences of discrimination and a need to be loved and accepted by partners. Unsafe sex was taken as a proof of intimacy and love.
Kins et al (2008)	09 CW partners TM and 09 CW partners CM	To compare conjugal and sexual satisfaction and gender role in the relationship.	It was not found any statistical difference in conjugal satisfaction and gender role. In relation to sexuality, CW partnered with TM perceived that they know better their bodies.
Pinto (2008)	10 TW	To comprehend their affective and sexual experiences after the SRS.	The discovery of a transsexualized body, the time to "re-sexualize" it, the surgery revelation and the performance of gender roles were aspects that changed after the SRS.

<sup>10</sup> In this part we synthetize only the goals that concerned the transsexual conjugality, for some studies have presented broader goals that related to other aspects of gender identities.

Nuttbrok et al (2009)	517 TW	To learn about the experiences of revealing their gender identity and the recognition of their identities by other people.	Adolescent and young-adult TW reveal and ask for recognition of gender identity more often than middle aged TW. Revelation and recognition were better dealt in long-term partnerships due to the previous idea of binary <sup>11</sup> gender roles.
Brown (2010)	20 CW (ex)partners of TM	To explore the experiences of CW who had/have a relationship with TM, who transitioned during the relationship	Some CW experienced changes in their sexual intercourses (i.e. penetration). Previous sexual experience with CM helped the transition process, but previous lesbian sexual orientation did not. Increase of TM's libido and self-confidence were positive aspects.
Alegria (2010)	17 couples of TW and CW	To understand challenges and maintaining activities of the conjugal relationship.	The challenges were CW feelings of insecurity in relation to their sexual orientation, public display and body modifications. Communication, self-examination, optimism, gradual transition and social activism helped to maintain the couples' health.
Pffefer (2010)	50 CW ex/partners with TM	To know how CW dealt with housework and emotional work.	Even considering themselves feminists, the participants showed a significant disparity on both situations, once they took care of the house and also their partner's emotional life much more than them.
Pfeffer (2012)	50 CW ex/partners TM	To investigate how CW resisted normativity and created new ways to deal with the partnership challenge.	They reported a "normative resistance" in subjects such as marriage, parenting, monogamy and queer invisibility, and an "inventive pragmatism" in marriage legality, parenting and reproductive technologies.
Soares (2012)	05 CM partners of TW	To comprehend their affectionate and sexual experiences with TW	The results showed these CM face homophobic challenges in both side families and in society itself, they question themselves in relation to their sexual orientation, but they experience love and build life projects with their TW partners.
Alegria (2013)	16 CW partners TW	To investigate how CW see themselves and their sexuality in relation to partner transition	CW often question their sexual orientation, but used neologism or new words to respond to the situation. Some couples experience sexual changes but most of them kept sexual life active and stayed together.
Lenning & Buist (2013)	249 Transgenders and 55 partners of transgenders	To know the social, psychological and economical challenges these people face.	The main challenges faced were the social recognition of their gender identities and relational status, social condemnation, sexism in schools, work problems and financial cost of the transitions.

<sup>11</sup> Shortly, the binary logic is the conception of the world being constituted only by males and females as opposite poles in their constitution of sex/gender/sexuality. Everything in between is considerate abnormal, abject, all but a subject (Buttler, 2000; Louro, 2000).

the articles' goals and main results. Our objective was to categorize themes that emerged from the articles in order to comprehend how research investigated conjugality within the transsexual experiences. Four categories were created to underlined in these studies: sexual activity, arousal and orientation; couples' sexual challenges; gender roles and couples' relationship challenges.

### *Sexual activity, arousal and orientation*

Regarding sexual activity, arousal and orientation, McCauley and Ehrhardt (1980) performed interviews with TM, from 16 to 33 years of age ( $\bar{x}=22$ ), patients of a gender reassignment program, and cisgender lesbian women (CL), from 18 to 30 years old ( $\bar{x}=23$ ) to understand and compare the sexuality of the participants. The TM group showed a lower excitement pattern and less sexual activity than the CL group, for the TM group had less orgasms and masturbates less in either homossexual or heterossexual relationships. There are also differences in what is considered erotic between the two groups; the CL group defines the body as erotic, especially the clitoris (15 out of 15 L participants compared to 5 out of 10 TM participants) and breasts (12 out of 15 CL and 1 out of 12 TM); the TM group associates eroticism to cognitive factors, since the excitement was caused by their partner (CW) recognition of them as men, as well as by the sensation of pleasure they can provided. Another diverging point between the groups is that, when they reached the age of 18, double the number of TM had already had at least one love and/or sexual relationship with a woman. One of the limitations of the study is that the sample size used was small and it was not collected randomly, meaning that the sample is not representative of the populations in question. Moreover, the study uses the term *female transsexual* to denominate the individuals who were born anatomically as a woman and transitioned to men, a scientific connotation that disqualifies the experiences of transsexual men who, according to the research, do not understand themselves as women.

Still in the same category, Dixen, Maddever, Maasdam and Edwards (1984) researched both TW and TM from 15 to 67 years old who entered the Gender Dysphoria Program. When it comes to the relationship sexuality issue, the following statistics showed up: 87% of the TM and 72% of the TW had some sort of sexual experience with people of the same designated birth (db) sex, while 49% of the TM and 53% of the TW had had sexual experience with someone of the opposite db sex. When it comes to having already had a stable partnership (understood as a relationship lasting more than three months), 96% of the

TM, and 72% of the TW said they had already had this experience. At the moment of the interview, 65% of the TM (63% with someone of the same sex and 02% with someone of the opposite sex), and 40% of the TW (39% with someone of the same db sex and 33% with someone of the opposite db sex) reported being in a sexual relationship for more than three months, and 46% of the TM and 28% of the TW were cohabitating with their spouses. Of the TM interviewed, 09% had children, while 18% of the TW had children. The main results show that both transsexual men and women had relationships with people of the same sex, as well as with people of the opposite sex, either in sexual experiences or in more lasting partnerships. This way, the study confirms the several arrangements possible between gender identity (what defines trans identities) and sexual orientation (affective/sexual desire) as well as it shows the existence of a stable partnership for TM and TW.

Still on the category of sexual activity, arousal and orientation, Anne Lawrence (2005) interviewed 232 TW, from 18 to 70 years old ( $\bar{x}=44$ ), with the aim of understanding their sexuality before and after the sexual reassignment surgery (SRS). Using an informative questionnaire and the Kinsey scale, the researcher describes that half of the TW were attracted to women before the procedure, while after the surgery, this number lowered to one fourth of the sample, while the attraction to men increased four times. When the SRS procedures were finished, 85% of them experimented at least occasional orgasms, 51% said it was at least more pleasurable and 55% ejaculated with the orgasm. Regarding relationship establishment and duration, the author found that after the start of the SRS, there was a raise of 16% in the establishment of more stable relationships, a decline in sexual partners, with an average from six to only one per year and an increase in the search for a more stable conjugal relationship. After the procedures, those that had at least one CW partner and no male partners prior the SRS reported more conjugal stability (pre and post surgery), followed by those TW who had both one female and one male partner in different moments. Although the study feats all criteria for an excellent work, we still wonder: How did these procedures influenced the choice of a love partner and the maintenance of a conjugal relationship? How did it affect the orgasmic capacity and the sexual orientation of those women? What feelings related to relationship did they experience with the new sexual organ? How did they learn to deal with the new vagina? What was the partners' reaction and how these couples' dynamics changed after the SRS? Further qualitative studies could answer these questions.

### *Couples' Sexual Challenges*

Besides giving more descriptive contributions to the sexual activity, arousal and orientation category, four articles studied in a deeper way the struggles, difficulties and creativity in sexual negotiations these couples challenged. Regarding this category, Pinto (2008) interviewed ten TW to understand their sexual-affective experiences after the SRS. The happiness and difficulties in discovering a transsexualized body, the amount of time to establish a sexual active life, the issues concerning the revelation of the surgery for new partners and the personal safety on performing social gender roles were the main themes brought up in her study in connection with the couple's satisfaction. It brings to light the experiences of the TW in a specific moment of their lives, but it has a pathologizing tendency towards gender identity and it does not include the spouses in the interviews.

Also trying to understand the affective-sexual experiences, Soares (2012) took another perspective and interviewed five CM partners of TW. The topics that emerged in the narratives were the challenges with their family of origin and the partner's family, the problematization of previous heterosexual and homosexual experiences in relation to the partner's transsexuality, coping with homophobia and their love life and life projects together with their partners. In spite of the small number of participants and the lack of a deeper insight about trans studies, the work helps to understand how the partners of TW overcome these challenges.

In order to explore the experiences of having a relationship with TM that transitioned during the relationship, Brown (2010) interviewed 20 CW ( $\bar{x}$  age=31) who had or still have this couple configuration. None of the women considered themselves to be heterosexual, and all of them started the relationship with a person who had a feminine body identity. Some of the women interviewed reported that their sexual life did not change significantly after the transition of the partner, others were afraid of what the transition could entail. The preexistence of positive experiences of those CW with CM was a source of inspiration to support their partner's transition and help them consolidate and affirm their gender identity. However, having a lesbian sexual orientation posed some difficulties to the process, as well as traumatic sexual experiences with CM from previous relationships affected negatively the relationship, since the spouse's new body could reactivate the trauma. The increase of libido and a spouse more self-confident with his body were factors that affected positively the sexual life of the couple during and after transition. Other changes that were considered a challenge were the sexual synchronism after the start of hormonal treatment and the increase in the importance of penetration. The importance of the language change and posture towards the transsexual partner was described, the sexual activities were genderized and tended to be

more rigid and polarized in the initial stages of the transition, possibly due to the beginning of the construction of a masculine identity. The author also points out that the sexual practices can change its meanings to the partners: what was positive before the transition reminded the TM of their physical limitations: vaginal oral sex turned into felatio, the breasts turned into pectoral, the use of a dildo, which was a demonstration of virility, turned into a symbol of what was lacking. As limitations of this study, the author points out that the sample was drawn by convenience and the majority of the participants were caucasian (n=14).

Finally, Alegria (2013) investigated the ways 16 CW partners of TW see themselves and their sexual fluidity, named by the author as a synonym of flexibility, in relation to the spouses' transition from man to woman. As a general rule, there were questionings about their own sexual orientation and their categorizations, with the use of neologism (*heteroflexible*) and the rearrangement of words (*situational lesbian*) as a response to the circumstance. There was also fluidity in the relationship, that is, most of these women decided to stay in the relationship, with and without loss of sexual relations during the process. The majority kept a heterosexual identity and reported an active sexual life with their TW partners.

Analyses of these two categories show that sexuality was present somehow in almost all of the 16 articles, but with special emphasis on some of them. Its presence is the most prominent aspect, probably because it is related to the SRS (sex reassigning surgeries), the hormone therapy, and to the fact that the majority of the articles originated in the field of Psychology combined with Medical sciences; therefore, the sexuality of the pre and post modified body and its interactions with the partners may become the determinant aspect of a "healthy" conjugality.

### *Gender roles*

Since transsexuality is thought in the borders of the binary logic, but also transcending it, the goal of Carla Pfeffer (2010) was to understand how CW dealt with housework and emotional work in relation to their TM partners. She interviewed 50 CW from 13 US states and three Canadian provinces who had or still have a relationship with a TM for more than three months. The participants and their spouses had a high level of education, even though the family income was inferior to the national average. The majority was white (n=45) with a mean age of 29 years old, varying from 18 to 51. The results showed a significant inequality on both variables, once these CW took care of the house and their partner emotional life much more than the TM themselves. Even though 93% of the

interviewed women identify themselves as feminists, arguments such as “freedom of choice” and “personal choice” were used to justify this division of household labor. One of the explanations drawn by the author is that, since 82% of the participants were 35 years old or younger, they belonged to the third wave of feminists, that is based on, according to the author, the notions of personal power and freedom for personal choices. It was also reported that 80% of the women took care of the partner's medical needs and health during the transition process. This involvement was many times tainted with anxiety, frustration, and fear, as well as feelings of sadness, loneliness, anger, exhaustion, and the feeling of not being prepared. They also considered themselves an “island” of emotional support when the spouses were in personal crisis.

On the intersection of gender roles and sexuality, Melendes and Pinto (2007) conducted semi-structured interviews with 20 TW with the goal of finding a relation between their performed gender role with the risk of contracting HIV. All the participants were seropositive and reported a consensus in certain aspects of the representation of gender role in the conjugal relationship. All the women of the group described their gender role performance as representing the feminine pole, reporting working as caregivers and/or housewives. There was also a consensus regarding the experience of stigmatization, discrimination, an increase in the need to be loved and accepted by the partners (CM) and the difficulty in finding partners who would assume them in public. The author infers that the risk of contracting HIV increases with those factors. Discrimination, polarity of the gender roles, and the restricted choice of spouses, exposed those women to unsafe sex, taken as a representation of affection and proof of intimacy and love. This shows the physical and emotional vulnerability of those women due to the aspects previously described. On the same topic, Kins, Hoebeke, Heylens, Rubens and Griet de Cuyper (2008) measured and compared conjugal satisfaction, sexual satisfaction, and gender role in the relationship of a group of 09 CW who had relationships with TM with another group of 09 CW who had relationship with CM ( $\bar{x}=31$ ;  $s=6.4$ ). It was not found any significant conjugal satisfaction difference between the groups. A difference was found in relation to the gender roles performed, where the CW of the TM showed to be more connected to the feminine pole; however, this difference was not statistically significant. Again, the number of participants is very low to make statistical inferences, but two facts are highlighted in the interviews: the CW partnered with TM perceived that their husbands understood and knew better their partners' bodies compared to the CW partnered with CM.

The stereotypical differences in gender role performance shown in all these articles can be partially explained by what TM and/or TW and their partners perform, or feel

compelled to perform, to prove their gender identity to a binary society and also to themselves, as well as to differentiate from the identity assigned at birth (Lomando & Nardi, 2013). These may lead to couple's inflexibility and further conflict and risk to the quality of their relationship (Olson & Goral, 2003).

### *Couples' relationship challenges*

Dealing with a transsexual partner before, during and/or after the transitions has shown to demand emotional strength that continually challenges these couples in many areas of their relationships. This aspect of the relationships is very frequent due to the many psychological, social, and economical difficulties people who are transitioning encounter, and those difficulties being the center of interest in the field of humanities, health, and legal sciences. The articles listed above researched one of the specific challenges these couples face: sexuality. By contrast, the five articles listed below gave emphasis to other aspects of these challenges. Therefore, in trying to understand intimacy, care, and identity relations of transsexual men and women regarding their conjugality and parental status, Sally Hines (2006) explored three case studies. The researcher interviewed two TW, of 70 and 40 years old, and one 30-year-old TM. When it comes to conjugality, the aspects that came to light in the interviews were: the need to reconfigure previous partnerships, the acceptance of the many corporeal modifications by the spouse; the splitting up with the spouse due to the process of gender transition and the establishment of new partnerships. These transsexual women and men reported that the boundaries between sexual intimacy and friendship with both previous and current spouses are diffuse, that is, it is difficult to differentiate their partners from a friendship relationship because the emotional support and care are of uttermost importance. When it comes to parenting, the revealing, the negotiating of the transition with the children and the maintenance of open dialogues were the most relevant items. The study concludes that gender transition process was of quintessential importance for the conjugal relationships, influencing both the dissolution of the partnerships with the spouses that did not adapt to the changes, as well as the choice of spouses that were willing to accept the transitions.

One of the articles distinguished from all the others regarding its participants: couples formed exclusively by transsexual men and/or women. The data presented may be related to some of the other categories, but this peculiar aspect of these couples configuration demanded precious attention. Randi Ettner (2007) performed open interviews with twenty

American couples in which both spouses were transsexuals. The participants were between 31 and 54 years old, had the gender transition when they were already adults, and were interviewed from 2 to 42 times during a five year period. The conjugal configurations are described in three categories: TW with TM (2 couples), TW with TW (16 couples), and TM with TM (2 couples). Communication and physical contact appeared as more important than sexual contact among all of the 40 participants. It was also found a high level of compromise and stability, coming from feelings of friendship and mutual understanding of the similar problems of the spouses, who, in many cases, had met at support groups or clinics. This study counts on a significant sample of a population of difficult access composed exclusively by transsexuals.

Another challenge studied was the experience of revealing the gender identity to partners and its recognition in the relationship. Larry Nuttbrok and associates (2009) described, through life portraits of 516 TW, these experiences. Almost 70% were attracted only to men. Of the TW aged between 19 and 39 years old, 74% revealed their gender identity to the partners during adolescence, while 95% of them had already revealed at the beginning of middle age. Of the TW aged between 40 and 59 years, 55% revealed their gender identity to their partners when they were teenagers, while 88% of them had already revealed it at the beginning of middle age. This shows that younger TW are revealing it more than middle aged at the same period of age. Younger TW also demands recognition more often. The author concludes that the recognition of the transsexual identity by the partners were constant and easier for the long term relationships, for all life stages. The authors presupposed that the existence of previously clear and defined sexual roles may explain it; i.e. TW and their partners already had an idea that revealing and assuming the transsexuality were factors inherent to the relationship. So, once the fact that the administration of hormones or the SRS has already shown to be motivator of couple conflicts, this study may point out that these conflicts may be diminished by a clearer partners' choice in relation to gender identity and also the duration of the relationship.

Also with the goals of understanding the challenges and the efforts for maintaining a conjugal relationship, Alegria (2010) applied a sociobiodemographic questionnaire and interviewed 17 couples composed of TW and CW, aged between 30 and 67 years old ( $\bar{x}=51,6$ ) who had relationships lasting from 3 to 44 years ( $\bar{x}=21$ ). The main challenges observed by the couples were the changes in the relationship arising from various factors: feelings of insecurity of the CW regarding their own sexual orientation (heterosexual or lesbian), public presentation of the couple, the rapid rhythm of modifications and body

changes. The couples made several efforts to face these challenges and keep their emotional health. They made use of communication and dialogues to reach a consensus, they rethought their personal points of view, they got support from their social network, they made use of humor and optimism, they maintained a public image by transitioning gradually, and they also engaged in social activism. The author points out that there are similarities between the challenges faced by these couples and by other couples to whom the revelation of homosexuality or crossdressing happened.

The article of Pfeffer (2012) also aimed at this direction. The author states that transsexual couples are on the contrary of the norms; therefore, they destabilize the cisgender taxonomic classification of gender, i.e., the ways people identify themselves, (man and woman) or name their sexuality (hetero/homosexual). So, the goal of the research was to investigate how cisgender women participants of the research resisted this social normativity and created new ways to deal with the challenge of being part of a transsexual couple. The participants reported they exercised a “normative resistance”, i.e., strategies and actions for making life choices different from those pondered as socially expected, in areas such as marriage, parenting, monogamy and queer invisibility. They also created an “inventive pragmatism”, that is, a clever management of a current social arrangement to access social and factual resources on behalf of oneself or one’s family in areas like the legality of marriage, parenting and reproductive technologies.

Going further in the subject of challenge related to trans identities, Lenning and Buist (2013) investigated the narratives about the social, psychological and economical challenges of 249 transgender people (a broader concept that includes any person that does not identify his/herself in the normative idea of male/female gender stereotypes) in a relationship with someone, and 55 “significant others”, i.e. people partnered with TM/W. The majority of the trans sample was TW while the majority of significant others were partners of TM. The majority of participants were white and the age ranged from 16-69 (trans;  $\bar{x}$ =42) and 17-61 years old (partners;  $\bar{x}$ =35). From the analysis of the open interviews, answered by the participants through the internet, the authors highlight that the fight for claiming their identities, especially regarding the feelings of guilt for having to “impose” to their social network those they love, the social disapproval, the constant challenges in school settings (e.g. access to bathrooms), the humiliation and the dismissal at work as well as the high financial cost of the bodily changes are the main challenges indicated by the participants and their significant others go through. Unfortunately, the sample was not pored in couples and there was no statistical comparison regarding social or educational status, age or duration.

## Comprehensive Analysis

All these studies examined above have important contributions to the transsexual conjugalities complexity. Some other aspects should also be put into analysis, though. The duration of the relationship and cohabitation, present in more than 60% of the articles, have appeared in some of them as characterizing the idea of a stable relationship. This probably comes from common sense belief that a good relationship would be one that lasts longer, and where members live together. So, to measure the relationship in years and verify the stability through cohabitation are variables that were taken for granted as substitutes of many other conjugal characteristics. It would be interesting to verify what is the relation between couple's quality and the relationship length/cohabitation in the transsexual context, even though researches on heterosexual relationships have already showed that a greater duration of the relationship can be correlated with a diminished quality of the conjugal relationship. The correlation occurs because people can experience monotony for being together for so long, which may impose difficulties in ending the relationship, when facing conflicts, due also to the several bounds they have established (Norgren, Souza, Kaslow, Hammerschmidt, Sharlin, 2004; Finchman, Hall, 2005). These aspects are important when thinking about relationships; however, using them isolated from other relationship dynamics can be reductionist and can bring upon results based on mistaken premises.

Furthermore, most of the researches focused on the several challenges (sexuality, gender role, family, social, etc.) transsexual people face, probably because of their confrontation with the binary logic of gender. However, only three articles make a clear separation between the resilient aspects that developed in response to these challenges and aspects related to the emotional bonding couples have towards one another, in spite of the adversities. The *Circumplex Model of Marital and Family Systems* (Olson & Gorall, 2003) understand that there are three important variables when trying to explain couples' life quality: flexibility, cohesion and communication. The first aspect, flexibility, is the amount of change in the couples' roles, rules and shows "how systems balance stability with change" (p.519). When discussing about transsexual couples' challenges in the relationships, these articles are researching conjugal flexibility. On the other hand, couples' cohesion, "shows how systems balance separateness versus togetherness" (p.516) through the ties of affection, closeness, loyalty and interdependence. The attention researches give to the first aspect due to its uniqueness may be the reason why couples' cohesion is less frequently analyzed. Also,

communication appears only in one article. It is one of the most dynamic aspects of any relationship, making it more difficult to measure and to study by means of instruments or interviews, that can hide or minimize characteristics that would otherwise appear in an analysis of a conjugal interaction.

## Conclusions

The goal of this article was to review systematically through international data bases the researches on transsexual conjugalities. In total, sixteen articles were selected and analyzed. It was noted that the subject has been studied for more than thirty years; however, the majority were from the first decade of the 2000's. Although transsexuality is not a recent theme in North-american literature, Brazilian articles published in these databases appear only in 2008. All these articles had transsexual and/or cisgender participants, but transsexual men and cisgender women were the object of most of them.

The articles show that even though there are multiple concepts as transgender people (transsexuality, gender disphoria or genderqueer), all these nomenclature metaphors express peculiar social logics behind them. Likewise, partners of TM and TW were referred mainly as partners, but they have also created their own ways of naming their relationships and their sexual orientations.

There was a growth on the complexity of the conjugalities concept. Initially, the description of sexuality and the consequences of the SRS on intercourse were the main theme researched. With time, the studies started to incorporate other aspects. Sexuality was analyzed qualitatively, amongst the process of transit in sex/gender and from the point of view of both spouses, followed by the broader challenges these couples were facing beyond sexuality: partners choices, the reconfiguration of previous partnerships and separations, the acceptance and availability in claiming the transsexuality, optimism, conjugal satisfaction, intimacy, friendship, conjugal creativity, health risks, parenting, social support network, household tasks, strategies to fight against heteronormativity, love and communication are aspects that confirm the complexity of the subject in question.

Still, it is important to emphasize the lack of consensus of the researchers data, as some disparate results that could be associated to the methodology used, such as not representative convenience samples and individual interviews. As all studies present

limitations, we understand that had we gotten the other articles the university did not recuperated, we could have added more to the subject<sup>12</sup>.

Also, in Brazilian culture, transsexual relationships may be very close in its dynamics when compared to those of *Travestis*, a nomenclature metaphor created in Brazilian and Latin America culture. Despite being the same word as transvestite when translated, it distances itself from its concept in the Anglophone culture. In the Anglo-Saxon culture, where the literature confirms the term is often related to gender identified man who dresses himself as women for several reasons and it is still seen as a psychopathology (APA, 2002). In the Brazilian culture, *Travestis* people rarely ever identify themselves as men and often construct their gender identification based on standard (even if exaggerated) feminine social expressions (Kulick, 2008; Pelucio, 2006). Therefore, it would be interesting to investigate conjugality knowing that there is a diversity of nomenclature metaphors in different cultures outside the Anglophone ones, such as the *Fa'afafine* in Samoa, the *Katoey* in Thailand and the *Hijra* in India.

We expect that this review may contribute for health and social professionals as well as researchers in the area. We recommend the use of trans nomenclatures carefully, paying attention to how people construct their gender identity, their relationship denomination and their sexual orientation beyond the boundaries of the binary logic. Though cisgender men were not the main focus of the researches, results show they are the ones who are the majority of the partners of the transsexual women who participated in the studies, making their lives and experiences worth addressing. Finally, all the articles reviewed showed many struggles, fortitudes and plans to deal with the several challenges these transsexual couples go through. Professionals should incorporate and reinforce those strategies as well as researches may develop more clinical studies to improve clinical treatment for transsexual couples and their families.

---

<sup>12</sup> The Journal's review of this article helped in the direction of adding other keywords to the data search. Through this change, we were able to find more articles about the theme. Unfortunately it was not possible to include them at this moment.

## **ARTIGO III**

### **CONJUGALIDADES MÚLTIPLAS NAS TRAVESTILIDADES E TRANSEXUALIDADES: UMA REVISÃO A PARTIR DA ABORDAGEM SISTÊMICA E DA PSICOLOGIA SOCIAL<sup>13</sup>**

### **TRANSVESTITES AND TRANSSEXUAL MULTIPLE CONJUGALITIES: A REVIEW THE SYSTEMIC APPROACH AND SOCIAL PSYCHOLOGY**

---

<sup>13</sup> Esse artigo foi aceito e publicado no ano de 2013: Lomando, E. & Nardi, Henrique C. (2013). Conjugalidades múltiplas nas travestilidades e transexualidades: uma revisão a partir da abordagem sistêmica e da psicologia social. *Saúde em Debate*, 37 (98), Rio de Janeiro, 493-503.

## Resumo

O objetivo desse artigo foi realizar uma revisão da literatura brasileira sobre as conjugalidades nas experiências de travestis, homens e mulheres transexuais. Os resultados dos trabalhos encontrados apontam para um número variado de nomenclatura dessas parcerias, com uma aparente fusão emocional conjugal que funciona como mantenedor das identidades de gêneros das/os participantes. Entretanto, encontra-se respostas criativas que permitem a quebra do efeito halo entre identidade de gênero e desejo sexual, conduzindo à autonomia identitária e ao prazer.

Palavras-chave: pessoas transgênero, identidade de gênero, transexualidade, travesti, estado conjugal, sexualidade.

## Abstract

The goal of this article was to perform a Brazilian literature review in relation to the conjugalities in the experiences of transvestites and transsexual men and women. The results of the eight papers found show a variety of forms to denominate these partnerships, with an apparent conjugal emotional fusion that works as a maintainer the participants' gender identities. However, there are creative responses that allow an interruption in the halo effect between gender identity and sexual desire and lead to identity autonomy and to pleasure.

Keywords: transgender people, gender identity, transsexuality, transvestite, conjugal status, relationship, sexuality.

## Introdução

Qual é a diferença entre travestis e transexuais? É frequente essa pergunta quando se aborda esse tema e uma das primeiras respostas dadas traz, sem necessariamente dar-se conta, o discurso médico-psiquiátrico: travestis se sentem homem e mulher ao mesmo tempo e não querem “cortar” seu pênis. Já as transexuais se pensam mulheres e por isso querem se operar. Entretanto, no decorrer do processo de compreensão dessas vivências, é possível se compreender que essa resposta é carente e que existem muitos outros saberes que respondem essa pergunta de formas complementares, paralelas e antagônicas. Inclusive, respostas que colocam as transexualidades e as travestilidades, em algumas questões, nos mesmos territórios. A conjugalidade é uma dessas.

Percebe-se que para poder compreender as conjugalidades transexuais não é possível deixar de lado as experiências de parceria das travestis. Não é o objetivo desse artigo aprofundar o debate sobre as diferenças e semelhanças das vivências transexuais e travestis, pois além de já existirem trabalhos que se dedicam a essa temática (Pelúcio, 2006; Galli, 2008; Kulick, 2008; Barbosa, 2010; Leite Jr, 2011), a questão se situa muito mais em uma auto definição identitária do que em limites precisos que a ciência ou a lei possam delimitar. O que divide o mundo das/os transexuais e travestis pode estar no campo discursivo médico, psicanalítico, social e experiencial. Mas algo que os/as une está exatamente na experiência identitária conflitante com as normas de gênero (Bento, 2008), mas, neste caso, a partir de um agente concreto que metaforiza essas dinâmicas simbólicas: o/a cônjuge (cisgênero ou não). Don Kulick (2008), num dos primeiros e mais importantes trabalhos etnográficos com travestis da cidade de Salvador/Bahia na década de 1990, afirma que a maioria dos estudos sobre prostituição enfatizam a relação com a clientela como se esta fosse a parte mais importante das profissionais do sexo. Entretanto, afirma que

eu logo descobri que os namorados [...] são uma referência central e constante na vida delas. Os namorados consomem uma enorme quantidade de tempo, das conversas, dos pensamentos - sem falar do dinheiro - das travestis. Elas orientam-se constantemente em função de seus namorados, ex-namorados e futuros namorados [...] Sem compreender o papel dos namorados, fica impossível compreender qualquer outra dimensão da vida das travestis. (p.114).

A importância em compreender essas experiências está em buscar explorar se a experiência de conflito com a norma produz efeitos na conjugalidade nos trabalhos que se dedicaram a pesquisar esse tema. Assim, o objetivo foi revisar a literatura em português, no contexto brasileiro, sobre as experiências conjugais de homens e mulheres transexuais e travestis. A escolha pela revisão por conveniência se deve ao fato de já termos feito uma

revisão sistemática sobre esse tema e não termos encontrado, utilizando aquela técnica específica, diversos artigos e livros nacionais importantes nesse campo. Além disso, o objetivo desse trabalho não é de generalizar a análise sobre os aspectos e dinâmicas dessas relações, mas sim buscar agrupar e analisar as direções escolhidas pela literatura na compreensão do tema. Com isso, pretende-se aprimorar o conhecimento dos profissionais das ciências da saúde e humanas e usá-lo como um gatilho para reflexão a respeito das narrativas de casais de travestis, homens e mulheres transexuais sobre suas próprias experiências.

Para tanto, foram revisados três livros (Kulick, 2008; Pelúcio, 2009; Nery, 2011), um capítulo de livro (Cardozo, 2007) duas dissertações de mestrado (Galli, 2013; Ornat, 2008) e dois artigos (Pelúcio, 2006; Seffner & Müller, 2012), totalizando oito trabalhos. A tabela 01 resume as características de cada trabalho. Depois da leitura e análise de cada texto, foram destacadas quatro temáticas referentes às relações conjugais de travestis, homens e mulheres transexuais que emergiram dos textos, são elas: (1) nomenclaturas dadas aos parceiros, (2) escolha conjugal e transgeracionalidade, (3) negociação sexual e autoafirmação e, por último, (4) flexibilidade e criatividade.

*Tabela 01: Características dos Trabalhos Analisados*

Autor/a	Ano	Delineamento	Participantes	Área
Don Kulick	2008/ 1998 <sup>14</sup>	Qualitativo, etnografia, 08-12 meses, convivência diária com travestis.	35 travestis profissionais do sexo (PS) de Salvador/BA.	Ciências Sociais (Antropologia)
Larissa Pelúcio	2006	Qualitativo, entrevistas com três casais.	Dois casais de travestis PS com homens cis e um casal de duas travestis PS do Estado SP.	Ciências Sociais (Antropologia)
Fernanda Cardozo	2008	Qualitativo, entrevistas semiestruturadas.	06 travestis PS de Florianópolis/RS	Ciências Sociais
Márcio Ornat	2008	Qualitativo, grupo focal	11 travestis PS de Ponta Grossa/PR.	Geografia (Gestão do território)
Larissa Pelúcio	2009	Qualitativo, etnografia, observação participante	Travestis PS, parceiros de travestis e <i>T-lovers</i> do Estado SP	Ciências Sociais
João W.	2011	Autobiografia	Autobiografia como homem trans,	-

<sup>14</sup> A publicação em inglês é de 1998, porém sua tradução para o português ocorreu somente 10 anos após.

Nery			incluindo seus 05 relacionamentos.	
Fernando Seffner & Magnor Müller	2012	Qualitativo, entrevistas e observações participantes por 02 anos.	Três casais de travestis PS e homens cisgêneros da região metropolitana de Porto Alegre/RS.	Educação
Rafael Galli	2013	Qualitativo, entrevistas semiestruturadas.	15 pessoas, de Ribeirão Preto/SP, que se auto definem como: transexual (6), travesti (2), transgênero (1), transex (2) e mulher (1). Duas participantes não se definiram nas categorias existentes.	Psicologia

### Análise inicial

Antes de analisar a questão a partir das temáticas propriamente ditas, é fundamental fazer alguns apontamentos. Primeiro, apesar da escolha pela revisão por conveniência, nota-se uma quantidade superior de trabalhos sobre travestis profissionais do sexo, em detrimento de mulheres transexuais e, menos ainda, de homens transexuais. O único trabalho sobre homens trans no qual a conjugalidade é analisada, é a autobiografia de João Nery. Compreende-se que isso se deve ao fato da denominação travesti ser uma construção social de longa data e ancorada na cultura brasileira, por outro lado a denominação transexual é relativamente recente no contexto brasileiro. Segundo, a grande maioria dos trabalhos (07 de 08) foram produzidos depois do ano de 2006, constituindo a conjugalidade como uma temática extremamente nova nas pesquisas sobre travestis e transexuais. Por último, percebe-se que todos os trabalhos são qualitativos, não havendo trabalhos de caráter quantitativo com amostras representativas dessa população.

### Nomeando os Parceiros

O subtítulo do texto de Larissa Pelúcio (2009) “*Maridos, Bofes, Mariconas e Vício*” resume as quatro formas pelas quais as travestis se referem aos seus companheiros. Quando refere-se parceiros e não parceiros/as, a escrita no masculino é proposital, pois verifica-se que essas variações de nomenclaturas não aconteceram nos textos relacionados à experiência de homens transexuais ou mesmo de travestis que se relacionam com mulheres cisgêneras. E isso tem uma razão muito peculiar.

Larissa Pelúcio (2009) foi informada pela travesti Danil que “Travesti não tem namorado, tem marido” (p.77), pois a relação que estas estabelecem com homens que não são seus clientes, quase sempre inclui a rápida coabitação. O termo *marido* aparece como proposta de nomeação em oposição ao termo *namorado*, pois conferiria maior estabilidade, uma vez que no campo da prostituição ter um marido é sinal de status (Kulick, 2008; Seffner & Müller, 2012). Porém, percebe-se que a valência de um relacionamento como status não é privilégio do mundo da prostituição. As relações conjugais já foram e continuam sendo um território que vai além da relação de amor e afeto, valores estes atribuídos socialmente a partir do século XVIII, e que contemplam dinheiro, status, filiação, alianças entre famílias, entre outros aspectos. (Araújo, 2002).

O termo *vício* é usado como um homem que é cliente, mas que, pelo prazer proporcionado à travesti, pode fazer que ela não cobre pelo programa e a faça perder dinheiro (Kulick, 2008). Já o termo *maricona*, *viado* ou *gay*, são empregados quando o marido ou cliente deseja fazer sexo oral nela ou quando deseja ser penetrado por ela. Por outro lado, o termo *bofe*, ou *ocó*, *homem*, *homem de verdade* e *macho*, denotam um homem com características associadas ao estereótipo masculino, tais como: musculoso, tatuado, de fala curta e grossa, ativo sexualmente, “hétero”, viril, agressivo, possessivo, “bem dotado”, alto e jovem (Pelúcio, 2006; Cardozo, 2008; Kulick, 2008; Pelúcio, 2009; Seffner & Müller, 2012; Galli, 2013). João Nery (2011), um dos primeiros homens transexuais da cena pública brasileira, descreve ao/à leitor/a que era muito atraído pela beleza, sensibilidade, leveza, sensualidade, charme, vaidade, suavidade e feminilidade de suas parceiras, fazendo referência às características típicas do estereótipo feminino.

Já o termo *T-lovers* aparece na literatura como adotado pelos parceiros e clientes das travestis. O “T” estaria no local de Travesti ou Transex, enquanto *lovers* estaria para amantes. Assim, esses homens se afirmam como amantes, adoradores e apreciadores das *T-gatas*, como chamam as travestis. Todavia, esse grupo tem normas claras para as condutas sexuais e sociais, pois não querem ser associados à homossexualidade (Pelúcio, 2009).

A Escolha do/a parceiro/a e a transgeracionalidade: estereótipos e autoafirmação

Para a Abordagem Sistêmica<sup>15</sup>, a escolha de uma (ou mais) parceria conjugal é um momento fundamental para se compreender a relação, pois é a partir dela que muitas das

---

<sup>15</sup> Resumidamente, a Abordagem Sistêmica é um conjunto de pressupostos teórico-práticos, criados a partir da década de 1950 nos EUA e Itália por diversos autores/as, como Bateson, Bowen, Haley, Minuchin, Satir,

dinâmicas do relacionamento se estabelecerão (Anton, 2009). Ao contrário do que existe no pensamento popular, esses momentos iniciais de encontro entre pessoas não é mero acaso. Essas escolhas são movidas por aspectos transgeracionais, ou seja, valores, crenças, exigências, mitos, segredos, expectativas, entre outros, que são passadas através das gerações familiares. Essas características transgeracionais começam a ser demonstradas e negociadas na relação desde o primeiro encontro. Porém, é mais fácil que os parceiros percebam aspectos superficiais, como beleza, simpatia, status, escolaridade, etc., do que os aspectos transgeracionais dessas escolhas (Feres-Carneiro, 1997; Rios, 2005; Wagner 2005). Apesar de aparecerem alguns aspectos dessas escolhas conjugais nas descrições e análises presentes nos trabalhos revisados, o que chama mais a atenção é a forte motivação das travestis, mulheres e homens transexuais pela escolha de parceiros/as representantes dos estereótipos de gênero.

A escolha por um “homem de verdade” ou por uma “mulher de verdade feminina” não é aleatória. Todos os sujeitos de todos os trabalhos são pessoas apresentadas como marcadas por duas questões: uma referência identitária de gênero outorgada no nascimento (menino ou menina) que se materializa, por exemplo, num nome de registro. Segundo, uma experiência de construção social de sua própria identidade (travesti, trans, etc.) que, quando negociada com a inicial/registo é vivenciada com rigidez e os/as impossibilita o acesso a diversos direitos. A vida dos/as participantes é marcada pela constante luta social autoafirmatória de suas identidades como travestis, homens/mulheres transexuais, ou até mesmo como homens ou mulheres. E essa luta frequentemente começa, de acordo com a forma que os e as autores-as das pesquisas apresentam os sujeitos desses trabalhos, no núcleo familiar e na rede social mais próxima. É geralmente na relação com pai, mãe, padrasto, madrasta, irmãos/ãs, tios/as, sobrinhos/as, avôs/ós, vizinhos/as, etc., que a batalha ontológica entre menino/homem e menina/mulher tem seu palco inicial. Cardozo (2008) relata que as travestis entrevistadas não se importavam tanto com o fato de seus familiares as tratarem pelo masculino, desde que as nomeações fossem "*usadas com respeito*" (p.242), da mesma forma que Nery (2011) conta que, mesmo argumentando, era forçado a usar vestidos e laços de cabelo pela mãe.

---

Palazzolli, Boscolo, entre outros/as, e influenciada por paradigmas como a Cibernética, Teoria Geral dos Sistemas, Construcionismo Social, Construtivismo e, mais recentemente, as Teorias Eco-Sistêmicas (Nichols; Schwartz, 2007). Atualmente compreende as relações humanas a partir da intersubjetividade. Ou seja, entende que as singularidades dos sujeitos são produtos e produtores das relações que se tem com os diversos subsistemas com os quais se interage (sociedade, família, trabalho, amigos, cultura, etc.), numa organização complexa, interativa e mais suscetível a probabilidades de resultados do que certezas determinantes (Vasconcellos, 2002).

Na literatura sistêmica, o conceito de transgeracionalidade é frequentemente visto como intrafamiliar. Entretanto, esses valores, crenças e mitos familiares em relação ao sexo, gênero e sexualidade não fazem parte de um aspecto que se restringe somente ao núcleo da família e que circula de forma independente da complexidade sociocultural (Wagner, 2005). Em relação ao gênero e a sexualidade, suas raízes fazem parte de duas lógicas macrossociais interligadas denominadas *heterossexualidade compulsória* (Rich, 2010) e *heteronormatividade* (Butler, 2012). De forma geral, enquanto a primeira lógica faz com que as pessoas assumam automaticamente (compulsão) e avaliem o mundo social como sendo heterossexual a não ser que comprovado de outra forma, a segunda mantém uma regra social (norma) binária (homem ou mulher) que afirma uma continuidade e congruência entre sexo/gênero/sexualidade, definindo como anormal (fora da norma) todas as narrativas, expressões e práticas que diverjam das linearidades pênis/masculino/atração-por-mulheres e vagina/feminina/atração-por-homens.

Assim, escolher um/a parceiro/a que é mandatário de uma polaridade de gênero pode ativar, através do uso dessas lógicas, uma representação social polarizada e oposta. Toma-se um exemplo: uma pessoa qualquer observa um casal passeando na rua do qual um deles é uma representação estereotípica de um homem (como caracterizada anteriormente). A lógica da heterossexualidade compulsória poderá fazer com que esse observador pense que ao lado deste *homem* somente poderia estar uma *mulher*, não outro homem. Assim como essa estratégia pode funcionar em direção ao exterior, ela funciona principalmente como um vetor constituinte da singularidade desses casais, tomando os relatos tal como apresentados pelos/as autores/as, pois a escolha de um/a parceiro/a estereotipado é um componente que os/as ajudaria na afirmação de suas próprias identidades. Entretanto, essas performances também acabam por agir como reforços da heteronormatividade: "Um dos requisitos fundamentais do marido [...] é, pois, a garantia do desempenho ativo, reforçando nelas sua feminilidade [...]" (Seffner & Müller, 2012, p.290). Nas relações das travestis, "está claro quem é a 'mulher' e quem é o 'homem', uma vez que dentro do sistema simbólico próprio das travestis [...]" (Pelúcio, 2006, p.542) as relações entre pessoas que nasceram com o mesmo sexo só podem ser compreendidas se os polos masculino e feminino estiverem presentes. Nery (2011) conta que "Quando era solicitado a me colocar numa posição de 'receber', sentia-me ameaçado, como se confundido com uma fêmea" (p.77-8). Da mesma forma que algumas mulheres transexuais e transgêneras entrevistadas por Galli (2013) "se esforçam ao máximo e tem o discurso de gênero como um elemento importante de seu roteiro sexual" (p.157).

Dessa forma, quando eles/as naturalizam o sexo, mantem-se ligados/as à essa matriz heteronormatizadora e, "Informadas por uma gramática de conjugalidade heterossexual, as travestis (e os/as transexuais também) têm dificuldade em elaborar um outro léxico para as relações conjugais que desenvolvem" (Pelúcio, 2006, p.532). De forma irônica, mas própria da realidade pesquisada, Kulick (2008) afirma que quando uma travesti tem uma relação com um viado ou uma mariconna, isso causa um curto-circuito conceitual no sistema de crenças das travestis e faz com que elas se sintam como lésbicas. O autor conta que um casal de travestis que namorava era constantemente agredido verbalmente pelas outras, mas não necessariamente pela sua escolha conjugal, mas porque esse aspecto compelia as travestis agressoras a justificar, sem um pedido formal, suas próprias escolhas conjugais. Para refletir sobre essas dinâmicas, foram tomadas ferramentas da abordagem sistêmica para buscar uma melhor compreensão.

Murray Bowen (1992), um dos primeiros teóricos da abordagem sistêmica a investigar as relações de família e casal, propôs que as relações pessoais de intimidade podem variar de uma fusão relacional a uma diferenciação de *self*. De forma geral, a fusão emocional acontece quando duas ou mais pessoas compartilham problemas que não conseguem dar conta individualmente, criando exigências externas, muitas vezes não conscientes, para resolvê-los. Na fusão emocional, há uma constante vigilância e uma ansiedade de separação deste outro. Bowen disserta que quando cada pessoa cria um espaço singular na relação e consegue gradativamente não mais depender emocionalmente do outro, ela dá um grande passo para diferenciar-se como sujeito. Isso não significa cortar o contato emocional e social, mas sim diferenciar as suas emoções e exigências das dos outros e, a partir disso, reagir a elas.

Assim, por um lado, a necessidade de um/a parceiro/a que corresponda ao estereótipo de gênero pode estar encobrendo a problemática que vivem travestis, homens e mulheres trans com as suas próprias identidades de gênero, através do olhar da abordagem sistêmica nos relatos apresentados. Buscar uma parceria estereotipada e demandar uma performance rígida de gênero pode demonstrar a entrega dessa tarefa a/ao parceira/o em salvaguardar a suposta feminilidade ou masculinidade das/os participantes. Não se busca aqui afirmar que esse seja um processo específicos dos/as homens e mulheres trans e das travestis, pois homens e mulheres cis também podem acionar o/a companheiro/a como forma de assegurar uma posição identitária através do gênero e da sexualidade. O que está em questão é que o não reconhecimento social das identidades trans poderia produzir uma tensão maior nesse cotidiano. Isso os/as torna detentores-as de um equilíbrio instável que gera ansiedade nos homens e mulheres transexuais e travestis.

Segundo muitos desses estudos (Pelúcio, 2006; Cardozo, 2008; Kulick, 2008; Pelúcio, 2009; Seffner & Müller, 2012; Galli, 2013), essa ansiedade pode estar ligada ao medo que as/os transexuais e travestis têm de verem seus-suas companheiros/as demonstrando comportamentos que não correspondam ao regramento de gênero, pois isso as/os faria perder suas próprias identidades:

Esse feminino construído e constantemente aperfeiçoado (pelas travestis) atravessa as relações conjugais e, certamente, não se faz apenas para agradar aos clientes da prostituição. Ele guarda estreita relação com a masculinidade dos seus maridos, que é algo “dado”, não precisa ser “aperfeiçoado”, apenas “demonstrado”... (ele) serve para delimitar a relação entre os gêneros. (Seffner & Müller; 2012, p. 289).

A relação estreita de gênero das parcerias é vista como algo “dado” pelos/as participantes, provavelmente porque estas características foram incluídas na busca por esta/e parceira/o, e, logo, não há aprimoramentos necessários porque não existiria a possibilidade de outra escolha. A questão da fusão emocional está precisamente na exigência da constante demonstração desse gênero “dado”. Não que a demonstração de performances estereotipadas seja um problema em si. Mas, essa exigência impede qualquer flexibilidade nas posições de gênero e, usualmente, anuncia o fim do relacionamento. Um dos locais que emerge em todos os trabalhos como território dessa vigilante performatividade é a cama, na hora do sexo.

Na cama de pregos: o leito como território rígido da (auto)afirmação

Para as travestis, mulheres e homens transexuais das pesquisas em análise e que, tanto mantinham essa dicotomia de gênero como afirmativa de suas identidades, quanto a exigiam nas relações conjugais, a cama era sempre a “prova final” dessa rígida negociação:

A cama é a arena onde alguns indivíduos de sexo masculino se tornam “homens” (ao penetrarem um parceiro), e onde alguns outros se tornam “mulheres” (ao se deixarem penetrar por aqueles homens). Portanto, é na cama que o gênero realmente se estabelece. Mas é também na cama que o risco de deslizamento do gênero se torna mais acentuado. É ali que se experimenta “a hora H” [...] (um parceiro de uma travesti) acreditava que “se eu ficar fazendo esse tipo de coisa (sexo anal), eu vou deixar de ser homem, né?...Eu preciso me dominar, né”. (Kulick, 2008, p. 140)

As participantes de Galli (2013) que se prostituíam definiam aqueles clientes que pediam para serem penetrados por elas como “não-homens” (p.158), sublinhando a preocupação de não existirem mais homens de verdade no mundo. Da mesma forma, Ornat (2008) sintetizada as narrativas de muitas de suas entrevistadas na fala de duas delas: “...na relação sexual, a travesti deveria ser passiva e o companheiro ativo;” (p.69) e “...com os namorados a situação muda de contexto. Com eles, ela 'jamais' fez papel de ativa.” (p.98). João Nery (2011), narrando sobre sua relação com Mercedes, fala do grande desconforto de

ficar nu na frente da parceira pois, no seu entender, ela o veria como "...igualzinho a ela. Enquanto vestido, mantinha certo porte." (p.85). Conta que aprendeu a manipular a genitália da sua parceira e como isso lhe dava prazer. Porém,

como forma de retribuir a carícia, Mercedes teve a infeliz ideia de tentar tocar na minha genitália. Foi a gota d'água! Não tive condições mais de aguentar...Sabia que a minha impotência não estava na minha sexualidade propriamente dita, mas no meu sexo, enquanto humilhante e vergonhoso. (p.89)

As preferências sexuais na cama ou em qualquer outro contexto são plurais e fruto do acoplamento entre as normas sexuais e as experiências de vida. A eroticidade, a busca pelo prazer e o gozo, segundo os trabalhos aqui analisados, está mais conectada com as posições e expressões de gênero do que com a genitália. A partir da leitura das entrevistas tal como apresentadas em todos os trabalhos, não fica claro se o pedido de não utilização da genitália esteja referenciado como falta de sensibilidade dessas áreas. Porém, é claro a posição de gênero que o seu suposto manuseio os/as colocaria. Assim, os/as participantes dessas pesquisas, ao mesmo tempo em que relativizam o suposto contínuo entre sexo(genitália)-gênero-orientação sexual a partir de suas identidades trans e travestis, recriam uma suposta essência (Kulick, 2008; Pelúcio, 2009).

Assumir uma identidade de gênero/sexual discordante da norma não é uma tarefa fácil, principalmente num país onde a violência e o assassinato de travestis, gays e lésbicas é muito alto (Brasil, 2012). Não é surpresa que, dentro deste duro campo de batalha, travestis, homens e mulheres transexuais acabem por seguir as heteronormas, uma vez que em diversos relatos eles/as estão absolutamente sozinhos nesses primeiros confrontos. É importante deixar claro que a proposta dessa hipótese explicativa não tem nenhum interesse em culpabilizar as/os participantes dos estudos aqui analisados, individualizar essa questão ou apontar para uma conformação dos arranjos conjugais que seria absolutamente específica da travestilidade e transexualidade e que não teria equivalente na heterossexualidade e homossexualidade cis, uma vez que toda/os estão sujeitos à mesma heteronormatividade. Muito pelo contrário. Compreende-se que o sofrimento causado pela transfobia e vivido pelas/os participantes das pesquisas e seus parceiros/as talvez pode ser um catalizador à reificação das polaridades de gênero como solução.

O objetivo dessa discussão é abrir o feixe de questões que envolvem a fixidez das possibilidades de expressão identitária e dos arranjos conjugais que são fruto da violência da heteronorma. Assim, cabe perguntar, seria essa saída normativa a melhor forma de enfrentar o preconceito? Qual é o custo emocional e relacional que essa saída comporta para a qualidade do relacionamento? Como criar autonomia e diferenciação na construção da

identidade de gênero face ao preconceito e a violência? As respostas a estas perguntas não são nada fáceis, mas pode-se começar com as palavras de Adrienne Rich (2010) sobre o enfretamento da heterossexualidade compulsória pelas mulheres:

Não há nada em tal crítica que nos faça pensar enquanto vítimas, como se tivéssemos passado por uma lavagem cerebral ou estivéssemos totalmente sem poder. Tanto a coerção como a compulsão estão entre as condições nas quais as mulheres têm aprendido a reconhecer sua própria força. Resistência é um grande tema no presente ensaio e no próprio estudo da vida das mulheres, se sabemos o que estamos procurando (p.21).

E é essa possível resistência, flexibilidade e criatividade nos encontros relacionais que trata o próximo ponto.

### Criatividade, enfrentamento e flexibilidade relacional

No início de sua autobiografia, João Nery (2011) conta que não desejava uma mulher homossexual, mas uma mulher que fosse heterossexual o bastante ao ponto de querer somente homens. Diz ele que "essa necessidade [...] talvez tenha sido a minha maior cruz e burrice na vida. Naquela época, ainda não dimensionava o perigo e a loucura dessa exigência emocional que denominei 'coito perceptivo'" (p.74). Entretanto, no final de seu livro, ele revê suas experiências e revela:

Solicitava-me nu, com ou sem pau (prótese), de todas as formas. Subia com a língua pelas minhas costas, me cheirava a nuca e acabava chupando meu pau minúsculo, que crescia em sua boca. fazia-me gozar... Gina me fez conhecer as delícias da passividade. Podia, enfim, sentir uma mulher em cima de mim, me provando, me provocando, me tornando sultão de todos os sentidos. Tornou-se desimportante o "coito perceptivo", a certeza de que minha parceira me percebia como um homem para que eu chegasse no orgasmo. Aprendi a não me torturar com minha possível imagem [...] (p.266-67)

A construção da narrativa de vida de João Nery é um potente analisador da recriação possível que escapa da rigidez na qual a norma busca aprisionar. Dois pontos que surgem nesse relato. Primeiro, quando Nery justifica sua escolha de uma parceira a partir das expressões de gênero fixas, ele está enfatizando a construção da sua identidade de gênero como homem. Mas, quando fala sobre a relação dessa identidade com sua impossibilidade de prazer, limitada pela heteronorma ao coito perceptivo, como conceitua, ele está se referindo aos limites colocados pela norma à exploração erótica de seu corpo. Pode-se afirmar que, no início de sua narrativa, Nery foi vítima do *feito halo*.

Descrito por Edward Thorndike (1970) na década de 1920, este efeito é uma probabilidade de que a avaliação de uma determinada questão interfira no julgamento sobre outros fatores, contaminando o resultado geral e podendo criar um erro de avaliação. Esse

efeito foi mais estudado para comprovar o quanto a primeira avaliação que é feita de uma pessoa (aparência física, por exemplo), pode influenciar erroneamente nas demais avaliações sobre a mesma (inteligência, força, competência, etc.). Entretanto, pode-se estender seu significado. Quando Nery e os outros/as participantes dos estudos aqui em análise e tomando os relatos tal como apresentados pelas/os pesquisadoras, escolhem seus parceiros pelos estereótipos de gênero, estão avaliando que todos os outros efeitos dessa estereotipia aconteceriam. É a suposta correlação, ou efeito halo, entre identidade de gênero e performance erótica. Porém, as questões e problemáticas das identidades de gênero dos/as participantes das pesquisas em análise estão submetidas à norma que conforma suas existências, o que os/as tornam alvo de disputas e comprovações sociais constantes. Isso pode fazer com que o parceiro/a cisgênero funcione, através da fusão emocional do casal, como segurança e estrutura dessas identidades. Entretanto, é claro nos relatos os altos níveis de conflito conjugal e baixa capacidade de resolução desses conflitos quando essas fusões ocorrem.

Em razão do efeito halo, Nery e outros/as, ao verificar que a/o parceira/o não tem como cumprir com os estereótipos da performance esperada - mesmo porque ela é sempre uma promessa impossível de ser cumprida, visto a conceituação Butleriana (2012) - acabam por diminuir a confiança, autoestima e/ou segurança em suas identidades de gênero, causando um efeito de desprazer sexual. É o próprio *coito perceptivo*, mas não da percepção do parceiro/a sobre o quando a travesti ou trans é passiva ou mulher, ou o trans é ativo ou homem; mas sim da segurança da percepção que eles/as mesmo têm sobre suas identidades de gênero. É provavelmente por esse motivo que Nery declara que esse coito perceptivo foi um grande erro, de grande custo emocional.

Todavia, quando João Nery consegue finalmente perceber que está exigindo da parceira algo que na realidade é ele que tem de resolver com ele mesmo na sua auto definição como homem (seja este homem quem ele quiser), é que finalmente ele consegue flexibilizar suas práticas eróticas. Um homem passivo que quebra o efeito halo quando toma pra si a autonomia de sua identidade de gênero na relação. João pode, enfim, compreender a percepção que sua parceira (e muitas outras antes dessa) tem dele como *homem*, assim como explorar seu corpo sem perder sua identidade. Essa possibilidade criativa e exploratória foi fruto do enfretamento de uma vida e que oferece a João a possibilidade de prazeres sexuais que nunca antes tinha explorado.

Além disso, diferente das travestis estudadas por Pelúcio (2009) e Kulick (2008), João Nery rearranja léxicos da sexualidade e do gênero para além da heteronorma e do *coito*

*perceptivo* quando se concebe como um homem transexual que pode ser passivo na cama e, também, quando renomeia seu órgão genital batizando-o de *pau minúsculo*. Um verdadeiro exercício de criatividade singular e conjugal que oportuniza exercícios de saúde emocional e o retira do ciclo da tortura e do sofrimento mental que a heteronorma impõe.

Outras experiências também chamam à atenção pela sua pluralidade e construções léxicas. Os T-lovers são outro exemplo, pois eles se consideram homens heterossexuais que buscam nas relações sexuais uma “mulher com algo a mais [...] com um brinquedinho [...] uma vírgula [...] um clitóris avantajado [...] greluda” (Pelúcio, 2009, p.166). Eles compreendem que o conceito de *mulher* pode incluir um órgão genital que não é necessariamente uma vagina. Muitos relatam inclusive gostarem de utilizá-lo na relação sexual sem sentirem que isso retira a sua identidade de homem. Porém, a ideia de que não são *homens de verdade*, como descrito pelas travestis e mulheres transexuais das pesquisas em análise, pode retirá-los do escopo das opções destas como parceiros, assim como de novas possibilidades de viver a sexualidade e o gênero de forma mais criativa e flexível.

Outras narrativas plurais também são expostas nos trabalhos em análise: a relação amorosa e sexual entre duas travestis com o uso do pênis da relação (Pelúcio, 2006; Kulick, 2008; Ornat, 2008 Galli, 2013) e a relação de travestis e transexuais com mulheres cisgêneras (Galli, 2013) são exemplos de configurações conjugais que, dependendo do modo como são negociadas, podem desafiar a rigidez normativa de uma suposta linearidade entre sexo/gênero/sexualidade.

#### Conclusões: desafios à saúde e à educação

O objetivo desse trabalho foi revisar oito trabalhos que tratam da temática dos relacionamentos conjugais de travestis, homens e mulheres transexuais. Foram eleitos quatro temas para análise: a) as formas como os/as participantes nomeavam seus parceiros a partir do tipo de relacionamento que estabeleciam; b) as raízes transgeracionais e as lógicas da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade na escolha desses/as parceiros/as como representantes dos estereótipos de gênero na busca pela autoafirmação identitária numa condição fusionada de relacionamento; c) a relação sexual como território dessa vigilância de performatividade e d) por fim, as respostas criativas e flexíveis que estes homens e mulheres transexuais e travestis produziram e que permitem a quebra de uma ligação perigosa entre identidade de gênero e desejo sexual, conduzindo-os/as à autonomia identitária e ao prazer .

Mas qual a relação entre estes aspectos singulares e conjugais com educação e saúde? Esses homens e mulheres transexuais e travestis ainda enfrentaram caminhos sociais dolorosos para construir suas identidades de gênero em oposição à heteronorma, percurso que começa na família e na rede social mais próxima (escola, igrejas, associações e vizinhança entre outros espaços de socialização). Mas nem sempre essa batalha é ganha da forma como gostariam, pois o custo é alto. Assim, muitos das/os participantes dessas pesquisas trazem e mantêm essa batalha no relacionamento conjugal como busca dessa afirmação identitária. Nesse processo, correm o risco de impor normas de gênero rígidas aos-às parceiros/as, gerar conflitos conjugais, rigidez e fusão emocional e, além disso, aumentar a chance de dissolução dos relacionamentos. É uma problemática grave e que, em casos extremos pode até levar a ideação suicida, como no caso de João Nery, quando ao término de uma relação conjugal em função da sexualidade: “e, pela segunda vez, desejei profundamente morrer.” (2011, p.78).

Assim, questiona-se: o que aconteceria se as travestis, homens e mulheres transexuais, ou qualquer pessoa que divirja das normas de gênero, pudessem ser auxiliados/as a refletir, problematizar e enfrentar as lógicas da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade desde o princípio? Como seria se fossem respeitadas/os nas construções singulares de suas identidades de gênero? Haveriam as mesmas narrativas relatadas pelos pesquisadores e participantes? Será que essas intervenções, partindo de políticas públicas questionadoras e transformadoras tanto nas escolas, nas comunidades e na rede de saúde, poderiam mudar essa insegurança e necessidade de vigilância dos/as parceiros como mantenedores das identidades de gênero?

Ao tomar relatos tal como apresentados pelos/as pesquisadores/as, corre-se o risco de realçar uma especificidade da conjugalidade transexual e travesti que, de certa forma, poderia reforçar o estigma associado a essas identidades. Assim, torna-se fundamental afirmar que a vigilância das normas de gênero é algo que conforma todas as conjugalidades e marca pactos de submissão rígidos tanto na heterossexualidade cis como na homossexualidade cis. A questão central que enfatiza-se é a desconstrução da fusão relacional seja em que arranjo for. Todavia e infelizmente, a legitimidade social das trajetórias de vida e a identidades que foram objeto das pesquisas analisadas é ainda contestada cotidianamente, o que reforça o papel de profissionais de saúde e educação no rompimento da cadeia violenta da heteronorma. As histórias de mudança e superação relatadas nos estudos aqui analisados dão pistas de que esse poderia ser o caminho a ser tomado para uma vida mais livre, com menos sofrimento, para travestis, homens e mulheres transexuais e, também, de seus/as parceiros/as e da própria relação conjugal.

**ARTIGO IV**

**OS PROCESSOS CONJUGAIS DE UM HOMEM E DUAS MULHERES  
TRANSEXUAIS E SEUS CÔNJUGES CISGÊNEROS**

**CONJUGAL PROCESSES OF A TRANSEXUAL MAN AND TWO TRANSEXUAL  
WOMEN AND THEIR CISGENDER PARTNERS**

## Resumo

O objetivo desse artigo é compreender os processos conjugais através do estudo de caso de três casais compostos por um membro transexual (duas mulheres e um homem) a partir dos Estudos de Gênero. Destaca-se temas como as sexualidades dos casais, as negociações com a família de origem e religiosidade, as parentalidades e legitimidade legal, as performatividades de gênero, as intersecções de gênero e raça/etnia e o ciúmes. Os resultados também demonstram que essa configuração específica pode possibilitar a desestabilização dessa tensão heteronormativa e permitir direções alternativas principalmente nos campos das performatividades sexuais, das divisões de tarefas cotidianas e das relações com as famílias de origem.

Palavras-chave: transexualidade, estado conjugal, gênero e saúde.

## Abstract

The goal of this article is to understand the conjugal processes through the study of three cases of couples composed by one transsexual member (two women and one man) according to Gender Studies. The speeches were also analyzed through different themes such as couples' sexualities, negotiations with the family of origin and religion, parenting and legality, gender performativities, gender and race/ethnic intersections, and jealousy. This specific configuration may destabilize the heteronormative tension and enable non-polarized alternative directions mainly in the fields of sexual performativities, household tasks sharing and the relationship with family of origins.

Keywords: transsexuality, conjugal status, gender and health.

## Introdução

Diante das marcadas discussões políticas, acadêmicas, dos movimentos sociais e cotidianas sobre a diversidade sexual e de gênero, as transexualidades têm sido foco no Brasil tanto de produções científicas da psiquiatria e sexologia (Lobato *et al*, 2001; Lara, Abdo & Romão, 2013), das ciências humanas e psicologia social (Castel, 2001; Louro, 2001; Bento, 2006; Arán, Zaidhaft & Murta, 2008; Bento, 2013), quanto tem sido assunto na mídia, seja no que tange à moda (Rebello, 2014), à literatura biográfica (Nery, 2011), programas e entretenimento (Fantástico, 2013) e ficções (O Globo, 2014) nos canais de televisão. Apesar de homens e mulheres transexuais ainda estarem no lugar de abjeto (Butler, 2000), pesquisas têm mostrado a pluralidade de construções subjetivas que as pessoas trans vivenciam (Arán, 2006; Zambrano, 2006; Pinto, 2008; Barbosa, 2010; Soares, 2012; Galli, 2013; Lomando & Nardi, 2013).

As conjugalidades, ou seja, as conjugações de parcerias afetivo-sexuais, são exemplos dessas possibilidades para além da lógica do abjeto. Para se aproximar desses processos, negociações e contextualização do tema das conjugalidades transexuais, foram utilizados os Estudos de Gênero, mais enfocados nos Estudos *Queer*<sup>16</sup> pós-estruturalistas e construtivistas de Judith Butler (2002; 2007; 2008; 2012) e Berenice Bento (2006; 2008; 2013).

### Complexificando as transexualidades

Para explorar a complexidade que existe no tema das conjugalidades transexuais, serão examinadas inicialmente as identidades transexuais, redigidas no plural para marcar sua pluralidade subjetiva (Bento, 2013). A literatura identifica pelo menos quatro grandes áreas do saber acadêmico que se debruçam sobre a compreensão das transexualidades: a biologia (Roughgarden, 2004), a medicina (American Psychiatric Association, 2013), a psicanálise (Stoller, 1968) e os estudos de gênero/Queer (Butler, 2007).

---

<sup>16</sup> Os estudos Queer vem do terceiro movimento feminista, a partir de paradigmas pós-estruturalistas e construcionista, e coloca em questão todas as identidades (de gênero e sexualidade) uma vez que compreende que todas essas são resultados de construções culturais e, logo, não essenciais ou naturais. “Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora.” (Louro, 2004, p.39). Os Estudo Queer dão mais possibilidades de compreensão das transexualidades, pois além de criticar a suposta coerência sexo/gênero/sexualidade, colocam em jogo o conceito de sexo, e logo de sexo designado, ao contrapor que é o conceito de gênero que o produz, e não o contrário.

A discussão biológica destaca que conceituar machos e fêmeas e relacionar seus comportamentos com o sexo que os/as pesquisadores/as atribuem aos seres vivos não é simples, sendo insuficiente sua colagem aos cromossomos sexuais (Roughgarden, 2004). As neurociências tem tentado correlacionar a concepção de sexo, compreendida basicamente pelos cromossomos e genitálias externas, com a estrutura e funcionamento cerebral para diferenciar homens de mulheres e compará-los às pessoas transexuais. Apesar de existirem diferenças anatômicas, funcionais e bioquímicas entre os cérebros de homens e mulheres cisgêneras, ou seja, não-transexual/travesti, não há nenhuma superioridade entre eles relacionadas à capacidade intelectual (Zaidi, 2010). Esse modelo diferencial está sendo sobreposto pela hipótese de similaridades de gênero, que vem demonstrando que homens e mulheres são similares na maioria das variáveis psicológicas, mas não em todas. Numa revisão de 46 meta-análises sobre o tema, Hyde (2005) confirmou a hipótese de similaridades e demonstrou que as diferenças podem variar de acordo com a idade dos participantes e do contexto que em são feitas as pesquisas.

Além disso, a plasticidade cerebral, ou seja, a capacidade de estabelecer e reforçar conexões com outros neurônios que modificam os sistemas cerebrais, diminui bruscamente após os 10 anos de idade, ponto que põe em xeque as relações entre cérebro e sexo em vista das claras pedagogias normativas de gênero (Louro, 2001). Isso implica uma dificuldade ainda maior em poder estabelecer diferenças reducionistas entre cérebro e identidade de gênero na busca etiológica das transexualidades. Já a medicina psiquiátrica, desde a década de 1960, legitima cientificamente os conceitos de identidade de gênero e transexualismo, afim de caracterizar uma pessoa que se identificasse com um gênero diferente do “verdadeiro” ao nascer e a categoriza como transtorno mental. Seu tratamento seria psicológico e/ou hormonal/cirúrgico. Já a última edição do DSM-V (American Psychiatric Association, 2013), retira as identidades de gênero do hall de psicopatologias, orientando que o objeto do ato médico seria a disforia de gênero, ou seja, os estados de mal-estar de gênero que causem estresse significativo.

No campos das humanas e sociais, a psicanálise tem um destaque significativo, uma vez que, no ocidente, por vezes é compreendida como guardiã de uma ordem simbólica imutável (Ceccarelli, 2005). De forma geral, as transexualidades são vistas no singular, por vezes de forma análoga à homossexualidade, como tanto uma interrupção do desenvolvimento sexual normal, uma inversão da identificação sexual, uma superexposição a uma figura materna deficiente, uma perversão ou até uma psicose menos grave (Stoller, 1968). Já Estudos de Gênero, a partir dos Estudos *Queer* e da Psicologia Social apontam o

caráter normativo, reducionista e essencialista em muitos desses estudos sobre sexo, gênero e as transexualidades (Castel, 2001; Louro, 2001; Roughgarden, 2004; Arán, 2006; Bento, 2006; Butler, 2007; Arán, Zaidhaft & Murta, 2008).

A discussão nesse campo sobre o que poderia vir a ser gênero é longa e não almeja uma condição definitiva. Nesse artigo será utilizada a concepção de Linda Nicholson (2000) que argumenta que os corpos sexuados são sempre compreendidos a partir de um ponto de vista social, não havendo a possibilidade de existir um sexo pré-discursivo. Dessa forma, o conceito de sexo (menino/menina/intersex) estaria submetido ao conceito de gênero. Ou seja, apesar de existirem características anatômicas, bioquímicas e cromossômicas mais e menos marcantes em todos os corpos, dotá-los de um “rótulo” menino ou menina, assim como conferir todo um aparato de símbolos polarizados (rosa/azul, Barbie/GIJoe, *Monsterhigh/Ben10*, casinhas/carinhos, maquiagem/armas, etc.) é a construção de uma linguagem já *generificada*<sup>17</sup>.

Logo, o dimorfismo (Laqueur, 2001) e a lógica binária (paradigmas centrados na existência das polaridades macho-fêmea/homem-mulher), acabam não capturando o grau de variações/“desvios” da diversidade humana, compelindo buscas etiologias bioneuropsíquicas para essas “perturbações” e revigorando tanto estereótipos masculinos e femininos quanto suprimindo expressões de gênero e sexualidade que desafiam esses dualismos. Essa lógica binária, que aprisiona as complexidades desses sistemas, (re)produz inicialmente o sexismo ou discursos sexistas, ou seja, que privilegia determinado sexo (homem) em detrimento de outro (mulher) (Butler, 2008).

Assim, se (re)produz o heterossexismo, a concepção essencialista/naturalizada de uma suposta coerência entre sexo-gênero-sexualidade a qual os corpos sexuados deveriam seguir. A heterossexualidade fica marcada como superior dos pontos de vista social, moral e psicológico, e as genitálias masculinas e femininas entendidas como complementares. O que diverge dessa suposta coerência é posta como anormalidade sócio-evolucionista, constituída em abjeto nas narrativas, expressões e práticas, mas que precisam existir a fim de manter os limites dessa linearidade imposta. (Nardi, 2010; Butler, 2012).

---

<sup>17</sup> Na língua Portuguesa, a palavra gênero é apenas um substantivo masculino. Entretanto, a partir dos Estudos de Gênero, notou-se que o conceito gênero não era somente um objeto de um determinado sujeito, como na estrutura prévia da língua; esse conceito, como já explanado nessa Tese, é parte fundante da heteronormatividade e “adjetiva” muitos sujeitos e substantivos. Assim, esses Estudos, originalmente anglofônicos, começaram a utilizar a palavra gênero como um adjetivo (*gendered*), a fim de demonstrar que determinados objetos (como a linguagem, nesse caso) são caracterizados, adjetivados e qualificados pelas normas de gênero. Partindo disso, propõe-se também esse neologismo na língua portuguesa para essa Tese.

A transfobia, a violência física e simbólica contra pessoas que transgridam esse binarismo de gênero (Serrano, 2007), geralmente homens e mulheres transexuais e travestis, é um exemplo dessa pedagogia de gênero heterossexista que impede que essas pessoas, designadas com um determinado sexo, possam reconstruí-los a partir de seu desejo. Cotidianamente escuta-se nos meios de comunicação e nas conversas cotidianas que o nome “verdadeiro” da travesti/transsexual “fulana” é “fulano” e que na “realidade” ela é um homem. Esse exemplo genérico da *verdade do sexo* (Foucault, 2010) reitera a produção heterossexista e transfóbica no discurso, e revalidando-o na constante performatividade que o sustenta. Outro exemplo cotidiano da realidade brasileira é a enorme dificuldade jurídica que transexuais e travestis têm para trocar seu nome e/ou sexo nos seus documentos legais sem laudos médicos ou psicológicos, sendo que isso não acarretaria troca de sobrenome, CPF ou RG. Em algumas situações, ainda são exigidas as CRS para que se “comproven” cientificamente a transição “total” para o outro sexo para efetuar a troca (Guaranha & Lomando, 2013), pois só esse sistema sexo-gênero reinstaura a lógica linear.

A partir disso, compreende-se que as transexualidades compõe a diversidade das identidades de gênero, que constrói-se tanto simbolicamente quanto corporalmente a partir, mas não necessariamente, de símbolos compreendidos como masculinos e femininos e que estão em conflito com as normas binárias de gênero (Bento, 2008). Ao longo o desse trabalho, respeitando as nomenclaturas utilizadas pelos/as participantes dessa pesquisa, eles/as serão referidos/as como homens e mulheres transexuais. Assim, um homem ou uma mulher transexual é alguém designado com menina ou menino no nascimento, mas que não se identifica assim e se nomeia, por diversos motivos, como transexual. Àqueles que não se compreendem/subjetivam marcadamente a partir desses conflitos de gênero, opta-se por uma nomenclatura mais contemporânea: homem e mulher “cisgênero” (Ansara & Hegarty, 2011), para não repetir o vício binário de adjetivar somente aqueles/as que “desviam” das normas. A definição de transexualidade neste artigo não leva em consideração a habilidade da pessoa de se “parecer” como homem/mulher, o nível hormonal ou a anatomias de suas genitálias, pois reduzir as concepções de mulher/homem às partes do corpo ou a determinadas expressões recolocaria a heteronormatividade das relações de gênero em ação (Serrano, 2007).

“Tramando” as conjugalidades e as transexualidades

Em se tratando das conjugalidades, inicialmente percebe-se que as motivações

conjugais apresentam uma grande influência história, social e cultural. Essas relações e seus diversos rituais, como os noivados, casamentos e separações, eram/são inspirados pelos mais diversos motivos: reprodução e preservação da espécie, alianças familiares e de Estado, religião, interesses políticos e econômicos, dominação masculina e manutenção do patriarcado, emancipação, formação de família, manutenção do sexismo, amor romântico e amor confluyente, desejo de intimidade, autonomia, sexualidade, satisfação, consolidação das identidades, entre outros (Giddens, 2003; Zordan, Falcke & Wagner, 2005; Neto, Strey & Magalhães, 2011). Atualmente, as discussões conjugais também têm estado localizadas nas “novas” configurações, sendo uma dessas a conjugalidade de homens e mulheres transexuais e seus parceiros/as.

Apesar de muitos autores e autoras que trabalham e escreverem sobre casais, são poucos/as os/as que arriscam uma definição conceitual. Carl Whitaker (1995, p.22,28), da abordagem sistêmica estruturalista, simplifica definindo “[...] que casamento é um modelo adulto de intimidade [...] uma supra-organização que ultrapassa os indivíduos que a compõe e que as coisas que nela ocorrem são efeito do encontro”, ao passo que Virginia Satir (1995), da abordagem sistêmica experiencial-simbólica, reforça que a relação de casal é um exemplo claro do modelo sistêmico pois, além de ser formada por duas pessoas, cria uma terceira parte denominada relação, produto e produtor circular de interações entre estes. José Antônio Rios, psicoterapeuta sistêmico, entende que um casal é um

grupo humano integrado por dois membros relacionados por vínculo de afeto e no qual se torna possível a maturação da pessoa através de encontros perfectivos, contatos contínuos e interações comunicacionais que tornam possível a aquisição de uma estabilidade pessoal, uma coesão interna e possibilidades de progresso evolutivo segundo as necessidades profundas de cada um dos membros em função do ciclo de vida em que se encontram (Rios, 2005, p.151).

Apesar de fazerem sentido para muitos casais e demarcarem aspectos sistêmicos, como a transcendência dos indivíduos e o surgimento de uma relação, essas definições demonstram alguns limites. Inicialmente, nota-se que literaturas mais tradicionais compreendem conjugalidade quase como sinônimo de casamento, além de estabelecerem um determinado momento (como a adultez) para observá-la, deslegitimando que os relacionamentos podem ocorrer em diversas idades. Além disso, nota-se uma sutil exigência ou expectativa nesses conceitos de que um relacionamento, para poder ser reconhecido como tal, proporcione crescimento, intimidade, progresso e seguimento de um determinado ciclo de vida. Essas definições mais parecem se aproximar do que uma conjugalidade poderia vir a ser do que necessariamente um conceito que poderia abranger múltiplas formas no devir relacional.

Partindo desses conceitos e reflexões, compreende-se nessa Tese que as conjugalidades<sup>18</sup> são processos que envolvem conjugações, flexões, combinações e assumir formas com motivações, manutenções e finalidades múltiplas e mutáveis, constituídos de perspectivas singulares, processos relacionais, interações socioculturais e históricas, entre duas ou mais pessoas que se reconhecem na conjugalidade e se diferenciam de outras relações pessoais. A conjugalidade como um todo, como relação, pode tanto ser maior, proporcionar criatividade, ultrapassar a simples junção dos elementos envolvidos quanto restringi-los e aprisioná-los nessa classe. Ela interdepende de aspectos, outrora entendidos como fundantes do conceito de conjugalidade, tais como idade, duração, coabitação, ritual de casamento, sexualidade, gênero, etnia, etc. A proposta desse conceito não é encerrar a discussão ontológica sobre as conjugalidades, mas apenas expandir esse conceito temporariamente para abarcar conjugalidades que não são legitimadas nas proposições anteriores. Nesse caso, as transexualidades são um desses aspectos que complexificam esses sistemas conjugais. Portanto, compreender esses sistemas torna-se uma tarefa desafiadora, pois são conjugalidades que se constituem no avesso da norma.

#### As conjugalidades transexuais na literatura

A revisão das literaturas sobre conjugalidades transexuais aponta a existência desse tipo de pesquisa desde a década de 1980 e marca um incremento após os anos 2000. Os EUA é o país com maior produção nesta área, entretanto estudos nacionais têm pesquisado as conjugalidades travestis, que têm similaridades as transexuais pela confrontação com a lógica binária, com a transfobia e pelos processos relacionais que fazem face a esses desafios. Estes estudos apontam que as denominações dados pelos/as pesquisadores/as e participantes às experiências identitárias trans (transexual, travesti, FtM/Mtf, etc.), aos seus parceiros/as (marido, parceiro, “maricona”, pessoa significativa, etc.) e à própria relação (parceria,

---

<sup>18</sup> Para justificar o uso do termo conjugalidade, apresenta-se algumas reflexões. Apesar dessa palavra estar relacionada tanto na literatura tradicional quanto no discurso leigo como agregado às concepções matrimoniais (Whitaker, 1995; Andolfi, 2002), retoma-se nessa Tese a sua origem latina: *conjugatus*. No Latim, essa palavra é um adjetivo que qualifica uma conexão a partir de sua história e seus significados (Latdic, n.d.). A concepção da Família Moderna da década de 1950, um sistema monogâmico, hierárquico constituído a partir do casamento, aprisionou o conceito de conjugalidade à esse ritual matrimonial, tornando-os sinônimos na concepção acadêmica e social. Entretanto, a partir da década de 1970, as mudanças sociais (como o feminismo), econômicas (como o capitalismo) e tecnológicas (como os contraceptivos) separaram, dentre outras questões, a sexualidade da reprodução, separando assim o sistema familiar do conjugal. Relacionar-se não mais implicava ritualizar um casamento ou constituir família, mas ampliava as perspectivas de intimidade e qualidade no relacionamento (Aun, Vasconcelos & Coelho, 2005).

casamento, namoro, etc.) variam entre concepções psicopatológicas, binárias e expressivas da diversidade de gênero.

Inicialmente, a sexualidade aparece como tema central de muitos estudos. Num primeiro momento, ela é analisada a partir das atividades sexuais antes e após as cirurgias de redesignação sexual (CRS). Os estudos mostram um número significativo de mulheres transexuais que sentem prazer na relação e têm orgasmos. O mesmo é apontado para os homens transexuais, principalmente em decorrência das hormonoterapias. Nota-se nesse primeiro ponto que as mulheres transexuais tendem a ter menos encontros sexuais com pessoas diferentes e relacionamentos mais duradouros depois das CRS, assim como homens transexuais aumentam sua frequência sexual e disposição para o sexo depois disso. São claramente diferenciados os conceitos de identidade de gênero (trans/cis) e orientação sexual (hétero/bi/homo), uma vez que homens e mulheres transexuais demonstraram relacionamentos sexuais/afetivos tanto com homens/mulheres cisgêneras quanto com outros/as homens e mulheres transexuais (McCauley and Ehrhardt, 1980; Dixen, Maddever, Maasdam and Edwards, 1984; Anne Lawrence, 2005; Ettner, 2007)

Ainda no campo da sexualidade, a literatura aponta para os desafios sexuais enfrentados pelos casais. As negociações sexuais tanto pré/pós transição, seja localizada no corpo, seja no discurso foram caracterizadas como importantes à satisfação sexual. Aspectos como a paciência de ambos os/as parceiros na redescoberta dos corpos modificados pelos hormônios e CRS, a revelação das modificações corporais aos novos/as parceiros, a reflexão sobre as definições da orientação sexual das parceiras cisgêneras após a transição dos parceiros possibilitando neologismos (*heteroflexível*, *lésbica situacional*) e as mudanças na linguagem ao referir-se às áreas eróticas pré/pós modificações ([mini]pênis-[super]clitóris/peito-seios) são exemplos desses desafios que demandam processos conjugais flexíveis para seu enfrentamento criativo (Pinto, 2008; Brown, 2010; Soares, 2012; Alegria, 2013).

As performatividades de gênero, conceituadas nos artigos como papéis de gênero, também são objetivos de análise (Melendes & Pinto, 2007; Pfeffer, 2010). Nota-se uma tendência de rigidez desses aspectos tanto em homens e mulheres transexuais quanto em seus parceiros/as cisgêneras, provavelmente pela relação marginal com a lógica binária. Enrijecer as fronteiras de gênero poderia conferir uma sensação de pertencimento a um determinado sexo/gênero, mas expõe os participantes aos riscos dessa estereotipia, como exaustão, isolamento, fusão emocional, conflitos, rompimento da relação e até infecção pelo HIV por facilitar o sexo desprotegido como sinônimo de amor. Por outro lado, mulheres cisgêneras

parceiras de homens transexuais evidenciaram mais satisfação sexual com seus parceiros do que com homens cisgêneros, possivelmente pelas peculiaridades com a anatomia, quanto pela exigência de prover prazer à parceira na ausência de um pênis (Kins, Hoebeke, Heylens, Rubens & Griet de Cuypere, 2008, Lomando & Nardi, 2013).

Também são evidenciados aspectos relacionados aos desafios que esses casais têm de enfrentar para além da sexualidade. São sublinhados: a exposição social do casal, as dificuldades com instituições (escola, justiça, etc.), os processos de assumir-se transexual durante a relação e seus desfechos relacionais, sejam em direção à manutenção ou à separação, e a busca por relações amorosas, de intimidade e de cuidado com parceiros/as que compreendam suas identidades de gênero. Em virtude do apoio que os parceiros/as dão aos homens e mulheres transexuais no enfrentamento das necessidades físicas, sociais e econômicas dos processos de transição, por vezes os artigos apontam fronteiras difusas entre conjugalidade e amizade. Além disso, a revelação da transexualidade e a negociação das mudanças com os filhos de relacionamentos prévios e/ou atuais aparece como desafio, sendo que aqueles que revelam esse segredo quando esses são crianças experienciam menos dificuldades de aceitação (White & Ettner, 2004; Hines, 2006; White & Ettner, 2007; Nuttbrok *et al*, 2009; Alegria, 2010; Pfeffer, 2012; Lenning & Buist, 2013).

Dessa forma, considerando os Estudos de Gênero/Queer, pergunta-se: como se processa o sistema conjugal em casais nos quais um dos membros é transexual? Assim, o objetivo desse artigo foi compreender os processos conjugais em casais compostos por homens e mulheres transexuais e seus parceiros cisgêneros, e suas relação contextuais.

Algumas das questões que nortearam nossa pesquisa foram as seguintes: que elementos da configuração desses casais podem trazer à discussão da complexidade desse tema? Criariam eles/as formas transcendentais da heteronorma e da lógicas binária? Uma mulher pode ter um pênis ou um homem pode ter uma vagina? Existe possibilidade desses dois elementos, outrora excludentes, sem poder ocupar o mesmo espaço no mesmo tempo, coexistirem? Poderia essa configuração conjugal contribuir para a reflexão das conjugalidades cisgêneras heterossexuais? De que lugar esse pesquisador cisgênero percebe esses casais transexuais? O Modelo utilizado para análise carrega elementos heteronormativos?

## Método

Para buscar responder a pergunta dessa pesquisa, optou-se pelo método de Estudos de Casos Múltiplos. Fez-se essa escolha por se tratar de um evento contemporâneo, pouco

explorado na literatura nacional e por considerar que assim pode-se compreender como esses processos são narrados por esses casais (Yin, 2010). Além disso, como indica a metodologia, as narrativas foram escritas sem interrupção de análise para que o/a leitor/a se aproxime das vivências de cada casal antes das análises dos pesquisadores.

Participaram da pesquisa três casais: dois formados por mulheres transexuais e seus cônjuges homens cisgêneros e outro por um homem transexual e sua mulher cisgênera, juntos há pelo menos um ano. Os participantes foram recrutados voluntariamente a partir do Protig – Programa de Transtorno de Identidade de Gênero do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Todos/as pessoas transexuais faziam parte dos grupos de acompanhamento há pelo menos um ano, faziam tratamentos hormonais e esperavam suas CRS. Cada casal foi entrevistado numa sala da UFRGS disponibilizada pelo Nupsex – Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero, com ambos cônjuges presentes. As entrevistas foram feitas pelo pesquisador, que tem especialização e 10 anos de prática em atendimento clínico de famílias e casais. Elas tiveram duração de 94 a 137 minutos, foram gravadas em áudio, transcritas e resumidas tentando manter uma ordem cronológica dos fatos. O roteiro das entrevistas contou com tópicos como: história do casal, relacionamentos anteriores, afeto e proximidade, dificuldades e conflitos, resolução de conflitos, flexibilidade, transfobia, famílias de origem, comunicação, planejamento futuro, parentalidade, sexualidade, valores e admiração, mudanças corporais e CRS, vida social, entre outros. Em todos esses buscou-se perguntar os entrelaçamentos com as experiências transexuais. Depois de cada entrevista, os casais preencheram um questionário sócio demográfico com itens como idade, classe social, escolaridade, práticas religiosas, quais processos de transição já haviam feito, etc.

O projeto foi aprovado pelos CEPs do Instituto de Psicologia da UFRGS (anexo 01) e do HCPA (anexo 02) e seu número na Plataforma Brasil é 201.864. Foram explicados aos participantes os objetivos e os riscos da pesquisa, assim como o TCLE foi lido e entregue ao casal. Considerando o risco de reconhecimento dos/as participantes devido às especificidades da temática e os atos transfóbicos cotidianos. Todos os nomes são fictícios e alguns detalhes sobre a vida dos casais, que não atrapalhariam as análises, foram trocados para assegurar o anonimato.

## Os Casais

Bárbara e Pedro

Bárbara tem 40 anos e assumiu sua transexualidade na sua adolescência. Seu pai faleceu antes disso e sua mãe teve muita dificuldade em aceitar sua identidade feminina. Ela tem três irmãos. Começou a trabalhar cedo e hoje tem um emprego na área de administração. Pedro é um homem cisgênero, tem 26 anos e é a primeira vez que tem um relacionamento com uma mulher transexual. Filho de um casal natural da grande Porto Alegre, Pedro tem mais dois irmãos e é autônomo. Ambos têm o ensino médio completo, coabitam com André, filho adotado de Bárbara que tem 09 anos. São católicos pouco praticantes, brancos, de classe média baixa e com ensino médio completo.

O casal está junto há cerca de 08 anos, fizeram um contrato de união estável e pretendem se casar. A história do casal começou quando Bárbara estava em outro relacionamento, no qual adotou seu filho, André. Pedro já a conhecia e foi morar com o casal, alugando um dos quartos da casa. A proximidade fez com que ambos ficassem amigos e a partir disso começaram a se interessar um pelo outro.

Bárbara: É que a gente foi se completando. Coisas que eu nunca tinha visto, olhado em outro homem, eu vi nele... Depois que eu conheci o Pedro eu vi que eu nunca tinha gostado de ninguém. Porque eu nunca senti saudades de ninguém. [...] E eu me apeguei no Pedro antes de estar casada com ele [...] Aos poucos isso foi aumentando, aumentando, aumentando, até que chegou uma hora que eu disse “Não, eu acho que eu estou gostando dele!”.

Após as separações dos antigos cônjuges, ambos começaram o namoro. Levaram um certo tempo para assumir a relação em função do receio de Bárbara em perder a convivência com seu filho em razão do mal estar do ex-marido pela separação. Isso se deve pelo fato da adoção não ter sido feita em seu nome, uma vez que o menino foi registrado no nome de seu ex-marido e da mãe biológica. Bárbara queria registrá-lo com o seu nome social, uma vez que não tinha mudado seus documentos. Desistiu da ideia depois de conversar com um advogado, mas se arrepende dizendo que “devia ter ido, botado uma roupa de homem, e ter eu registrado.” Porém, ela relata que o ex-marido nunca entrou na justiça pela guarda do filho, faz visitas regulares e mantém uma relação de respeito com o casal.

André era pequeno quando o casal ficou juntos. Apesar de enfrentarem as dificuldades de educar uma criança especial (ele tem retardo mental), se sentem satisfeitos de maneira geral com a parentalidade: “É muito gratificante, e ao mesmo tempo difícil também. Tu quer desenvolver, tu quer ver, sabe? Então é bem mais lento. E a paciência do Pedro é enorme com ele também”. André também trata Pedro como um pai. O casal fala abertamente para o filho sobre o processo de adoção, entretanto, ainda não falaram sobre a questão da transexualidade. Primeiramente, dizem que o fato dele ter retardo mental dificultará ou não permitirá o entendimento dessa questão. Mas Bárbara diz que tem medo que o filho a rejeite

em função de sua identidade de gênero: “logo que eu peguei ele, me disseram: ‘Tu vai ter que estar preparada pra ouvir: eu te amo pelo que tu é ou eu te odeio pelo que tu é’. Eu tenho medo da segunda. ‘Eu não te aceito’.”

Bárbara conta que atualmente sua mãe a chama de filha, mas que esse processo foi longo. Aceita Pedro e o chama de “*genro do coração*”. Já Pedro conta que o fator mais conflituoso para sua família de origem não foi o fato dela ser uma mulher transexual, mas sim dele ter se interessado por uma mulher casada. Contam que a questão da transexualidade não é segredo em nenhuma das famílias, mas não é um assunto muito falado na família dele. Entretanto, eles nunca viveram momentos de transfobia e se sentem bem acolhidos pela rede familiar.

Ambos nomeiam a relação como casamento, publicamente assumindo-se como marido e mulher, pois a convivência e a grande intimidade que formaram demanda uma nomenclatura mais intensa que só namoro. Pedro, num momento de família, a pediu em casamento e decidiram fazê-lo após a cirurgia e a troca legal de nome e sexo. Ambos querem casar na igreja, mas Bárbara expressa medo de ser impedida por ser transexual, mesmo depois das mudanças; Pedro não vê problemas e diz para ela não falar nada. Ambos ainda estão negociando essa questão.

Bárbara: Eu não tenho uma voz feminina. Na hora do sino da igreja, fazer lá o juramento, vou abrir a boca e daí o padre vai ver. E aí? Não adianta. Tem que falar a verdade.

Pedro: Ah, mas é que nem eu disse pra ela, tem tanta mulher aí que é mulher mesmo, que tem o tendão mais forte ainda que ela.

Bárbara: O Pedro diz que é pra eu não falar nada. Porque eu vou estar com a identidade mesmo.

Bárbara lembra mais das datas importantes do casal, se acha muito “faladeira” e “fresca” para algumas coisas. Ela se responsabiliza por quase todas as tarefas do lar, enquanto Pedro cuida da locomoção de André, pois fica pouco tempo em casa. Ambos contam que ele tenta ajuda-la nessas tarefas, mas Bárbara diz que ele faz errado pois não é detalhista como ela. Assim, Pedro desiste. Bárbara não dirige, então a tarefa da escola fica sempre com Pedro. Ele afirma não ter “frescura” pra nada. Ambos relatam se sentirem satisfeitos com as divisões das tarefas.

Pedro e Bárbara contam que não costumam ter brigas ou discussões acirradas. Dizem que quando se estressam, na grande maioria das vezes resolvem na hora a situação. Pedro é mais calmo nas resoluções e não deixa Bárbara continuar as discussões em vão. Contam que guardam as irritações e depois acabam rindo de si mesmos. Pedro reclama que Bárbara é muito sensível e acaba achando que algumas questões têm mais peso de que deveriam. Porém, a questão do ciúmes é algo mais difícil para casal, principalmente para ela.

Bárbara conta que nunca teve o sentimento de ciúmes em outras relações e nem mesmo se achava uma pessoa ciumenta. Mas depois que começou o namoro com Pedro, o ciúmes toma proporções importantes na vida do casal. Pedro diz que também sente ciúmes. Porém, a diferença é que ele o sente somente quando percebe que algum fato real está acontecendo. Ambos concordam que o sentimento de ciúmes dela é mais frequente e forte do que o dele. Entretanto, durante os oito anos de convivência, o casal nunca presenciou uma situação de traição de fato. Explorando mais essa questão do ciúmes de Bárbara, ela afirma que sente medo de perdê-lo. Para ela, a diferença de idade e a busca por um novo parceiro aparecem como os principais motivos que sustentam esse sentimento. Quando questionada a pensar sobre o assunto, Bárbara diz: “Não... nunca parei pra pensar. Antes eu achava aquela coisa assim, a minha idade, entendeu? E é uma pessoa que me completa, pra eu achar de novo...” Porém, Bárbara conta que a questão da idade não é mais um produtor de insegurança para ela, uma vez que Pedro conseguiu ajuda-la a tirar isso do seu pensamento.

A história da vida sexual começa com o fato de Bárbara e Pedro nunca terem falado sobre a transexualidade antes da primeira relação sexual. Bárbara tinha certeza que ele sabia e ainda duvida, mas Pedro diz que realmente não sabia. Além disso, ele relata nunca ter tido experiência sexual com pessoas trans. Ambos tiveram uma grande surpresa no momento em que se tocaram intimamente: “Quando ele tocou com a mão eu, né? Eu não gostava. Aí ele disse ‘Opa’. Aí eu pensei ‘Ele não sabia.’” Bárbara ficou muito decepcionada e teve certeza de que tinha estragado tudo, que Pedro viraria as costas e iria embora. O sentimento de rejeição foi muito forte e ela perdeu o tesão sexual. Porém, Pedro decidiu continuar.

Bárbara: Mas ele soube conduzir, ele disse “Não, vamos seguir.”. Ele nem falou nada, ele foi me falar um longo tempo depois. E daí depois que ele me comentou “Naquela noite, eu achava que tu era. Mas, como já tinha iniciado, não ia parar na metade e te deixar assim, que daí ia ficar chato pra ti - e pra mim, também.”

Bárbara conseguiu retomar a excitação sexual e ambos compreendem que essa primeira vez foi muito boa, principalmente pelo carinho e desejo que sentiam um pelo outro. “Pedro: Tanto é que eu nem dei bola depois quando ela me falou, quando eu descobri mais pra frente ali quando nós fomos conversando, eu nem dei bola, por que eu já tava ‘pegado’ já”. Mas Pedro sabia que Bárbara tinha receio de que ele a largaria pelo fato dela ter um pênis. Ela concorda e ressalta que quando o conheceu, na faixa de seus 30 anos, nunca tinha mostrado o órgão para ninguém numa relação sexual. Diz claramente que sentia muito vergonha de tê-lo e isso restringia seu desempenho sexual: “Eu sempre escondia, eu transava escondida. Se perguntassem ‘Deixa eu ver?’ ‘Não! Eu sou só mulher’, entendeu? E pra ti ver, com o Pedro eu me soltei tanto, que agora eu já não escondo mais.”

Bárbara tinha posições sexuais restritas e Pedro respeitava, mas sempre forçava flexibiliza-las e dizia que ela não deveria ter vergonha, afinal, ele a compreendia como uma mulher. Aos poucos, Bárbara foi relaxando e se sentindo mais segura na relação, parando de esconder-se. “E aos poucos ele conseguiu! [...] Tanto que agora eu me sinto feliz e plena na cama, porquê? Porque eu não tenho mais vergonha. Quer dizer, não gosto do que eu tenho, mas não tenho vergonha.”

O casal relata que atualmente tem uma vida sexual ativa e prazerosa, mas que isso foi um longo processo. Além disso, Pedro faz brincadeiras e piadas com o órgão genital de Bárbara e ambos entendem que isso é uma forma de lidar com o assunto. Mas não foi fácil para ela entrar na brincadeira.

Bárbara.: e aí às vezes eu tô com uma calça justa, e vai mais pra um lado do que pro outro, aí ele (Pedro) fica debochando da minha cara (risos). Eu odeio essas piadinhas sem graça.

Entrevistador: Mas aí tu leva na brincadeira?

Bárbara: Eu levo na brincadeira, porque se alguém me fizesse isso antes, era rompimento de amizade, entendeu? E agora não, agora eu tô mais liberada, eu tô mais... sei lá. O Pedro fez eu ver muita coisa que eu não sabia antes.

Com relação a CRS, Pedro se mostra indiferente mas apoia a ideia: “Pra ela vai ser bom porque é uma coisa que ela sempre quis. Mas pra mim vai ficar a mesma coisa, eu sempre gostei dela do jeito que ela é.” Inclusive, essa aprovação foi decisória para que Bárbara colocasse seu desejo em prática. Além disso, Bárbara tinha outra preocupação. A partir da interação com outras mulheres transexuais no grupos de acompanhamento hospitalar, descobriu que algumas delas que fizeram esta cirurgia foram abandonadas pelos maridos. Bárbara conta que estes queriam uma parceira que tivesse o pênis e não que elas fossem como qualquer outra mulher, mas Pedro não pensa dessa forma:

E eu perguntei pra ele ‘Pedro, tu não gosta de mim como eu sou agora? E depois, vou ficar normal, no caso, vou ser uma mulher normal, com uma vagina, não vai perder a graça pra ti?’. Ele disse que não, entendeu? A gente conversou já a respeito disso também.

Bárbara também se preocupa em ficar hospitalizada e não poder cuidar de seu filho, mas entende que ele agora já não é mais tão novo e pode contar com a ajuda de Pedro nos momentos pós cirúrgicos.

Quando falam sobre o que é importante na relação de casal, ambos assinalam a conversa aberta e frequente, a compreensão de um pelo outro e o companheirismo. Compreendem que essas características sustentam o estado de bem-estar, assim como os ajudam a resolver os conflitos conjugais. Ambos valorizam e reconhecem que o cuidado com Andre os une muito como casal. Bárbara, a partir da relação com Pedro, passou a realizar mais atividades, se permitir mais e experimentar sentimentos que antes não sentia por

ninguém: “Eu voltei a fazer coisas de criança, de adolescente que eu nunca tinha feito na minha vida. [...] Aí foi quando que eu disse pra uma amiga ‘Eu acho que eu estou gostando dele.’”

Ambos tem vontade de terem mais um filho ou filha. Pensam em tê-lo da mesma forma que tiveram André, através de uma adoção informal, pois entendem que o processo de adoção legal exige demais e pode não funcionar pela configuração do casal. Entretanto, Bárbara afirma que desta vez ela irá registrá-lo em seu nome feminino, como mãe, e no nome de Pedro, como pai.

### João e Rose

João tem em torno de 40 anos, é branco, se identifica como um homem transexual e nasceu no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Com 18 anos assumiu para si algumas expressões de gênero dadas como masculinas, mas entrou em contato com a palavra transexual um bom tempo depois. Rose também tem em torno de 40 anos, é uma mulher cisgênera negra, tem três filhas de dois relacionamentos anteriores. O casal está junto há dois anos, ambos são praticantes de religião africana e de classe média baixa. Ambos com ensino superior completo.

João conta que depois de enfrentar por um bom tempo a ira e a negligência do pai, foi buscar sua vida fora de casa. Seu pai faleceu há poucos anos e até o final da vida não aceitou que sua “filha”, na realidade, era seu filho. Hoje, a família de João é composta por sua mãe, da qual sempre teve suporte emocional, sua única irmã e seus filhos.

João vem de um relacionamento nomeado como homossexual de dez anos com uma mulher cisgênera, Marta. O casal, em função do desejo de engravidar, decidiu fazer uma inseminação artificial em Marta que deu à luz a dois meninos gêmeos. Os filhos foram registrados somente no nome dela; João insistiu, mas ela não deixou que os registrasse. Quando seus filhos tinham em torno de dois anos, o casal se separou. Segundo João, as questões que envolvem a transexualidade foram os pontos principais das discórdias conjugais. João foi mudando durante esse longo período conjugal. Conta que, apesar de Marta provavelmente tê-lo visto como uma mulher, ele foi assumindo para si sua identidade de gênero e expressando sua masculinidade. Todavia, encontrava em Marta uma barreira. O fato dela, por exemplo, não deixar que ele cortasse o cabelo curto e o proibisse de buscar ajuda médica para as mudanças corporais criaram conflitos sem solução à relação. Mesmo assim, João buscou por conta.

João: Por que teve momentos que eu não conseguia ver os meninos. Por que a forma que ela tinha de me castigar era não deixar ver os meninos. [...] É, me afastei dos filhos, mas fui procurar o que eu queria. Pensei “agora eu vou tomar uma atitude de homem mesmo e vou fazer o que eu quero, quem quiser que aceite assim...”.

Nesta mesma época, João perde seu pai, que falece por complicações médicas, fazendo desse momento um dos mais difíceis e tristes de sua vida em razão da dupla perda. Entretanto, é através dessa tristeza que os ritmos aleatoriamente sincrônicos da vida aproximam João de Rose.

Rose, sua família e seu ex- marido são negros. Esse fato aproximou-a da religião africana, na qual ela participa escutando e aconselhando muitas pessoas. Rose conta que foi procurada por sua prima Fernanda em virtude das dificuldades de um amigo e colega de trabalho que estava passando por uma separação conflituosa, na qual sua ex-mulher usava os filhos como arma no conflito conjugal. O amigo de Fernanda se chamava João. Foi assim que Rose conheceu João, através das histórias de Fernanda. Rose conta que tinha crenças mais fechadas e preconceituosas sobre a transexualidade ao ouvir as histórias, entretanto, ficou tão sensibilizada com o sofrimento dele em relação aos seus filhos: “Porque na verdade eu pensei nos filhos. Porque eu fui uma filha que teve a mãe que fez muito isso. Minha mãe jogou muito isso contra nós. Tu mais ou menos te reporta sobre essa situação.” Rose conta que antes de se separar do ex-marido, ambos tiveram muitas conversas sobre como seria o processo para que as filhas pudessem sofrer o menos possível e até hoje não tiveram problemas.

Sensibilizada, Rose dava conselhos à Fernanda que os passava a João. Certa vez, Fernanda convidou Rose para um passeio organizado pela escola na qual trabalhava. No passeio, um homem interessante chamou a atenção de Rose, que na época já estava separada. Rose sentiu-se atraída por seu olhar marcante, pela postura definida, pelo seu cheiro. Ela conta que o choque veio quando descobriu que esse homem que havia mexido com seus sentimentos era João, o homem transexual que ela havia ajudado. Rose diz que mesmo sendo de uma religião mais aberta “[...] aquilo me chocou, como é que eu poderia sentir algo assim?” Rose conta que ao mesmo tempo em que jamais pensava em ficar com uma mulher ou ter um relacionamento lésbico, foi abalada por João e via nele um homem que a atraía.

Rose: Minha primeira relação do gênero e isso mexeu muito comigo. Como isso pode mexer com minha questão feminina, de interesse. Na verdade foi uma surpresa da minha parte, até porque existia um grande preconceito da minha parte, dessas relações do mesmo sexo. Não lidava bem. [...] Na minha visão existia um sentimento, mas existia toda uma cultura por trás. Então as coisas começaram a brigar na minha cabeça.

Rose diz que não sabia como funcionaria a sexualidade, mas estava mesmo preocupada em saber quem João era como pessoa. Além disso, ela teve que lidar com o fato dele ser o

primeiro homem branco que a atraía. Ou seja, um vórtice de mudanças que desafiou suas crenças.

Rose: Eu não me aproximaria dele, pela minha maneira de viver, minha vida em família, minhas filhas, a minha situação, eu não me aproximaria de uma pessoa muito desregrada [...] Conforme eu fui tendo informações, eu fui me permitindo envolver com ele. [...] Porque sexualmente falando o que me atrai é a cor negra. É automático, meu olho sempre chama. E o restante não. Sempre passou batido, sempre houve uma negação, até pela questão racial.

Rose também teve que enfrentar a desaprovação de quase toda família, pois fora ensinada que “[...] esse tema era sinônimo de perigo”. Rose contou à mãe que estava tendo “[...] uma relação com outra mulher [...]” e teve apenas o silêncio desaprovador como resposta. Ficou surpresa com a reprovação de uma de suas irmãs, pois diz que além dela ter amigos gays, ainda tinha ajudado uma amiga transexual a participar do Protig no Hospital de Clínicas. Entretanto, ela relata que contava com o apoio dos outros irmãos que acolheram a condição, tratam João como homem, mas tem uma forma peculiar de compreendê-lo:

Rose: Familiarmente, e isso meio focado ao sexo, eles acreditam que o João é hermafrodita, eles só entendem isso, não conseguem compreender.

João: Para eles, eles acham que não existe isso (transexualidade). [...]

Rose: Na verdade, para aceitar eles acreditam que ele tem os dois sexos, por isso que eu consigo ficar.

A história do nome de João é peculiar. Seu nome de registro é Maria-João<sup>19</sup>, um nome que, ao primeiro olhar, é feminino. No contexto brasileiro, é comum as pessoas usarem apelidos para se referirem uns aos outros. Foi jogando criativamente com essas duas características culturais que ele se auto intitulou “João”. Ele relata que, como na carteira de identidade brasileira não consta o sexo, consegue circular sem vivenciar tanto preconceito. Inclusive, João não quer mudar seu nome; pretende apenas acrescentar o nome do avô como seu segundo nome para “[...] ficar mais forte.”

Entretanto, a questão do nome também é um problema conjugal que afeta a relação com os filhos. A partir da percepção de João, seus filhos o compreendem como pai. Porém, os gêmeos são repreendidos por Marta quando o fazem e quando o chamam de João. Nenhum dos dois falou aberta e claramente sobre a transexualidade com as crianças. João entende que ambos são pequenos demais e despreparados para compreender a complexidade da situação, mas diz que não teria nenhum problema e gostaria de contar a verdade.

João: Ela não permite que eles chamem de pai. [...] Eles não têm na cabeça deles o entendimento. Tanto é que ela fala para eles “não é ele, é ela. É a Maria-João”. E aí os dois “ué mãe! É ele! É o João!”. [...] Se eles gostam de mim, eles vão ter que saber dos meus defeitos e das minhas qualidades, do que eu faço ou deixo de fazer. Se eles vão gostar, gostaram, se não gostarem, o que eu posso fazer? Eu tentei.

---

<sup>19</sup> A alteração do nome para a escrita do trabalho não foi uma tarefa fácil, uma vez que seu nome de registro é dotado de muito sentido na vida dele. Ele é uma única palavra, sem hífen, mas feita da junção de dois nomes (feminino e masculino). O nome Maria-João foi o mais próximo que pode-se chegar.

Rose diz que nunca mentiu ou omitiu sua história com João, tratando com franqueza e conversando sobre o assunto sempre que preciso. Mas nunca explicitou a palavra transexualidade. Rose entende que não é necessário tanta clareza, uma vez que ficava nítido antes da mastectomia que João tinha seios. Ela diz que seria impossível não perceber isso, mas também não sabe claramente o que as filhas pensam a respeito. O casal nunca sofreu nenhum tipo de reação transfóbica por parte das filhas e nem mesmo do ex-marido de Rose.

No campo da sexualidade, João relata que se preocupava mais com o tema e menos com as questões de raça da parceira, até mesmo porque já tinha tido relações com outras mulheres negras.

João: Bah, eu tomei um suador! (risos) De tão nervoso que eu fiquei! Depois ela foi me acalmado [...] Eu sempre perguntava para ela: “tu tem certeza do que tu esta fazendo? Tu tem entendimento do que está acontecendo?” Aí ela disse “tenho”. Ela estava mais afoita do que eu (para o sexo)! Eu estava preocupado, não sabia que reação ela ia ter.

João ficava muito inseguro com a possibilidade de não ser aceito ou desejado pelas diferenças corporais que o fato de ser transexual acarretava no momento. João se preocupava muito com a imagem que seu corpo representava e fazia sexo sempre de camiseta. Rose achava aquilo engraçado, mas compreendia que existia um sofrimento naquele ato, o qual ela teria que respeitar. O incômodo que tinha com seus seios e a falta de um pênis o deixava distante e inseguro.

João: [...] Aí sabe, a gente tem as nossas falhas... Em uma relação normal com um cara, ele tem pênis. Eu sou um cara que não tem pênis. Sabe, a preocupação era essa... Como eu vou ter relação com a mulher? [...] Parece que tem que ter, mas eu sou bem franco... Eu sinto a necessidade de ter um pênis.

Entrevistador: E o teu clitóris não funciona para isso?

João: Funciona tanto quanto, mas...

Entrevistador: Tu chama de clitóris ou tu dá outro nome?

João: Olha, eu tenho um apelido... O “Chiquinho”! (risos)

Apesar de todo o revés, Rose percebeu que João era uma pessoa pela qual ela tinha um sentimento de aprovação geral e atração sexual. Essa última, nas palavras dela, foi uma das mais prazerosas descobertas nunca antes vivenciada na relação sexual com seus ex-parceiros cisgêneros: “Eu estou no paraíso. Eu consegui ter três orgasmos em uma noite, coisa que, em quatro ou cinco anos, eu não tive tantos. Então eu estou muito feliz.”. Da mesma forma, João conseguiu relaxar um pouco em relação a sexualidade e também encontrou em Rose alguém que o apoiava nas suas decisões relacionadas à identidade. Ambos relatam ter uma vida sexual muito prazerosa, mas João afirma que a recente mastectomia<sup>20</sup> fez uma diferença importante da relação que ele tem com seu corpo e fará, provavelmente, na sexualidade: “Para

---

<sup>20</sup> No dia da entrevista, fazia em torno de duas semanas que João tinha se submetido ao processo cirúrgico.

mim mudou completamente. Se está um frio desgranido, eu estou sem camisa! Que coisa bem boa! (risos)”. João gostaria de ter um pênis para se “sentir completo [...]” e faria a cirurgia de neofaloplastia<sup>21</sup>. “É assim, ter o nome com o sobrenome. Tu tem um nome, mas cadê o resto?”. Ele entende que o procedimento é complicado. Presenciou uma experiência ruim com um amigo transexual que fez a cirurgia e resultou em cicatrizes e nenhum pênis. João também diz que quer poder ir ao banheiro e urinar em pé, como outros homens, sem precisar sempre usar a cabine.

Com relação às tarefas domésticas e às negociações financeiras, Rose se diz “muito feminista”, ou seja, não acha que tenham papéis vinculados ao lar e, como trabalha tanto quanto João, demanda por participar dos gastos familiares e do casal. João concorda. Entretanto, Rose se sente por vezes sobrecarregada com as tarefas do lar e fica na dúvida se João é preguiçoso ou se usa esses territórios para se auto-afirmar como homem.

Rose: mas às vezes eu acho que ele quer tanto se autoafirmar, que ele esquece que independente de ser homem, ele pode mudar isso aí. Acho que um homem não está vinculado a isso aí... Acho que se tu quebra um contexto, tu deve quebrar tudo. [...] Mas a organização (da casa) fica comigo. Às vezes me dá crise de asma, então baixa toda a possibilidade. Então isso eu acho meio estranho, eu digo para ele “tu está igual ao teu pai, bem machista!”. E ele me diz então que não quer ser assim... Eu digo para ele então que ele precisa rever os próprios conceitos. O homem e a mulher, um casal, não estão atrelados a questão de “isto é só teu e isto é só meu”. Tem que acabar.

João gosta que as coisas aconteçam de forma mais regrada, como ele determina. Já Rose diz que gosta de liberdade, que não gosta de se sentir presa. O casal entende que, apesar de alguns conflitos, acabam por se complementar nessas características. Porém, ambos se acham ciumentos, mas João se diz mais contido na expressão desse sentimento. Rose e João sentem ciúmes de outras homens e mulheres, respectivamente, mas concordam que o momento mais complicado do ciúmes é com os antigos relacionamentos. Ambos sentem um pouco de medo de que o parceiro/a volte para o/a antigo cônjuge em virtude das investidas reais dessas pessoas para retomar as relações. Ou seja, dizem e concordam que tanto a ex-mulher de João quanto o ex-marido de Rose deram sinais recentemente que gostariam de retomar o relacionamento.

Entrevistador: E quando ela é ciumenta contigo, como é que tu lida com essa situação?

João: Olha, ela fala muito! [...] Ela fala coisa até que nem ela sabe o que está falando. Aí o que eu faço? Escuto. Fazer o que? Deixa desabafar! Mas aí ela acalma. (...)

Entrevistador: E tu (Rose), quando ele está com ciúmes. Como tu reage? O que tu faz? Rose: Não, ele é fingido!

Quando questionados sobre o que pensam e como relacionam sua experiência com as categorias da sexualidade existentes (homo, hétero, etc.), Rose pensou por algum tempo que

---

<sup>21</sup> A neofaloplastia é a construção de um pênis e saco escrotal a partir do tecido do próprio paciente.

poderia ser homossexual, mas diz que esses questionamentos não a incomodam mais. Inclusive, a partir da convivência com as mulheres transexuais do Protig, João diz que não teria nenhum preconceito em ter uma relação com alguma delas, mas desde que houvesse sentimento.

Rose: Eu ainda estou ouvindo... Eu acho que nenhuma dessas (categorias) faz sentido. [...] o que importa é ser feliz.

Entrevistador: Mas tu pensou que tu poderia ser homossexual?

Rose: Questiono isso... Porque a gente sempre quer se identificar com algum grupo e com algumas pessoas. Então eu questiono isso. [...]

João: O meu ponto de vista neste sentido é que a partir do momento em que eu tenho um sentimento por uma pessoa, o sexo eu vou ver como fica depois. [...] Eu sei que eu não consigo transar como um homem, mas se aparecer uma menina (transexual), se existir o sentimento, porque não? Não tenho preconceito. [...] Tem uma (mulher transexual) [...] que se tu conhecer essa guria, tu te apaixona!

O casal conta que João queria cortar o cabelo curto, mas sempre acabava pedindo a permissão e a opinião de Rose, que reafirmava o seu desejo. João diz que ficava espantado, pois esperava uma resposta negativa. João raspou a cabeça e Rose diz que “[...] me empolguei, achei legal, ele ficou muito mais feliz, muito mais seguro. Quando a gente gosta de uma pessoa, a gente quer ver a pessoa feliz.”. Da mesma forma, Rose ficou impressionada quando João contou que desde pequeno sofria com a presença dos seios e sempre quis operar. Rose respondia dizendo que ele trabalhava, sustentava e que ninguém deveria ter nada com isso. Ela diz: “[...] Tu é uma pessoa instruída, tu sabe das leis. As outras pessoas que devem se instruir se não sabem.” João se submeteu ao processo. A cirurgia correu bem e hoje ele se orgulha de poder tirar a camisa.

Rose: Então eu disse “a gente vai ter que resolver isso aí! A gente vai ter que economizar um pouco mais, porque a classe média e baixa sempre têm contas, então só vai ter uma conta a mais [...]

João: Aí eu pensei “agora vai começar a esquentar” e eu comentei isso com ela, e ela me disse “então vamos fazer de uma vez!”. Isso foi onde eu lavei a alma no simples ato de “vamos fazer? Então vamos fazer!”

Rose conta que João está mais seguro, sereno, calmo e mudou até o tom de voz e sua expressão social. Nota claramente a sensação de felicidade pelo resultado da cirurgia e acha engraçado que o parceiro ri de felicidade. Rose conta que viver com ele instigou-a ao crescimento pessoal, à troca de informações, à revisão de antigos conceitos e à ver a vida de uma nova maneira. Rose se sente mais calma depois de se relacionar com João, assim como ele gosta da presença dela, pois ela lhe instiga o crescimento. Rose relata que fazia muitas fantasias sobre como seria a vida de um casal como eles. Mas no final das contas, concluiu que “[...] é uma vida normal. Não tem nada de anormal.”

Aline e Marcos são naturais de duas cidades do interior de dois Estados brasileiros diferentes nos quais nasceram. Aline foi criada com a mãe, Genilda, e os irmãos. Conheceu seu pai, José, no final da adolescência, mesma época em que assumia para si, para a família e para a sociedade sua identidade de gênero como mulher. Apesar de ter sido designada como menino ao nascer, ela lutou contra muitos preconceitos, principalmente no trabalho. Marcos vem de uma família reconstituída. Sua mãe biológica faleceu quando ele era pequeno e ele foi criado pelo pai e pela madrasta, Marino e Sandra, na companhia de seus irmãos. Ambos tem 35 anos de idade, estão juntos há dois anos, ambos com ensino superior tecnológico completo.

Aline conta que tinha uma relação boa com sua mãe, mas que tinham conflitos relacionados ao gênero, mas não à sexualidade. Sua mãe compreendia e aceitava o fato do “filho”, ainda vista como menino pelos olhos da mãe, gostar de meninos. Entretanto, reprovava que “ele” se vestisse ou comportasse como uma menina, pois entendia que gays não precisavam ser efeminados. Sua mãe era separada desde seu nascimento, só revelando o nome do pai quando ela tinha 18 anos. Na única visita que Aline fez, mesmo já tendo assumido sua identidade de gênero, conta que se “[...] montou toda masculinamente [...]”, uma vez que o pai era de uma cidade machista. Diferente de suas expectativas, foi muito bem recebida e também acabou conhecendo seu irmão por parte de pai. Depois disso, Aline revelou a transexualidade a José, que veio visita-la na sua cidade uma vez.

Aline conta que não sofreu tanto preconceito transfóbico na sua vida, mas também aprendeu muito como evitá-lo. Desde jovem sabia que precisava mostrar outras características suas para ser valorizada como pessoa. Em casa, se vestia mais masculina e respondia ao seu nome de registro; com os/as amigos/as era a Aline. Mais tarde, quando foi morar na cidade na qual conheceu seu marido, diz que inicialmente teve que fazer esse mesmo jogo para não ser tão discriminada. Aline aprendeu a profissão de costureira e decidiu se mudar para a cidade na qual conheceu Marcos, pois tinha alguns familiares lá. Ao chegar na nova cidade, foi rapidamente se reorganizando para se estabelecer financeiramente como costureira. Hoje, cinco anos depois da chegada, ela trabalha no seu espaço e se sustenta totalmente.

Quando se conheceram, Marcos conta que se aproximou e ficou muito interessado na forma extrovertida, risonha e na maneira de conversar de Aline. Ela conta que em cidades pequenas os homens muitas vezes se aproximam, querem ficar e não percebem as diferenças e “Antes que aconteça qualquer coisa eu digo ‘perai, o negócio é o seguinte.’”, pois algumas vezes “vai lá e dá um beijo, tem amigos que sabem e outros que não, e dá confusão”. Aline conta que já foi vítima de violência verbal e física decorrente dessas situações e que contou a

Marcos, depois de ficarem, que ela era transexual. Diferente do que ela esperava, ele não viu problemas na situação. Aline conta que desconfiou dessa tranquilidade, mas Marcos enfatiza que, apesar de nunca ter tido uma relação com “nada do gênero [...]”, vê Aline como uma mulher como todas as outras. Ele se apaixonou por ela e logo descobriu onde Aline trabalhava e morava. Buscou ela nesses locais, foram conversando e logo ela também se viu apaixonada. Ele dormia na casa dela frequentemente, mas Aline desconfiava da exposição toda de Marcos. Isso piorou quando ele pediu para ligar para sua casa do telefone da vizinha e dizia aos pais que estava namorando com “uma menina.” Além de acha-lo bonito e atraente, Aline relata que a insistência de Marcos foi algo que lhe chamou muita atenção desde o início. Num determinado momento, Marcos foi para sua casa e não quis mais sair. Aline já era autônoma em relação à sua família de origem, mas Marcos ainda morava com os pais. Nesse momento, ambos viram ser imprescindível assumir a relação para eles.

A família de Marcos é composta basicamente de seu pai, sua madrasta e mais dois irmãos. Sua mãe faleceu quando ele ainda era muito criança, Marino, seu pai, recasou pouco tempo depois e Sandra, sua madrasta, assumiu o papel maternal. Marcos a considera e a chama pelo nome de mãe.

Marcos: Daí ficaram sabendo que ela era do gênero, assim sabe? Travesti. E me perguntaram uma vez e eu disse que ela já tinha feito cirurgia e tudo, sabe? Pra eles darem uma amenizada. Disse que ela já fez cirurgia, tá tudo certinho. Pra dá uma tapiada. [...] No começo o pai ficou meio assim [...] daí a minha madrasta convenceu ele para me deixar seguir assim né, se eu tava feliz, para deixar que eu continuasse.

Marcos conta que seus irmãos desaprovaram e sugeriram até interná-lo. Mas foram mudando ao passo que Marcos afirmava: “você não acompanha a mídia, aí? Não veem como as coisas acontecem? Não é porque a gente está em uma cidade pequena que não pode acontecer!” Marcos tentava explicar a situação e abrir espaço para que eles conhecessem Aline, mas acabava escutando piadas de mau gosto do pai e dos irmãos e todos terminavam brigando. Até que um dia Aline conta que Marcos disse:

Aline: “ó, eu não vou mais ligar, que na hora que vocês decidirem eu trago ela aqui pra vocês conhecerem, se quiserem que eu venha aqui na casa de vocês”. Ele disse para o pai dele. [...] “e eu só venho na casa do senhor se o senhor aceitar a presença dela aqui”, ele disse. Então meio que me impus.

Marcos: Eu disse “vou trazer ela aqui para vocês conhecerem, mas eu não quero que falem nada de mal para ela. Vocês vão conhecer como ela é e depois me digam”.

Por alguns instantes Aline achou que estava entrando em uma relação que não daria certo. Mas como percebeu que estava gostando muito dele, decidiu seguir em frente. Marcos conta que o clima do primeiro encontro foi tenso no início, mas assim que eles chegaram e cumprimentaram os familiares, já começaram a conversar. Depois desse primeiro momento, a

aproximação veio através dos contatos telefônicos. Aline diz que um dia ambos foram na casa dos pais dele e Marino teve uma conversa com ela sobre a sua vida. Ela diz que contou tudo que ele perguntou sobre sua vida e se sentiu mais acolhida pela família depois disso.

Aline: e eu falei tudo abertamente, mostrei meu lado como profissional, que eu trabalhava, que eu era independente, que eu tinha a minha casa, meu trabalho, meus amigos, tinha uma vida, como se diz, digna. Nunca precisei fazer outra coisa, nunca roubei, nunca matei, nunca fiz nada disso. Eu nunca precisei me prostituir nem nada. Então falei sobre meus pais, minha mãe, minha criação, e fui acho que convencendo eles eu acho. Convencendo não, mas...

Aline entende que é importante para ela estar dentro desse núcleo e não queria ficar com alguém e ver toda a família contra. Aline conta que Marcos “[...] vai e conversa com o pai dele, diz que eu sou uma mulher normal para ele, que não sou travesti nem nada disso. Até para mim, ele mesmo me cutuca.”. O casal conta que noivou faz alguns meses, com as alianças já no dedo que simbolizaria o casamento, e já se entendem como marido e mulher. Fizeram o ritual na presença dos familiares e o pai de Marcos participou lendo passagens da Bíblia.

Quando narram os momentos difíceis e de conflitos, Marcos e Aline prontamente dizem: “Ciúmes”. Aline sente ciúmes, mas não tanto quanto afirmam que Marcos sente. Já ele diz que sente ciúmes diariamente, em muitas situações, inicialmente pelo fato dela

ter o órgão genital masculino eu acho que vai sair com mulheres e com homens, e daí fico imaginando que pode sair com tal pessoas, com casais. E ai bate aquele ciúmes. E é uma coisa tão ruim, sabe? [...] Mas eu acho que é ciúme bobo, às vezes não está acontecendo nada e o cara fica imaginando coisas [...] tipo possessivo.

Diz sentir-se inseguro, com muito medo do futuro, de frustrar-se na relação. Assim, ambos entendem que por amá-la e ter medo que ela fique com outro, ele acaba tendo esses comportamentos de ciúmes possessivo. Ele acha que a CRS pode diminuir o problema, mas Aline não acredita que isso irá acontecer. Apesar de não terem nenhuma situação de traição conjugal, esse medo mantém-se na ideia de Marcos, que não acredita totalmente em Aline quando ela diz nunca ter ficado com alguém depois que o conheceu. Aline terminou a relação uma vez pelo sofrimento que ele estava fazendo ela passar, mas percebe que agora está mais tranquilo do que já fora. Marcos conta que já sentiu ciúmes em relações anteriores.

Marcos foi trabalhar com ela no espaço de costura e conta que ele evita sair de lá para não deixa-la sozinha. Quando ela tem que ir para Porto Alegre, Marcos “[...] fica louco, impossível!.” Aline conta que Marcos chega ao ponto de revista-la quando fica com muito ciúmes. Marcos diz que conversa com ela e pede para que ela o deixe antes se quiser ficar com outra pessoa, mas Aline acha que essa fala não faz sentido para ela. Ambos entendem que conversar tem melhorado esse conflito, mas afirmam que se isso continuar a magoá-la,

ela irá terminar a relação. Na última briga que tiveram, a irmã de Marcos disse a Aline que ela deveria largá-lo, pois ela estava com muito medo que ele pudesse matá-la pelo nível da crise de stress que viu o irmão ter ao chegar na casa dos pais. Aline ficou assustada e preocupada com a situação. Quando ocorrem essas brigas, Aline diz ficar muito “[...] bocuda [...]” e ambos ficam afastados e perdem toda a harmonia. Para resolver essas situações, Aline conta que fica repetindo constantemente o que ele fez de errado até que ele se arrependa e peça desculpas. Marcos diz que chega devagar novamente para o lado dela. Aline acha ele muito carinhoso e gosta dessa característica. Normalmente Aline ainda “[...] solta as patas [...]” e ele recua, esperando o momento certo para se aproximar.

Durante toda a entrevista, Marcos se reportava a Aline mais como travesti do que transexual. Marcos diz que inicialmente achava que travesti eram pessoas que só se vestiam de mulher e que transexual era aquelas que tinham feito a cirurgia, mas hoje entende que é muito mais que isso. Enfatiza para sua família e para outras pessoas que Aline não é como uma travesti, que ela é uma “mulher normal” e que “não é por um detalhe que tu deve ser de uma outra forma.” Diz que dentro dos meios em que vive a palavra travesti também é utilizada para denominar as pessoas que nascem como “homens” mas que assumem para si e para a sociedade uma identidade feminina. Aline relata que se considera uma mulher, mas entende que existe uma parte da sociedade que não a considera. Que tanto a entendem como travesti ou como homem. Ela conta que dizer-se transexual pode ser complicado em algumas circunstâncias:

porque eu tenho várias amigas travestis, e por elas mesmas não irão chamar de transexual.[...] Muitas amigas diziam “ah, mas isso parece uma doença, e tu não é doente! Tu é uma traveca!”, entende? Elas querem me botar no gênero. [...] tu aceita às vezes o fato de ser chamada ou encarada como uma travesti. [...] Porque há várias travestis que são umas bonecas e têm um pênis. Então para muitas, elas acham que não tem separação entre transexual e travesti, entende?

Relata que não sente nojo de nenhuma parte de seu corpo e que sua motivação para a CRS é tanto estética quanto de ter a sensação de estar completa. Inicialmente queria fazer a cirurgia, mas depois viu relatos de mulheres transexuais que tiveram problemas com o prazer sexual e ficou na dúvida. Diz que “[...] não tenho nojo de nada no meu corpo. Faço uso, mas só que não é exatamente desta forma que eu quero fazer uso, então tu sempre está descontente em alguma coisa.”. Atualmente Aline decidiu que fará a cirurgia e aposta no cuidado pós-cirúrgico como segurança de uma boa operação. Marcos apoia e quer que tudo dê certo, já olhou na internet a filmagem de uma cirurgia de neovaginoplastia e diz: “Eu achei perfeito, né?”.

Aline conta que teve experiências sexuais com outros homens que usavam, gostavam esteticamente e sentiam tesão pelo seu pênis, mas isso não lhe agradava muito. Muitos desses, quando sabiam da vontade de Aline de fazer a CRS, deixavam o relacionamento. Ambos relatam que nunca tiveram problemas relacionados à sexualidade em si e que sempre foi boa desde o início da relação. Depois de seis meses juntos, Aline resolveu checar essa questão com Marcos, uma vez que na percepção dela, ele a havia conhecido com o órgão masculino e estava realmente gostando dela. Ela conta que queria saber se o seu pênis era o motivador da paixão de Marcos.

Então no início a gente fazia tudo que tem que fazer, eu fazia uso também, e ele, sempre tivemos o sexo aberto em tudo. Só que eu disse “eu tenho coisas que não me sinto a vontade de fazer porque eu gosto de ser penetrada, e eu estou com a ideia de fazer a cirurgia. O que você acha?” [...] E ele “não, nossa! Vai ser ótimo!”. Nossa, quando ele disse isso, que iria ser ótimo, foi um alívio. Eu disse “não é pelo meu pênis, graças a Deus!” (risos)

O casal relata que também há dificuldades relacionadas à sexualidade. Aline diz que Marcos gosta de ver filmes pornográficos heterossexuais e que isso deixa ela “toda encanada [...]”. Aline, apesar de achar tola sua sensação, não aceita e proíbe Marcos de assistir tais filmes. Conta que sente medo e ciúmes quando ele assiste. Marcos respeita sua opinião, restringindo-se de tal atitude.

Aline diz que fala muito e é detalhista. Já Marcos diz ser mais quieto, reservado, mas que mesmo assim conversa com as pessoas. Conta que explanam o que sentem e conseguem expor o que esperam futuramente um do outro. Aline complementa dizendo que “ele fala poucas palavras e eu entendo tudo que ele está me dizendo, e eu falo uma hora para ele me entender.” Com relação ao carinho, ambos se sentem carinhosos e gostam dessa característica um do outro. Aline reclama que Marcos fica mais carinhoso quando faz algo de errado, mas afirma que ele tem essa qualidade em outros momentos também.

Ambos percebem que Marcos era desleixado com as coisas da vida, mas que com a relação ele mudou muito. Seu pai ainda não confia totalmente nele devido ao fato de ainda vê-lo como imaturo, mas Aline reforça que ele leva muito a sério a relação e o trabalho de ambos. Marcos começou a trabalhar com Aline no salão e atualmente pretende se especializar nessa área. Contam que dividem as tarefas domésticas e as contas da casa igualmente e que não tem problemas com isso. Sobre a questão da parentalidade, Marcos diz que ambos conversaram e que gostariam de adotar filhos, mas só depois da cirurgia, pois então ela terá um órgão genital feminino, “para um filho chamar ela de mãe e eu de pai, pra ficar essa coisa família, sabe?”

Ambos dizem que se amam e que querem muito ficar juntos, apesar do ciúmes e de outros problemas. Aline diz que a confiança é o valor mais importante para ela na relação. Marcos também enfatiza a confiança, mas também cita o amor e o respeito. Ele diz que não sentir ciúmes também é algo muito importante para ele e que está se esforçando para isso. Aline concorda, mas ri do marido. Marcos retoma dizendo que não deixar o outro triste é também algo que eles tem como valor.

### Análise das Conjugalidades Transexuais

#### As idiossincrasias nas conjugalidades transexuais

É muito provável que as mudanças e o estabelecimento da relação estejam pautados no fato de um dos membros do casal ser transexual, uma vez que esse fato aciona toda uma cadeia de lógicas sociais. Os processos entrelaçados na vergonha de Bárbara, na decisão de continuar de Pedro, nos paradoxos de Rose, no sudor de João, no alívio de Aline e na desconfiança de Marcos são alguns exemplos disso. Dessa forma, os casos foram analisados em conjunto a partir de seis temas extraídos das entrevistas: as sexualidades, negociações com a família de origem e religiosidade, parentalidades e legalidade, performatividades de gênero, intersecções de gênero e raça, e ciúmes.

#### *As sexualidades conjugais: restrições, negociações e catalizadores*

Assim como descrito na literatura, as experiências sexuais foram um campo tramado de advertências, negociações e de novas possibilidades para esses casais. Todos os entrevistados transexuais relataram restrições quanto aos locais que não eram permitidos na exploração sexual. João suava e jamais tirava a camisa, enquanto Bárbara e Aline se preocupavam e se aliviaram quando deixaram claro que seus órgãos sexuais não eram locais que proporcionavam prazer não faziam parte da construção de suas identidades de gênero. Independente da discussão sobre os locais mais ou menos erógenos de cada corpo, Nery (2011) entende esse argumento como “coito perceptivo”, isto é, a certeza que de o parceiro/a (cisgênero) percebe a identidade de gênero do parceiro transexual para que esse chegue ao orgasmo, como demonstra também a literatura (McCauley & Ehrhardt, 1980).

Aline é a única que parece ter mais clareza na relação com o coito perceptivo, quando fala sobre não ter nojo de nada em seu corpo, da mesma forma como relata usar em determinados momentos seu órgão genital. Isso não invalida, na sua fala, a vontade de fazer as CRS. Mostra que a disforia de gênero não é para ela um pré-requisito diagnóstico e que as CRS é uma forma de construir seu corpo a partir de sua identidade de gênero utilizando-se das tecnologias médicas para aprimorar seu bem estar. Marca-se aqui a diferença entre buscar uma sensação de completude, bem estar e normatização de um corpo sexuado *generificado* pelo feminino, e um mal-estar e nojo constante de um órgão que pode ser entendido como um corpo estranho. Aline negocia a sexualidade com Marcos e sente-se satisfeita, sem sentimentos de desgosto ou nojo.

Por outro lado, Bárbara e João contam que as partes do corpo em distonia das suas identidades de gênero atrapalhavam na satisfação sexual pelo medo de rejeição que imaginavam poder sofrer do/a parceiro/a. Bárbara perde o prazer sexual quando se dá conta que Pedro não sabia da transexualidade e João insiste em questionar a certeza de Rose sobre fazer sexo com ele. Após as negociações sexuais iniciais, Bárbara e João sentem que a sexualidade obteve níveis bons. Porém, ambos parceiros Pedro e Rose relatam terem percebido ainda algum mal estar nos cônjuges. Aqui, cada casal toma um caminho diferente, mas ambos funcionam como um “catalisador” (Whitaker, 1995) ou seja, a metáfora de elemento interativo que pode acelerar determinadas mudanças sem necessariamente ser consumido no processo. Pedro, através das brincadeiras, dos desafios e da insistência, faz Bárbara refletir sobre a condição do seu órgão genital na sua identidade de gênero. Com isso, segundo seu relato e apesar de querer ainda fazer a cirurgia, ela não se sente desqualificada como mulher e não tem mais um sentimento que a privava de alcançar uma satisfação sexual maior do que tinha. Ambos conseguem alcançar a percepção dela como uma mulher, mesmo com um pênis.

Por outro caminho, mesmo não sentindo atração por mulheres, Rose relata que se permitiu seguir seu desejo e encontrou na relação sexual com João uma satisfação que nunca vivera. Além disso, pôs em xeque as lógicas raciais e se permitiu desejar um homem branco que, diferente do preconceito socialmente construído que provavelmente tinha, mostrou-se parceiro e empático. João relata que o fato de não ter um pênis gerou uma insegurança quanto a sua capacidade de proporcionar prazer nas parceiras. Porém, munido de órgãos erógenos semelhantes aos das mulheres cisgêneras, desenvolveu formas alternativas de proporcionar prazer, levando sua esposa ao êxtase sexual. Da mesma forma, Rose percebeu as dificuldades de João e o apoiou na realização de uma CRS. O resultado pós-cirúrgico da mastectomia se

expressa no relato de felicidade e tranquilidade, que ambos comentam refletir na relação sexual. Novamente, a reconstrução de um peitoral masculino e a renomeação humorada do clitóris fortificam a já existente concepção de João como homem.

Diferente dos achados na literatura (McCauley & Ehrhardt, 1980; Dixen, Maddever, Maasdam & Edwards, 1984; Nuttbrok, 2009; Lawrence, 2005; Alegria 2013), não houve experiência dos participantes transexuais com pessoas da mesma identidade de gênero. Bárbara, Aline e João se reconhecem como heterossexuais, assim como Pedro e Marcos. Todos esses consideram a identidade de gênero como marcador para considerar a sua orientação sexual. Entretanto, Rose relata que ainda está pensando sobre essas nomenclaturas, pois elas não descrevem o que vive. Ela conta que está refletindo, mas que o importante mesmo é o que sente por João. De forma empírica, Rose desafia calmamente a lógica binária ao encontrar um sentimento que ainda não foi capturado pela linguagem. Uma vez que a orientação sexual pode ser pensada tanto a partir do sexo designado quanto da identidade de gênero, Rose pode vir a perceber que a existência de ambas aponta apenas para uma construção social linguística dessa questão que, segundo a literatura, pode abrir caminho para a criação de metáforas singulares, como heteroflexível, através de um “pragmatismo inventivo” (Pfeffer, 2012, p.574). Esse casal parece estar no caminho criativo desse conceito, quando renomeia o órgão sexual de João de “Chiquinho”.

Um último ponto vale ser ressaltado. Todos os cônjuges cisgêneros relatam que a primeira atração que tiveram pelos/as companheiros/as, sejam elas eróticas ou afetivas, aconteceu antes de saberem que esses eram transexuais. Eles ficaram atraídos, ‘pegado’ como diz Pedro, e somente depois essa questão entrou na relação. Esses fatos deixam alguns questionamentos: se os/a parceiros/a cisgêneros soubessem da transexualidade antes da possibilidade de sentir essa atração, teriam eles se sentido atraídos? Teria a heterossexualidade compulsória (Rich, 2010), a ilusão de um mundo heterossexual até que prove-se o contrário, anulado a transfobia por alguns instantes, uma vez que eles percebem inicialmente o/a parceiro/a trans como cisgênero? O quão forte é essa atração afetiva/erótica que desafia a transfobia quando acha uma “brecha” nessa lógica binária e seus tentáculos? Como essa experiência pode mudar a concepção de atração afetiva/erótica heterossexual, e até mesmo homossexual, a partir da possibilidade de atração não só por pessoas cisgêneras, mas também por pessoas transexuais?

Esses questionamentos são exemplos de como as reflexões sobre as conjugalidades transexuais não só ajudam a compreendê-las, mas também possibilitam rever seu local de abjeto no desejo cisgênero homo e heterossexual. A visibilidade dessas criatividades nos

processos conjugais também podem ajudar para sacar do anonimato as relações afetivos e/ou sexuais existentes na sociedade brasileira entre pessoas trans e cisgêneras, deslocadas às margens pela força da heteronorma e o medo das reações transfóbicas. Os ressentidos exposições midiáticas de casos de famosos jogadores de futebol brasileiros, seus envolvimento com mulheres travestis e transexuais e sua posterior negação, dissimulação e até processos judiciais são exemplos de como essas relações ainda permanecem no local de abjeto.

### *Ciúmes, transfobia e sofrimento*

O ciúmes, assim como a traição e a infidelidade, não é um tema novo nos estudos que demonstram a incidência e o impacto desses aspectos nas relações conjugais de pessoas cisgêneras, heterossexuais ou homossexuais (Féres-Carneiro, 1997; Almeida, 2007). Porém, toma formas diferentes nesse contexto. Aqui, pensa-se o ciúmes como a ponta de um iceberg que emerge e fere a relação conjugal, mas que vai muito além dela. Dois motivos são levantados por Bárbara como respostas à essa insegurança que gera seu ciúmes: a idade e a procura por parceiros. No Brasil, as expressões de gênero femininas parecem ser mais dependentes de uma preocupação com a autoimagem, o que se explicita no medo de ganhar peso, de ter o corpo “firme”, de fazer dietas para não engordar e de praticar exercícios para não ficar sedentária (Russo, 2005). Todas essas práticas estão relacionadas com a ideia de retardar o envelhecimento, que pode justificar a preocupação de Bárbara.

Ao mesmo tempo, a experiência de nunca ter gostado de alguém também retrata mais uma vez o lugar de abjeto no qual as transexualidades são postas. Como é possível gostar ou amar alguém não sendo desígnio do mesmo sentimento? Uma vez que essa troca de sentimentos é vivida e desfrutada, aumentaria o medo de perde-la? A fala de Bárbara dá pistas nesse sentido: “é uma pessoa que me completa, pra eu achar de novo...”. Aline confirma essa ideia quando fala dos problemas que já passou pelo fato dos homens se atraírem por ela e descobrirem sua transexualidade e pela desconfiança do interesse inicial de Marcos.

A literatura mostra que homens e mulheres transexuais enfrentam cotidianamente desprezo, violência, negligência, condenação e discriminação pelo fato de não estarem de “acordo” com as normas binárias de gênero (Bento, 2006; Melendez & Pinto, 2007; Lenning & Buist, 2013). Essa transfobia, que é marcada pela violência física, atinge no Brasil homens e mulheres transexuais assim como travestis, fazendo deste país o primeiro no ranking de

assassinatos em 2013<sup>22</sup> (TGEU, 2013). Kulick (2008), em sua etnografia sobre travestis prostitutas brasileiras, relata que as agressões policiais eram propositalmente direcionadas às partes do corpo que tinham implantes de silicone. Como estes sabiam que o silicone era industrial e podia se mover dentro do corpo frente a um impacto, os policiais miravam certo tanto para machucar quanto para deixá-las desfiguradas corporalmente. Não é aleatório que existe um aumento de sintomas depressivos e maior risco de suicídio em pessoas LGBT (Chamberland, 2013). Clements-Nolle, Marx e Katz (2006) entrevistaram 392 mulheres transexuais e 123 homens transexuais em São Francisco/EUA e constataram uma prevalência de 32% de tentativa de suicídio, associada principalmente à discriminação de gênero, à idade (juventude), ao sexo forçado e à depressão.

De todos os participantes transexuais, João é o que relata ter sido menos alvo da transfobia. Dois fatores aparecem na sua história como marcantes dessa diferença. Primeiro, João expressa uma aparência bastante atrelada aos estereótipos masculinos: é musculoso, tem a voz média, a cabeça raspada, usa calças jeans soltas e gosta muito de jaquetas. Além disso, o uso criativo e subversivo de seu nome de registro permite circular com seus documentos sem maiores problemas. João joga de forma astuta com a heterossexualidade compulsória (Rich, 2010) para “driblar” os ataques que muitos/as outros/as transexuais não conseguem. A autora cria esse conceito no contexto das experiências lésbicas, mas aqui, caberia melhor um neologismo como *cisgenerismo compulsivo*. Pois não é o apagamento da orientação sexual de João que está em jogo, mas o quanto ele se utiliza dos estereótipos de gênero para tanto ser reconhecido na sua construção identitária e manter a percepção alheia controlada nas suas potenciais formas transfóbicas.

Strey (2004) afirma que falar de gênero é falar de desigualdades, pois historicamente a construção das masculinidades vêm marcadas por uma ideia de superioridade, de capacidade de transformação e construção histórica, enquanto as feminilidades ficam deslocadas à inferioridade, à proximidade com a natureza (o lar, a estabilidade) e, por isso, passíveis da submissão. É possível que, ao se relacionar com mulheres cisgêneras como homem (trans), João possa ter menos probabilidades de ser submetido à essa inferioridade (como nos relatos de Bárbara e Aline) e ter buscado se identificar mais com a construção de superioridade do gênero masculino. Além disso, ele pode ter mais chances delas se relacionarem com ele a partir do afeto, do cuidado e da intimidade na busca da estabilidade

---

<sup>22</sup> Segundo o relatório da ONG internacional *Transgender Europe – TGEU*, entre janeiro de 2008 e abril de 2013, foram registradas 486 mortes de travestis e transexuais no Brasil. O relatório é baseado no número de casos reportados, o que indica que a incidência pode ser ainda maior.

conjugal, como demonstrado na literatura sobre mulheres cisgêneras que mantêm o relacionamento com seus parceiros e até se submetem ao desgaste físico e psíquico mesmo frente às transições (Alegria, 2010; Pffefer, 2010).

### *Negociações com as famílias de origem e religiosidade*

Nota-se no relato de todos os casos a incidência de experiências iniciais de transfobia em todas as famílias de origem dos membros transexuais (as dificuldades com a mãe de Bárbara e Aline e a negligência do pai de João) e em duas famílias dos membros cisgêneros (a reprovação da família de Rose e de Marcos), como aponta a literatura (Soares, 2012). Apenas a família de origem de Pedro demonstrou, desde o início, uma maior abertura ao fato, uma vez que a preocupação explícita era com a sua segurança pelo fato dela ser uma mulher casada. Mas, desde o início, segundo o relato de Pedro, Bárbara era reconhecida e tratada como uma mulher.

Apesar das experiências transfóbicas iniciais, os casais relatam um desejo de serem aceitos nas suas famílias e decidem fazer um investimento afetivo nessas relações. É interessante ressaltar que, em todos os casos, esse investimento aparece mais em direção da família do membro cisgênero. Seria esse caminho ao acaso? Estariam as famílias de origem dos membros trans saturadas das marcas e “cicatrizes” da transfobia? Sentiriam ele/elas mais protegidos/as devido à aliança com o parceiro cisgênero nas suas famílias? São questionamentos que ficam abertos. Já o resultado desses processos nessas famílias é variado.

A família de Marcos parece ter sido mais desafiada por ele, seja pela imposição da identidade de gênero como mulher (em revelia ao termo travesti), pela aproximação empática de seus pais com Aline ou pelo exemplo da mídia como instrumento de reversão das relações de poder e conhecimento dentro do núcleo familiar extenso. Por outro lado, as negociações na família de Rose circulam dentro da lógica binária, uma vez que sua família o categoriza como hermafrodita, como se o desresponsabilizando da anomalia que porta. Porém, como o casal compreende que o respeito é o valor mais importante dentro desse sistema familiar extenso, e essa possibilidade lógica está proporcionando isso, mesmo que de forma diferente do que eles compreendem, o casal decide não alterar o processo. Assim, ao invés de serem reféns da lógica binária, eles a utilizam a seu favor.

Nos relatos sobre as famílias de origem, o ritual do casamento e a religiosidade são presentes nas histórias de Bárbara e Pedro, assim como para Aline e Marcos. A presença

familiar no pedido de casamento, o desejo de casar na Igreja, a troca de alianças e a leitura da Bíblia marcam pequenos rituais que reiteraram crenças sociais sobre o casamento como confirmação, estruturação e/ou permissão de uma relação conjugal (Giddens, 2003). Ao mesmo tempo em que isso parece proporcionar maior proximidade conjugal pela força simbólica desses ritos, questiona-se: seriam essas também estratégias para reafirmar a heteronormatividade? Quanto mais me aproximo da norma, ao invés de subvertê-la, mais me torno inteligível? Qual a relação disso com o desejo de aceitação e bem estar desses casais com suas famílias de origem? São questionamentos que podem abrir possibilidades para compreender melhor as relações entre família, transfobia e religião.

Além disso, no caso de Bárbara e Pedro, a questão do casamento religioso fez Bárbara revivenciar a questão da transexualidade como um segredo, mas, ao mesmo tempo, faz Pedro recolocá-la nesse espaço. Quais os limites entre segredo e privacidade? Como esses dois fatores, cirurgia e documentos, se entrelaçam com a importância da voz ou de outros espectros corporais na construção das identidades de gênero? Pinto (2008) demonstrou que a revelação da transexualidade nos meios sociais era um questionamento constante das mulheres que entrevistou, pois as CRS tanto despertavam discursos normativos (se tem uma vagina é uma mulher e deve ser tratada como tal) quanto transfóbicos (tem uma vagina, mas na realidade não é uma mulher). Alegria (2010) e Pfeffer (2012) também perceberam nas suas análises que tanto a exposição gradual das transições quanto uma resistência às normativas binárias possibilitaram às mulheres transexuais e cisgêneras entrevistadas melhores formas de lidar com as reações sociais. Dessa forma, a oposição de opiniões de Bárbara e Pedro frente ao tema demonstra, no espaço micropolítico, a crítica social sobre os limites imposto entre os corpos sexuados, a construção das identidades de gênero e, principalmente, a força (“vou abrir a boca e daí o padre vai ver [...]”) e os furos (“tem tanta mulher ai [...] que tem o tendão mais forte ainda que ela [...]”) da lógica binária.

### *Parentalidades transexuais e legalidade binária*

A parentalidade emerge nos relatos de todos os casais entrevistados, seja de forma concreta (com filhos) ou de forma desejada. Após as separações conjugais, os casais têm um difícil tarefa de separar os subsistemas conjugal e parental, nem sempre produzindo bons padrões de coparentalidade (Grzybowski, 2011). Nos casos de Bárbara e João isso fica claro, pois ambos não registraram os filhos em seus nomes e ficaram reféns das decisões dos cônjuges que legalmente detém a guarda das crianças. O contexto brasileiro ainda coloca

impedimentos à legalização das identidades de gênero, através da dificuldade na troca legal do nome e do sexo. No caso de Bárbara, a lei a priva do direito, já assumido socialmente, de ser legalmente mãe de André e não seu pai. Isso demonstra o quanto o binarismo de gênero ainda se trama no sistema legal e impede que pessoas como Bárbara possam ter o respaldo legal do Estado nessa tarefa, além de assumir a parentalidade afetiva. É provável que essa mesma lógica binária (re)crie afirmações como de Marcos. Ele deseja ter filhos, mas somente depois das CRS de sua esposa, para que eles possam ser um família e seus filhos tenham a possibilidade de chamá-la de mãe. Apesar de Marcos enfatizar que Aline é uma mulher, quando o assunto se estende para o sistema familiar, os papéis sociais parecem ficar mais rígidos e, logo, mais binárias e normatizados.

A revelação da transexualidade aos filhos também se mostrou um tópico sensível e relacionado aos segredos internos, aqueles guardados por duas pessoas em relação a outra (Falcke & Wagner, 2005). No contexto das conjugalidades transexuais desse estudo, esses segredos são guardados pelos pais/mães dos/as filhos/as por gerar sentimentos de medo ou repúdio à aceitação da identidade. Bárbara e o marido demonstram compreender essas questões quando se trata do tema da adoção, falando abertamente, sem medo ou negativismo. Já no tema da transexualidade, eles entendem que a aceitação dependeria de André. O casal parece se colocar mais numa posição passiva, preparando para escutar algo de André, do que ativa na produção do que dizer. Por um lado, isso dá tempo para que o filho possa compreender de maneira mais autônoma a situação. Por outro, eles correm o risco que André saiba da transexualidade por outras pessoas, seja alvo da transfobia e não tenha tido o suporte parental suficiente para enfrentá-la.

Estudos com famílias transgêneras sobre a revelação da identidade de gênero para filhos/as já demonstraram que a capacidade de compreensão das crianças é maior do que o esperado pelos pais (White & Etnner, 2004; White & Etnner, 2007). Além disso, especialistas recomendam que segredos como esses sejam tratados o quanto antes possível, de uma maneira inteligível, principalmente para que a criança e o/a adolescente não sintam que foram subestimados na sua capacidade de entendimento e alvos de mentiras (Israel, 2005; Hinnes, 2006). Além disso, essa hesitação não leva em consideração uma causalidade circular recursiva nas relações (Vasconcellos, 2003). Ou seja, André pode perceber que os pais guardam um segredo e decide não perguntar, levando em consideração a lealdade familiar. Os pais, achando que ele não entende ou não quer falar sobre o assunto, podem seguir decidindo não contar, completando uma circularidade produzida pelo medo e pobreza comunicacional. Porém, a causalidade circular é sempre recursiva, uma vez que os sistemas humanos são

abertos: é aleatória a possibilidade da entrada de qualquer outro elemento nessa relação familiar, podendo modificar todo esse circuito. Logo, uma vez que esse casal não age mais assertivamente nessa circularidade, abre-se espaço para um risco maior.

Como mostra a literatura, o processo de assumir e aceitar as transexualidades pode levar tempos variados, oscila e não se restringe somente à resposta inicial de acolhida ou repúdio dos filhos (White & Etnner, 2004; Hinnes, 2006; White & Etnner, 2007) ou dos parceiros/as (Nuttbrok et al, 2009; Brown, 2010; Alegria, 2010).

### *Intersecções entre gênero e raça*

A entrevista de João e Rose demonstra que não é possível compreender a complexidade das conjugalidades sem cruzar as categorias que sugerem a abundância de diferenciações que, articulando-se a gênero, entremeiam o social (Piscitelli, 2008). Nessa escolha conjugal, a interseccionalidade de gênero, sexualidade e raça<sup>23</sup> se entrelaçam no contexto do casal e são eixos importantes para a compreensão dessa relação.

Apesar da biologia moderna já ter comprovado que não existe uma distinção racial entre brancos e negros, esse paradigma foi tomado como verdadeiro e usado como argumento explicativo para a capacidade intelectual e saúde mental, também já comprovados como frutos de diferenciações sociais (Schwarcz, 2009). Segundo a autora, impera no Brasil um racismo dissimulado e cordial, que, apesar de não aparecer em políticas de apartheid social, ganha espaço no cotidiano e no senso comum. O ideal do embranquecimento da raça negra através dos casamentos mistos, prescrição usada no século XIX para erradicar os males causados por essa “raça”, já foi há muito ultrapassado pelas concepções psicossociais sobre a etiologia dos transtornos mentais (Costa, 2007). Entretanto, essa ideia provavelmente se “veste”, na atualidade, do medo de uma descendência que fenotipicamente se afastaria das suas origens raciais, descaracterizando a prole. Além disso, a marca que o racismo continua deixando na sociedade brasileira tanto reifica o/a negro/a como oprimido, vagabundo e ladrão, quando afirma o/a branco/a como o opressor, o dominador e inescrupuloso, mas deixa invisível seus privilégios (Schwarcz, 2009).

Em virtude da entrevista não ter se aprofundado nesse ponto, é difícil inferir se esses fatores fizeram com que Rose verbalizasse sua aversão por homens brancos, afirmando que

---

<sup>23</sup> Será usado o termo raça como conceito para designar as diferenças sociais marcadas pela cor da pele e produtoras do racismo, apesar de estar claro para o conhecimento biológico a existência de somente uma raça humana.

isso é relativo à questão da raça. Desde 1960 a 2010, os casamentos heterogâmicos, de raças diferentes, aumentaram de 8,2% para 30,7%, sendo que as mulheres negras estabeleciam esses laços com homens negros em torno de 50% dos casos consultados (Beltrão, Sugahara & Teixeira, 2012). Os resultados são muito próximos no que diz respeito às condições econômicas e escolaridade dos/as parceiros/as. Assim, além das questões relacionadas à raça, a conjugalidade também deve ser compreendida a partir das relações de classe e escolaridade, uma vez que essas delimitam os territórios sociais que serão palco dos primeiros encontros conjugais.

### *Performatividades de Gênero*

Diferente de pensar os sujeitos como pré-discursivos, ou seja, pensar que existe algo anterior às nossas capacidades de simbolizar, um biológico que seria uma essência pré-discursiva dos humanos, Butler (2012) compreende que os sujeitos são constituídos no discurso pelos atos que executam, ou seja, dizer-se é fazer-se. É a partir dessa premissa que a autora compreende que gênero nada mais é do que uma sequência de atos performativos. Por esse motivo Butler distingue o conceito de performance (que pressupõe a existência de um ator verdadeiro por detrás dela) do conceito de performatividade (que pressupõe um ator que se constitui no ato).

Os relatos de Bárbara, Pedro, Aline e Marcos apontam para performatividades mais próximas de polos fixos de gênero quando falam sobre suas características pessoais e sobre as divisões domésticas cotidianas, as quais não aparecem como grandes geradores de conflitos, pois de certa forma de adequam ao que esperado pelo regramento de gênero na sua produção heteronormativa. Talvez, a capacidade de adaptação na divisão das tarefas, a flexibilidade em lidar com os problemas gerados por elas, assim como a compreensão que esses atos também compõem as performatividades de gênero possam ser aspectos geradores da complementariedade conjugal.

Entretanto, o relato de Rose sobre seu desgaste, mal estar físico e a sensação de que João utiliza desses atos para se autoafirmar confirmam os dados da literatura (Pfeffer, 2010). A pesquisa de Pfeffer demonstrou que as mulheres cisgêneras participantes, mesmo se considerando feministas (como Rose), acabam por fazer as tarefas domésticas e cuidar da vida emocional do parceiro transexual mais do que eles, resultando também em estresse e isolamento para essas mulheres. Butler (2007) ressalta que as narrativas não podem ser aprisionadas numa categoria. No máximo elas podem ser capturadas por um período

determinado de tempo, pois “as histórias de vida são histórias de transformação, e categorias podem, por vezes, parar o processo de transformação.” (p.07). Além de argumentar que gênero é uma performatividade, Butler (2008) complexifica o conceito dizendo que ele nada mais é do que uma citação de performatividades de gênero anteriores, ao invés de uma comprovação de caracteres inatos ou naturais de alguém. Sendo assim, o próprio gênero atesta suas possibilidades inautênticas e paródicas, pois só se revalida na citação.

É o que Rose diz à João, quando afirma que se o parceiro deseja ser um homem a partir de uma concepção não binária, que ele também reverta essa lógica em outros territórios e não busque modelos performativos estereotipados, como o de seu pai. João, ao citar as performatividades de seu pai, reitera na sua própria realidade um modelo de gênero masculino que só existe como “masculino” enquanto for citado. Ao passo que Rose o desafia a “citar” outros modelos, uma vez que ele, por ser um homem com um “Chiquinho” já reverte essa performatividade de masculino.

### Conclusões

A partir dos Estudos de Gênero centrados nos Estudos *Queer*, esse artigo teve como objetivo compreender os processos de três casais nos quais as transexualidades eram uma temática atuante nas relações. As narrativas das histórias de dois casais compostos por uma mulher transexual e um homem cisgênero e um composto por um homem transexual e sua parceira cisgênera foram descritas e, de forma geral, mostraram fortes laços afetivos, assim como uma grande flexibilidade no enfrentamento das lógica binária e suas produções transfóbicas. Mesmo vivendo inseguranças pessoais, medo de não serem reconhecido nas suas identidades de gênero ou imaginações/pesadelos que um corpo foras das normas possa criar, as conjugalidades desses casais reconstruíram as noções das *cisgeneridades* e transexualidades.

Os casos foram analisados a partir de seis temas, que confirmam a grande maioria dos dados da literatura. A sexualidade apareceu como um campo de importantes negociações, de descobertas e de mudanças relacionais. Os aspectos parentais foram relatados como uma área geradora de afeto, satisfação e planejamento, assim como apresenta entraves relacionados à revelação da transexualidade e às dificuldades legais relativas à troca de documentos. As performatividades de gênero variaram entre níveis mais maleáveis e rígidos, por vezes obstruindo processos de reconstrução de atos criativos. Também se fizeram presentes as intersecções entre gênero e raça, embora não tenha-se explorado mais profundamente essa

questão. Já as negociações com a família de origem e as relações com a religiosidade aparecem em todos os casos estudados, mas apenas em duas das literaturas revisadas, ambas nacionais. Isso pode apontar para um fator cultural quando se trata das conjugalidades brasileiras. Zauli (2012), num estudo comparativo entre casais de lésbicas brasileiras e canadenses demonstrou que a relação com a família de origem é mais enfatizada como importante pelas primeiras, levando-as a buscarem maior aceitação desses familiares. A autora atribui essas diferenças principalmente aos processos individualismo-coletivismo, sendo o Canadá um país de cultura mais individualista, se comparado com o Brasil, mais coletivista. Como a maioria dos estudos revisados são estadunidenses e muito próximos da cultura anglofônica canadense, é provável que essa cultura coletivista-familiar brasileira faça emergir esse assunto com mais ênfase.

Além disso, os processos conjugais dos participantes parecem promover uma garantia para as identidades de gênero, mas por vezes tencionam em direção ao sexo designado. Em ambos momentos, sua rigidez somente demonstra a força da heteronorma. Entretanto, todos os casais mostraram maneiras singulares de buscar formas alternativas de se pensarem como homens e mulheres, sejam trans ou cis.

Esse estudo também teve limitações que devem ser mencionadas. O número pequeno de casos pode ter reduzido a variedade de resultados dessa pesquisa. Porém, a proposta desse estudo foi compreender de forma argumentativa e densa os conceitos, conhecimentos e dados levantados até o momento. Esse estudo também não contou com casais de mesma identidade de gênero, ou que se considerem homossexuais, como levantado na literatura. Isso poderia complexificar a análise, mas não foi possível encontrar nenhum casal com essa configuração no Protig. Da mesma forma, o fato de todos/as participares serem vinculados ao Protig pode também marcar uma representação dos discursos institucionalizados.

Por fim, muitas pesquisas têm focado nas narrativas de pessoas que já passaram pelas CRS e exploram os desafios na sexualidade após esses procedimentos. Apesar de nenhuma das mulheres transexuais terem feito o procedimento da CRS, não sendo possível comparar os resultados com os achados pós-cirúrgicos, essas experiências conjugais se mostraram catalisadoras na produção de satisfação sexual, mostrando ser possível atingi-la sem necessariamente depender de determinados procedimentos médicos. Não é o objetivo deste trabalho discutir a moralidade das CRS, seus procedimentos, pré-requisitos ou confirmar quem deveria ou não fazê-las. São escolhas complexas tanto quanto singulares e seus benefícios já foram mais do que comprovados. O que enfatiza-se é a possibilidade de

uma maior satisfação sexual através das dinâmicas conjugais tanto com quanto sem as CRS, para os casais estudados.

## Considerações Finais

A complexidade que envolve o tema das transexualidades no seu cruzamento com o tema das conjugalidades é muito maior do que pode-se alcançar nesse trabalho. Porém, a partir das possibilidades dessa Tese e de seu problema de pesquisa, chega-se a compreensão de que as conjugalidades transexuais são outro campo relacional no qual as normas de gênero também são tensionadas. Ao mesmo tempo em que essas as conjugalidades fornecem uma segurança para essas identidades de gênero, elas também questionam essa suposta coerência.

Ou seja, por um lado, essas conjugalidades tencionam em direção ao sexo designado e, por outro, em direção à identidade de gênero. Porém, tanto fixar-se num polo quanto em outro mostra-se ainda como mantenedor da heteronorma. A suposta aceitação e conformidade com o sexo designado ao nascer têm levado homens e mulheres transexuais ao sofrimento psíquico. Por outro lado, uma suposta obrigatoriedade de “conversão total” à identidade de gênero, que inclui tanto o “pacote” do nojo e vergonha à tudo que se compreende como referido ao sexo designado, quanto a submissão aos processos cirúrgicos para, mais uma vez, voltar à “estabilidade” binária.

Compreende-se que a saída não precisa ser nem uma nem outra alternativa. Os relatos das pesquisas e as histórias desses casais demonstram que é possível criar uma certa flexibilidade entre essas duas forças. A desestruturação do coito perceptivo de Nery, a criação de neologismos para as orientações sexuais nas relações conjugais, a perda da vergonha e diminuição do mal estar de gênero em relação ao órgão genital de Bárbara, o humor utilizado por Pedro, as “tapiadas” e uso da mídia por Marcos, a negação do nojo de Alice, a autoafirmação e flexões do nome de João, o apoio à transição e o questionamento das performatividades de gênero de Rose são alguns exemplos de movimentos conjugais que desviam das normas e podem criar novas possibilidades além das vigentes.

Vivenciar esses processos e escrever uma Tese de Doutorado sobre as formas como homens e mulheres transexuais conjugam suas vidas com seus parceiros e parceiras, maridos e esposas, namorados e namoradas foi uma tarefa árdua mas prazerosa. Ler textos com conteúdos transfóbicos e perceber o quanto homens e mulheres transexuais foram silenciados, foram vítimas de (pseudo) teorias binárias e sexistas e desprovidos de seus direitos como cidadãos e cidadãs me deixou, por vezes, enojado, raivoso e triste. Por outro lado, me aproximar de pesquisas das áreas das ciências sociais abriu um caminho que deu luz e voz à essas experiências de viver no avesso das normas de gênero.

Ao trabalhar com as Abordagens Sistêmicas não posso me afastar dos paradigmas mais contemporâneos desse pensamento. Um deles é a Intersubjetividade (Maturana & Varela, 2001; Vasconcellos, 2003). De forma geral, essa ideia compreende que os processos de subjetivação são contínuos e inter-relacionais. Ela marca que não existe um sujeito e um objeto a ser observado; quem observa, sempre observa de algum lugar: de seus pontos de vista, de suas histórias, de suas crenças e morais, de suas possibilidades como sujeito que habita seu corpo, munido de suas singularidades. Porém, nada disso nos impede, como diz Butler, de criar coalisões entre nossas vidas “precárias” com as vidas também “precárias” de outras pessoas, embora, como tentamos ressaltar ao longo do texto, que a vida no avesso da norma traduz a precariedade em violência. Como um homem gay, vivi uma história pessoal de ser alvo de uma longa psicoterapia individual falha. Percebi que naquele momento de sofrimento minhas questões teriam que ser vistas em diversos níveis, não só individual, mas familiares e sociais também. Ao me deparar com um campo da psicologia clínica sistêmica vazio de teorias e práticas nas questões relativas à diversidade sexual e de gênero, acreditei que poderia questionar essa história.

Aproximar-se dos Estudos de Gênero, como Psicólogo Clínico Sistêmico, uma de minhas identidades profissionais, foi uma necessidade. É triste e visível que na realidade brasileira da Terapia de Casal e Família do Brasil existem poucos e pobres trabalhos sobre o tema da Diversidade Sexual, seja ela gay, bi, lésbica, intersex, trans e, sobretudo, travesti. Foi com o intuito de aprofundar-me nessa temática que meu Mestrado e Doutorado seguiram esse caminho. Cada vez mais pessoas, casais e famílias, com algum ou mais membros que compartilham das experiências LGBT, buscam psicoterapia sistêmica. Dessa forma, ela precisa se reatualizar com estudos contemporâneos, ao invés de buscar respostas em etiologias e técnicas binárias, sexistas e compulsórias.

Atualmente, existem mais pesquisas e estudos nas questões relacionadas às conjugalidades e famílias gays e lésbicas. Porém, ao chegar no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, no Protig, e interagir com as mulheres e homens transexuais e seus maridos e parceiras, me dei conta novamente da escassez acadêmica desse tema na realidade brasileira. Perceber que a desconfiança inicial desses homens e mulheres com o meu trabalho ia gradativamente se transformando em esperança, curiosidade e até em sugestões que eu coordenasse um grupo de homens transexuais no Protig foi muito gratificante.

Apesar de ser um homem cisgênero, decidi fazer dessa relação temporária dessa contingência, uma pequena ponte que levaria ao mundo da Terapia de Casal e Família, das psicoterapias Sistêmicas, algo das experiências transexuais no que tange às conjugalidades,

assim como voltar a elas com o conhecimento da minha área. Foi nesse caminho que me percebi como parte do processo, como observador e como observado. Dois momentos foram cruciais nessa construção.

Primeiro, apesar de sempre ter combatido a transfobia, minha subjetivação cisgênera binária, como comento na Introdução dessa Tese, produzia uma rejeição ao tema. A recusa inicial em investir minha energia no mundo trans estava ligada à lógica binária que me fazia vê-los/as como abjetos. Foi pensando nisso que decidi me desafiar e explorar o mundo trans de outras maneiras. Pelo fato de ser gay e de ser sexualmente atraído por homens cisgêneros, pensar inicialmente num que possuísse uma vagina me era estranho. Mas na medida em que busquei me aprofundava no tema através de sites de bate-papo, páginas do Facebook e vídeos pornográficos de homens trans, me dei conta da enorme eroticidade que existia ali, e que de alguma forma reconfigurou minha própria noção de sexualidade.

O segundo fato que me marcou nesse percurso foi uma conversa que tive com um casal de transexuais em Montreal, quando do meu Doutorado Sanduíche. Depois de conversarmos sobre suas vidas, um deles me perguntou os motivos pelos quais eu me interessava pelo tema e expliquei as questões acima descritas. Não satisfeita, ela me perguntou como eu me relacionava com meu corpo. Foi nesse momento que percebi, sem nunca antes ter me dado conta, de que eu também tinha uma experiência corporal na minha história em conflito com alguma norma de gênero. Quando adolescente, fiz uma cirurgia para retirar as glândulas mamárias, pois elas, na minha percepção, me deixavam com uma forma mais feminina do que masculina. Operei, usei faixas peitorais e fiquei feliz com o resultado, que me aproximou da minha construção subjetiva de masculinidade. Ao contar essa história, a mulher transexual que eu conversava me disse que eu também tinha uma experiência de não estar bem com o meu corpo, como eles. Mas o que eu tinha era uma disforia corporal e o que eles tem era uma disforia de gênero.

Independente do uso das nomenclaturas médicas, percebi que as experiências transexuais em relação aos seus corpos não estão só numa ilha isolada, às quais precisamos usar um barco teórico para se aproximar. Talvez não na mesma potencialidade, mas elas podem estar mais próximas do que imaginamos. No meu caso, a um “pescoço” de distância.

## Referências

- Alegria, C. (2010). Relationship challenges and relationship maintenance activities following disclosure of transsexualism. *Journal of psychiatric and mental health nursing*, 17, 909-916.
- Alegria, C. (2012). Relational and sexual fluidity in females partnered with male-to-female transsexual persons. *Journal of psychiatric and mental health nursing*, 20, 142-149.
- Almeida, T. (2007). *Ciúme romântico e infidelidade amorosa entre paulistanos: incidências e relações*. São Paulo, SP, 2007. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- American Psychiatric Association – APA. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-5*. 5th ed. Arlington: American Psychiatric Association.
- Andolfi, M. (2002) (org). *A crise do casal: uma perspectiva sistêmico-relacional*. Porto Alegre: Artmed editora.
- Ansara, Y. G., & Hegarty, P. (2011). Cisgenderism in psychology: pathologising and misgendering children from 1999 to 2008. *Psychology & Sexuality*, iFirst, 1-24.
- Anton, I. C. (2009). *O casal diante do espelho. Psicoterapia de casal, teoria e técnica*. Porto Alegre: Casa do psicólogo.
- Arán, M., Zaidhaft, S. & Murta, D. (2008). Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. *Psicologia e Sociedade*, 20 (1). p.70-79.
- Arán, M. (2006). A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 9(1), 49-63. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/agora/v9n1/a04v9n1.pdf> . Acesso em 03 nov. 2012.
- Araujo, M.F. (2002) Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, vol.22, n.2, p. 70-77 .
- Associação de Psiquiatria Americana – APA. (2002). *Manual de diagnostico e estatísticas de doenças mentais DSM-IV-TR*. 4ª. Ed. Porto Alegre: Artmed.
- Aun, J., Vasconcellos, M. & Coelho S. (2005) Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais. Vol. I. Fundamentos Teóricos e Epistemológicos. Belo Horizonte: Oficina de Arte e Prosa.
- Barbosa, B. C. (2010) *Nomes e Diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de São Paulo: São Paulo.
- Barlow, D. (2008) *Psicopatologia - Uma abordagem Integrada*. 4a. Ed. São Paulo: Cengage.

- Beltrão, K., Sugahara, S. & Teixeira, M. (2012). *Os atributos de cor/raça e escolaridade no mercado matrimonial brasileiro: meio século de negociações*. XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Nov. 2012. Acedido em 10 Maio, 2014 em [http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST22\[238\] ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST22[238] ABEP2012.pdf)
- Benjamin, H. (1966). *The transsexual phenomenon*. New York: New York Julian Press.
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bento, B. (2008). *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense.
- Bento, B. (2013). From official transsexuality to transsexualities. *Sexuality, Culture and Politics - A South American Reader*. CLAM. 366-389.
- Bertalanffy, L. (1968/1975). *Teoria Geral dos Sistemas*. 2a.ed. Petropolis, RJ: Ed. Vozes.
- Bowen, M. *Family Therapy in Clinical Practice*. Washington: Rowman & Littlefield, 1992.
- Brasil. [Internet] Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011. Disponível em <<http://www.ajuris.org.br/tmp/impr/relatoriohomofobia.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2012.
- Brown, N. (2010). The sexual relationships of sexual-minority women partnered with Transmen: a qualitative study. *Arch. Sex. Behav*, 39, 561-572.
- Butler, J. (2000). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In G.L. Louro. *O corpo Educado*. 2ª. ed. Autêntica: Belo Horizonte.
- Butler, J. (2007). Desdiagnosticando o gênero. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 19 (1): 95-126.
- Butler, J. (2008). *Cuerpos que importam*. Buenos Aires: Paidós.
- Butler, J. (2012). *Problemas de Gênero*. 4a.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cardozo, F. (2007) Performatividades de gênero, performatividades de parentesco: notas de um estudo com travestis e suas famílias na cidade de Florianópolis. In Grossi, M., Uziel, A.P. & Mello, L. (org). *Conjugalidades, Parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Florianópolis: Garamond.
- Castañeda, M. (2007). *A Experiência Homossexual*. São Paulo: A Girafa Editora.
- Castel, P-H. (2001) Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). *Revista Brasileira de História*, 21 (41), 77-111.
- Ceccarelli, P. R. (2005). Violência simbólica e organizações familiares. In T. Féres-Carneiro (org.). *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 266-277.

- Clements-Nolle, K., Marx, R. & Katz, M. (2006). Attempted suicide among transgender persons: The influence of gender-based discrimination and victimization. *Journal of Homosexuality*, 51(3), 53-69.
- conjugatus (n.d.). In Latdic – Latin Dictionary and Grammar Resources. Disponível em <http://www.latin-dictionary.net/definition/12706/conjugatus-conjugata-conjugatum>.
- Costa, J. F. (2007). *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. 5a. ed. Rio de Janeiro: Garamond.
- Dixen, J., Maddever, H., Maasdam, J., & Edwards, P. (1984). Psychosocial characteristics of applicants evaluated for surgical gender reassignment. *Archives of sexual behavior*, 13(3), 269-276.
- Elizur, Y., & Mintzer, A. (2003). Gay males' intimate relationship quality: the roles of attachment security, gay identity, social support, and income. *Personal Relationships*, 10, 411-435.
- Ettner, R. (2007). Transsexual Couples: a qualitative evaluation of atypical partner preferences. *International Journal of Transgenderism*, 10(2), 109-116.
- Falcke, D. & Wagner, A. (2005). A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definições de conceitos. In A. Wagner (org). *Como se perpetua a família?* Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Fantástico. (2013). Cirurgia não trouxe felicidade, diz Lea T. após troca de sexo. *Fantástico*. Acedido em Maio 02, 2014, em <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/01/cirurgia-nao-trouxe-felicidade-diz-lea-t-apos-troca-de-sexo.html>.
- Féres-Carneiro, T. (1997). A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10(2), 351-368.
- Fincham, F.D., & Hall, J.H. (2005). Parenting and the marital relationship. In: T. Luster, & L. Okagaki (Eds.), *Parenting: An ecological perspective* (pp.205-234) 2ª.ed. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Foucault, M. (2006). Política e Ética: uma entrevista. In: *Ética, Sexualidade e Política*. Ditos e Escritos V. 2a.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008). Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. (Vol. II, 2ª. ed.) (Coleção Ditos e Escritos). Rio e Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2010). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2010.
- Freud, S. (1961). *Letters of Sigmund Freud: 1873-1939*. Letter 277: to Anon. London: The Hogarth Press.

- Freud, S. (2006a) *Um caso de Histeria/ Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade e outros trabalhos*. Vol VII. São Paulo: Imago.
- Freud, S. (2006b) *O caso Schreber, Artigos sobre a Técnica e outros trabalhos (1911-1913)*. Vol XII. São Paulo: Imago
- Frignet, H. (2002) *Transexualismo*. São Paulo: Companhia de Freud.
- Galli, R. A. (2013). *Roteiros sexuais de transexuais e travestis e seus modos de envolvimento sexual-afetivo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto.
- Gênero e diversidade na escola (2009): Formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. *Caderno de atividades*. Rio de Janeiro: CEPESC. Disponível em [http://www.e-clam.org/downloads/ Caderno-de-Atividades-GDE2010.pdf](http://www.e-clam.org/downloads/Caderno-de-Atividades-GDE2010.pdf). Acesso em 03 de julho de 2012.
- Giddens, A. (2003). *A transformação da intimidade*. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Gil, A. (2009) *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.
- Gottman, J. (2008). Gottman Method Couple Therapy. In: A.S. Gurman (Ed.), *Clinical Handbook of Couple Therapy* (pp.138-166). New York: Guilford Press.
- Grossi, M., Uziel, A.P., & Mello, L. (2007). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Grzybowski, L. (2011). Ser pai e ser mãe: como compartilhar a tarefa educative após o divórcio. In A. Wagner. *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões*. Porto Alegre: Artmed.
- Guaralha, C. & Lomando, E. (2013). “Senhora, essa identidade não é sua!”: reflexões sobre a transnomeação. In H.C. Nardi, R. Silveira & Machado, P.S. (orgs.) *Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: Sulina.
- Haraway, D. (2004). “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu* (22): 201-246.
- Hinnes, S. (2006). Intimate transitions: transgender practices of partnering and parenting. *Sociology*, 40(2), 353-371.
- Hyde, J. (2005). Gender Similarities Hypothesis. *American Psychologist*, 60(6), 581-592.
- Israel, G. (2005). Translove: transgender persons and their family. *Journal of GLBT Families*, 1(1), 53-67.

- Kins, E., Hoebeke, P., Heylens, G., Rubens, R., & De Cuypere, G. (2008). The female-to-male transsexual and his female partner versus the traditional couple: a comparison. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 34, 429-438.
- Krafft-Ebbing, R.V. (2011). *Psychopathia Sexualis*. Rio de Janeiro: Martins editor.
- Kulick, D. (2008). *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o sexo. Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Lara, L.A., Abdo, C. & Romão, A. (2013). Transtornos da identidade de gênero: o que o ginecologista precisa saber sobre transexualismo. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 35(6), 239-242.
- Lawrence, A. (2005). Sexuality before and after male-to-female sex reassignment surgery. *Archives of sexual behavior*, 34(2), 147-166.
- Lee, P., Houk, P., Ahmed, S. F. & Hughes, I. (2006). Consensus Statement on Management of Intersex Disorders. *Pediatrics* 118 (2), e488-500.
- Leite Jr, J. (2011). *“Nossos Corpos Também Mudam”*: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso médico científico. São Paulo: Anablume.
- Lenning, E., & Buist, C. (2013). Social, psychological and economic challenges faced by transgender individuals and their significant others: gaining insight through personal narratives. *Culture, Health and Sexuality*, 15(1), 44-57.
- Lobato, M.I., Henriques, A. A. Ghisolfi, E. S., Kegel, S., Schestatsky, G. & Schestatsky, S. (2001). Transexualismo: uma revisão. *J. Bras. Psiquiatr*, 50 (11/12). p.379-388.
- Lomando, E. & Nardi, H.C. (2013). Conjugalidades múltiplas nas travestilidades e transexualidades: uma revisão a partir da abordagem sistêmica e da psicologia social. *Revista Saúde em Debate*, 37(98), 493-503.
- Lomando, E.; Wagner, A.; & Goncalves, J. S. (2011). Coesão, Adaptabilidade e Rede Social no Relacionamento Conjugal Homossexual. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13, 96-109.
- Lomando, E. (2012) Transexualidade e Gênero: uma questão polêmica. In Luiz Carlos Prado & Adriana Zanonato. *Trabalhando com crianças e suas famílias: histórias terapêuticas*. Porto Alegre: Luiz Carlos Prado.
- Louro, G. L. (2010). Pedagogias da sexualidade. In G.L. Louro. *O corpo Educado*. 2a. ed. Autêntica: Belo Horizonte.
- Macé, E. (2010) Ce que les normes de genre font aux corps/ Ce que le corps trans font aux normes de genre. *Sociologie*, 4 (1), 497-516.

- Machado, P. S. (2006). No fio da navalha: reflexões em torno da interface entre intersexualidade, (bio)ética e direitos humanos. In Grossi, M.P., Heilborn, M.L. & Machado, L.Z. (org.). *Antropologia e direitos humanos 4*. Blumenau: Nova letra. Disponível em <http://www.abant.org.br/conteudo/003PRODUTOS/Livros/dh4.pdf>. Acesso em 03 de julho de 2012.
- Machado, P. S. (2008) *O sexo dos anjos: representações e práticas em torno do gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Marques, D. (2010). A(s) clínica(s) psicológica(s) e a Diversidade Sexual: percorrendo trajetórias de vida. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Maturana, H. R & Varela, F.J. (2001). *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. 6ª ed. São Paulo: Palas Athena.
- McCauley, E., & Ehrhardt, A. (1980). Sexual behavior in female transsexuals and lesbians. *The Journal of Sex Research*, 16(3), 202-211.
- Meinerz, N. (2011). Mulheres e masculinidades. Etnografia sobre afinidades de gênero no contexto de parcerias homoeróticas entre mulheres de grupos populares em Porto Alegre. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Melendez, R., & Pinto, R. (2007). ‘It’s really a hard life’: Love, gender and HIV risk among male-to-female transgender persons. *Culture, health & sexuality*, 9(3), 233-245.
- metaphor (n.d.). In *Merriam-Webster’s online dictionary* (11th ed.). Retrieved from <http://www.merriam-webster.com/dictionary/metaphor>
- Millot, C. (1992) *Extrasexo: ensaio sobre o transexualismo*. São Paulo: Escuta.
- Mosmann, C., Wagner, A. & Féres-Carneiro, T. (2006). Qualidade conjugal: mapeando conceitos. *Paidéia* 16 (35). p.315-325.
- Nardi, H.C. (2010). Educação, heterossexismo e homofobia. In F. Pocahy (org). *Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer*. Porto Alegre: NUANCES.
- Nery, J. (2011). *Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois*. São Paulo: Leya.
- Neto, J.A., Strey, M. & Magalhães, A. (2011). Sobre as motivações para a conjugalidade. In A. Wagner (org.). *Desafios psicossociais da família contemporânea*. Porto Alegre: Artmed.
- Nicholson, L. (2000). Interpretando gênero. *Revista Estudos Feministas*, 8(2).

- Nichols, M. & Schartz, R. (2007). *Terapia familiar: conceitos e métodos*. 2<sup>a</sup>.ed. Porto Alegre: Artmed.
- Norgren, M. B., Souza, R. M., Kaslow, F., Hammerschmidt, H., & Sharlin, S. A. (2004). Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 575-584.
- Nuttbrock, L., Bockting, W., Hwahng, S., Rosenblum, A., Mason, M., Macri, M., & Becker, J. (2009). Gender identity, affirmation among male-to-female transgender persons: a life course analysis across types of relationships and cultural/lifestyle factors. *Sexual and relationship therapy*, 24 (2), 108-102.
- O Globo. (2014). Luís Miranda conta como será transexual em novela. *O Globo*. Acedido Maio 08, 2013, em <http://kogut.oglobo.globo.com/noticias-datv/novelas/noticia/2014/05/luis-miranda-counta-como-sera-dorothy-transexual-da-novela-das-19h.html>.
- Olson, D.H. & Gorall, D.M. (2003). Circumplex model of marital and family systems. In F. Wash (ed.) *Normal Family Processes*. 3<sup>rd</sup>. edition. New York: Guilford. (pp.514-547).
- Organização Mundial da Saúde – OMS. (2007). *Cid-10 classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde*. 10a. Revisao, vol1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Ornat, M. J. (2008). *Território da Prostituição e Instituição do ser Travesti em Ponta Grossa – PR*. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Rio de Janeiro.
- Parecer CFM 20/2010. Cirurgia de Transgenitalização. Conselho Federal de Medicina. Acedido Maio 01, 2014, em [http://www.portalmedico.org.br/pareceres/CFM/2010/20\\_2010.htm](http://www.portalmedico.org.br/pareceres/CFM/2010/20_2010.htm).
- Pelúcio, L. (2006). Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. *Estudos Feministas*, 14 (2), 522-534.
- Pelúcio, L. (2009). *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume: Fapesp.
- Petticrew, M & Robert, H. (2006). *Systematic reviews in the social sciences: a practical guide*. Blackwell Publishing: Malden.
- Pfeffer, C. (2010). “Woman's work”? Women partners of transgender men doing housework and emotional work. *Journal of Marriage and the family*, 72, 165-183.
- Pfeffer, C. (2012) Normative resistance and inventive pragmatism: negotiating structure and agency in transgender families. *Gender & Society*, 26(4), 574-602.

- Pinto, M.J.C. (2008). *A vivencia afetivo-sexual de mulheres transgenitalizadas*. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, 11 (2). Jul/dez, 263-274.
- Portaria no. 1.707 de 18 de Agosto de 2008. Diário Oficial da União – Seção 1. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro.
- Portaria no. 2.803 de 19 de Novembro de 2013. *Diário Oficial da União – Seção 1*. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro.
- Portaria no. 457 de 19 de Agosto de 2008. *Diário Oficial da União – Seção 1*. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde.
- Rebello, A. (2014) Romário proíbe na Justiça modelo transexual de falar sobre suposto caso. *UOL*. Acedido Maio 08, 2013, em <http://esporte.uol.com.br/ultimas-noticias/2014/04/02/romario-consegue-na-justica-proibir-transexual-de-falar-sobre-suposto-caso.htm>
- Resolução 1.482/1997. *Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo*. Conselho Federal de Medicina. Acedido Maio 01, 2014, em [http://www.portalmedico.org.br/php/pesquisa\\_resolucoes.php#](http://www.portalmedico.org.br/php/pesquisa_resolucoes.php#).
- Resolução 1.662/2002. *Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução 1.482/1997*. Conselho Federal de Medicina. Acedido Maio 01, 2014, em [http://www.portalmedico.org.br/php/pesquisa\\_resolucoes.php#](http://www.portalmedico.org.br/php/pesquisa_resolucoes.php#).
- Resolução 1.955/2010. *Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução 1.622/2002*. Conselho Federal de Medicina. Acedido Maio 01, 2014, em [http://www.portalmedico.org.br/php/pesquisa\\_resolucoes.php#](http://www.portalmedico.org.br/php/pesquisa_resolucoes.php#).
- Rich, A. (2010) Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, 5, 17-44.
- Rios, J.A. (2005). *Los ciclos vitales de la familia y la pareja*. Madrid: Editorial CCS.
- Rohgarden, J. (2004). *Evolução do gênero e da sexualidade*. Londrina: editora Planta.
- Rubin, G. (1993). *O tráfico de mulheres: notas sobre uma “economia política” do sexo*. Recife: SOS Corpo.
- Russo, R. (2005). Imagem corporal: construção através da cultura do belo. *Movimento & Percepção*, 5 (6), 80-90.
- Szwarcz, L.M. (2009). Racismo “à brasileira”. In H. B. Almeida & J. Szwako (orgs). *Diferenças, Igualdade*. São Paulo: Berlendes & Vertechia Editores.
- Scott, J.W. (1986) Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*, 91(5), 1053-1075.

- Seffner, F. & Müller, M. (2012). Quem ama sofre, quem sofre luta, quem luta vence: da conjugalidade entre travestis e seus maridos. *Sociedade e Cultura*, 15(2), 285-295.
- Serrano, J. (2007). *The whipping girl: A transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity*. Emeryville: Seal Press.
- Shiota, M., Campos, B., Gonzaga, G., Keltner, D., & Peng, K. (2010). I love you but...: Cultural differences in complexity of emotional experience during interaction with a romantic partner. *Cognition and Emotion*, 24 (5), 786-799.
- Soares, M. (2012) *Homens parceiros de transexuais: diálogo fenomenológico de vivências afetivo-sexuais*. Dissertation (Master in Psychology). Universidade de São Paulo: São Paulo.
- Solomon, S., Rothblum, E., & Balsam, K. (2004). Pioneers in partnership: lesbian and gay couples in civil unions compared with those not in civil unions and married heterosexual siblings. *Journal of Family Psychology*, 18(2), 275- 286.
- Stoller, R. (1964). A contribution to the study of gender identity. *International Journal of Psychoanalysis*, 45, 220-226.
- Stoller, R. (1968) *Sex and Gender on the Development of Masculinity and Femininity*. London: London Hogarth Press.
- Strey, M. (2004). Violência de gênero: uma questão complexa e interminável. In M. Strey, M.P. Azambuja & F.P. Jaeger (Orgs.) *Violência, Gênero e Políticas Públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Transgender Europe – TGEU (2013). *Transgender Europe: TDOR Press Release November 13th 2013*. Acedido em 25 Maio, 2014 em <http://www.transrespect-transphobia.org/uploads/downloads/2013/TDOR2013english/TvT-TDOR2013PR-en.pdf>.
- Thomas, V. & Lewis, R.A. (1999). Observational couple assessment: a cross-model comparison. *Journal of Family Therapy*, 21, 78-95.
- Thomas, V. & Ozechowski, T. (2000). A test of the circumplex model of marital and family systems using the clinica rating scales. *Journal of Marital and Family Therapy*, 26 (4), 523-534.
- Thorndike, E. (1970). *Educational Psychology*. Westport: Greenwood Press.
- tradition (n.d.). In *Merriam-Webster's online dictionary* (11th ed.). Retrieved from <http://www.merriam-webster.com/dictionary/tradition>
- Vasconcellos, M. (2003). *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas: Papyrus.

- Vieira, L. (2009) As múltiplas facetas da homossexualidade na obra freudiana. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 9 (2).
- Wagner, A. (2002). Possibilidades e potencialidades da família: a construção de novos arranjos a partir do recasamento. In A. Wagner (coord.) *Família em Cena*. Porto Alegre: Editora Vozes.
- Wagner, A. (2005). *Como se perpetua a família?: a transmissão dos modelos familiares*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Whitaker, C. (1995). As funções do casal. In Andolfi, Maurizio; Angelo, Claudio & Saccu, Carmine. *O casal em crise*. São Paulo: Summus editorial.
- White, T. & Ettner, R. (2004). Disclosure, Risks and Protective Factors for Children Whose Parents Are Undergoing a Gender Transition. *Journal of Gay & Lesbian Psychotherapy*, 8 (1-2).
- White, T. & Ettner, R. (2007). Adaptation and adjustment in children of transsexual parents. *European Child & Psychiatry*, 16(4).
- Wiener, N. (1954/1993). *Cibernetica e Sociedade: O Uso Humano de Seres Humanos*. São Paulo: Cultrix.
- World Health Organization – WHO. (2008). *Traditional medicine*. Disponível em <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs134/en/>> acesso em 29 out. 2012.
- World Professional Association for Transgender Health – WPATH. (2010). Standards of Care for the health of Transsexual, Transgender, and Gender Nonconforming People. 7a. versão. WPATH.
- Yin, R. (2010). Estudo de Caso: planejamento e métodos. 4a. ed. Porto Alegre: Bookman.
- Zaidi, Z. (2010). Gender differences in human brain: a review. *The Open Anatomy Journal*, 2, 37-55.
- Zambrano, E. (2006). Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, 12 (26), 123-147, jul./dez.
- Zauli, A. (2012). Famílias homoafetivas femininas no Brasil e no Canadá. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de Brasília: Brasília.
- Zhou, J.-N; Hofman, L.; Gooren, L. & Swaab, D. (1995). A sex difference in the human brain and its relation to transsexuality. *Nature*, 378, 68-70.
- Zordan, E., Falcke, D. & Wagner, A. (2005). Copiar ou (re)criar? Perspectivas histórico-contextuais do casamento. In A. Wagner (org). *Como se perpetua a família?* Porto Alegre: EDIPUCRS.

## **ANEXOS**

INSTITUTO DE PSICOLOGIA -  
UFRGS



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Conjugalidades Transexuais

**Pesquisador:** Henrique Caetano Nardi

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 07240612.8.0000.5334

**Instituição Proponente:** Instituto de Psicologia - UFRGS

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 186.202

**Data da Relatoria:** 16/01/2013

**Apresentação do Projeto:**

Trata-se de pesquisa qualitativa que visa compreender como se constitui a conjugalidade quando pelo menos um dos parceiros é transexual. Serão desenvolvidos dois estudos: o primeiro consiste na realização de grupos focais para analisar o fenômeno transexual de forma contextual a partir de experiências de homens e mulheres transexuais; o segundo consiste na realização de estudos de caso com casais de HT ou MT com o objetivo de conhecer e descrever a dinâmica de relacionamento conjugal no que se refere à configuração, estrutura e negociação com os elementos que constituem a transexualidade.

Os pesquisadores contarão com a parceria do HCPA a fim de poder contatar os participantes do grupo de transgenitalização, assim como as/os que já participaram do serviço, para fazerem parte desta pesquisa.

**Objetivo da Pesquisa:**

Compreender os processos que constituem o fenômeno transexual e como são negociados na dinâmica de relacionamento de homens e mulheres transexuais e seus cônjuges no que se refere a sua configuração e estrutura.

**Endereço:** Rua Ramiro Barcelos, 2600

**Bairro:** Santa Cecília

**CEP:** 90.035-003

**UF:** RS

**Município:** PORTO ALEGRE

**Telefone:** (51)308-5698

**Fax:** (51)308-5698

**E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos deste estudo poderão ser o desconforto de falar sobre temas íntimos como a transexualidade, gênero, sexualidade, preconceito e suas experiências de vida.

A pesquisa busca visibilizar as experiências e processos de HT e MT no que concerne aos seus relacionamentos amorosos/sexuais, a fim de contribuir para agregar conhecimento a esta área e ao Programa de Transtorno de Identidade de Gênero, sede da pesquisa, no tema do trabalho.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

No estudo 1, serão realizados dois grupos focais: um composto por mulheres transexuais e o outro por homens transexuais, separadamente. Cada grupo terá a duração de 01h30 a 02horas e será registrado em áudio e vídeo e posteriormente transcrito. Serão feitas perguntas exploratórias que seguirão um roteiro préelaborado.

Após a finalização do grupo, os participantes preencherão um questionário sociodemográfico.

Cada grupo será composto por 06-10 participantes. Os sujeitos desta etapa serão selecionados a partir da parceria com o PROTIG (Programa de Transtorno de Identidade de Gênero) do HCPA.

No estudo 2 serão feitos estudos de caso coletivo com quatro casais (dois compostos por homens transexuais e seus cônjuges e dois compostos de mulheres transexuais e seus cônjuges), que estejam atualmente num relacionamento sexual/afetivo por mais de 06 meses. A amostra será constituída por conveniência, pois os participantes serão contatados a partir dos dados fornecidos pelo PROTIG/HCPA. O convite para participar do estudo de caso será feito pelos pesquisadores responsáveis por contato telefônico, e-mail ou diretamente nos grupos semanais do PROTIG. As entrevistas serão realizadas no HCPA. Após a realização das entrevistas, os participantes preencherão um questionário sociodemográfico.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O TCLE do estudo 1 está redigido de forma clara e adequada, contendo as informações necessárias para o sujeito decidir pela sua participação ou não na pesquisa.

**Recomendações:**

Foram atendidas todas as recomendações

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências.

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600  
Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003  
UF: RS Município: PORTO ALEGRE  
Telefone: (51)308-5698 Fax: (51)308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O projeto atende todas requisições da ética em pesquisa.

PORTO ALEGRE, 16 de Janeiro de 2013

---

Assinador por:

**JUSSARA MARIA ROSA MENDES**  
(Coordenador)

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600

Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)308-5698

Fax: (51)308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Anexo 02 – Parecer do CEP do Hospital de Clínicas de Porto Alegre



HCPA - HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE  
GRUPO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

COMISSÃO CIENTÍFICA

A Comissão Científica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre analisou o projeto.

**Projeto:** 120351

**Data da Versão do Projeto:**

**Pesquisadores:**

HENRIQUE CAETANO NARDI  
MARIA INES RODRIGUES LOBATO  
EDUARDO MARCINI LOMANDO  
RODRIGO OLIVA PERONI

**Título:** CONJUGALIDADES TRANSEXUAIS. CONTEXTO, RECURSOS, PROCESSOS ADAPTATIVOS E PROCESSOS CRIATIVOS

Este projeto foi APROVADO em seus aspectos éticos, metodológicos, logísticos e financeiros para ser realizado no Hospital de Clínicas de Porto Alegre.  
Esta aprovação está baseada nos pareceres dos respectivos Comitês de Ética e do Serviço de Gestão em Pesquisa.

- Os pesquisadores vinculados ao projeto não participaram de qualquer etapa do processo de avaliação de seus projetos.
- O pesquisador deverá apresentar relatórios semestrais de acompanhamento e relatório final ao Grupo de Pesquisa e Pós-Graduação (GPPG)

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2013

  
Prof. Flávio Kapczinski  
Coordenador GPPG/HCPA